



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 5ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**21/03/2013
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 21/03/2013.**

5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 109/2012 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPPLY	10
2	MSF 3/2013 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	44
3	MSF 6/2013 - Não Terminativo -	SEN. LUIZ HENRIQUE	82
4	MSF 8/2013 - Não Terminativo -	SEN. LÍDICE DA MATA	126
5	MSF 9/2013 - Não Terminativo -	SEN. VANESSA GRAZZIOTIN	153
6	Requerimento 6		189

7	Requerimento 7		192
---	----------------	--	-----

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE		
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Jorge Viana(PT)(53)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 VAGO(54)(53)	
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(17)(54)(13)(16)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(52)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(50)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(50)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(50)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(50)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(31)(32)(35)(50)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(50)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(50)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(50)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(50)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(50)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(50)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecção(PSD)(29)(36)(41)(21)(40)	AC (61) 3303-6706 a 6713
		7 VAGO(46)(48)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(49)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(47)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(47)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(47)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(55)(18)(38)	MT (61) 3303-4061/1048
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Sodré Santoro(PTB)(56)(42)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim(PTB)(39)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE (61) 3303-5791 3303-5793
Blairo Maggi(PR)(34)(43)(33)(44)	MT (61) 3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(45)(27)	TO (61) 3303-2163/2164
PSD PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568		

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OfÍCIO nº 012/2013-GLPSD).
- (47) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (48) O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
- (49) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(Of. 55/2013-GLPSDB).
- (50) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (51) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (52) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (53) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
- (54) Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (55) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(Of. 14/2013-GLDEM).
- (56) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
- (57) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 21 de março de 2013
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

5ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

Adição de 2 itens na pauta.

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 109, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1. Em 07/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE
2. A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 3, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

1. Em 07/03/2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva aos Senadores, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE
2. A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 6, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA

MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 8, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2013

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Os integrantes da Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 6**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013**

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Embaixador brasileiro em Cingapura, Embaixador Luís Fernando Serra, para prestar depoimento e esclarecimentos sobre a sua participação no episódio, amplamente relatado na imprensa nacional, de realização de gestões para que a empresa JURONG, com sede em Cingapura, transferisse seus investimentos do projeto Estaleiro Jurong Aracruz, no Estado do Espírito Santo, para o projeto Porto Açu, em São João da Barra, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 7**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2013**

Requeiro, nos termos dos arts. 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de representação externa do Senado Federal, composta por três senadores, designados pelo Presidente, para representar a Casa como observadores nas eleições da República da Venezuela, que ocorrerá na data provável de 14 de abril de 2013.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

1

**SENADO FEDERAL**

Gab. Senador Eduardo Suplicy

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**, sobre a Mensagem nº 109, de 2012 (Mensagem nº 532, de 4/12/2012, na origem), da Senhora Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **LÚCIO PIRES DE AMORIM**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.*

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor **LÚCIO PIRES DE AMORIM**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro em 1946, filho de Leopoldo Cunha Pires de Amorim e de Maria Raymunda Costa de Amorim, o Sr. **LÚCIO PIRES DE AMORIM** iniciou sua carreira no Ministério das Relações Exteriores como criptólogo, em 1966. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

do Instituto Rio Branco em 1968 e ingressou na Chancelaria no posto de Terceiro Secretário no ano seguinte. Ascendeu a Conselheiro, em 1980; a Ministro de Segunda Classe, em 1984; e a Ministro de Primeira Classe, em 1996, sempre por merecimento. Em 2011, passou para o Quadro Especial.

Na Chancelaria e na Administração pública federal, desempenhou, entre outras, as funções de Chefe da Divisão de Transmissões Internacionais, em 1982; Chefe da Divisão do Pessoal, em 1983; Chefe da Secretaria de Imprensa, em 1991; Diretor-Geral da Diretoria-Geral de Administração da Presidência da República, em 1991; Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 1992; Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral do Serviço Exterior, em 1992; Chefe da Secretaria de Planejamento Diplomático, em 1996; Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, em 1997; e Coordenador do Grupo de Trabalho da Copa-2014, em 2010.

No Exterior, ocupou, entre outros, os cargos de Ministro-Conselheiro (Madri, 1985); Cônsul-Geral (Montevidéu, 1988); Cônsul-Geral (Vancouver, 1993); Cônsul-Geral (Miami, 2000); Embaixador (Pretória, 2004), cargo que cumulou com a missão permanente em Botsuana e Maurício, no ano seguinte.

Quanto a Belize, importa registrar nesse relatório, para subsidiar acessoriamente a sabatina pela Comissão, algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

Belize tem cerca de 23 mil km² (área equivalente à do estado de Sergipe) e população estimada 2012 de 328 mil habitantes. Seu Produto Interno Bruto em valores calculados pelo poder de compra (PPP), em 2011, foi de 2,16 bilhões de dólares, o que propicia PIB per capita de US\$ 6.070.

A segurança pública é um dos principais problemas internos de

**SENADO FEDERAL**

Gab. Senador Eduardo Suplicy

Belize. Relatório emitido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) aponta uma taxa de 41,7 assassinatos por cem mil habitantes no país, 31% superior à taxa registrada em 2010 e 122% superior à registrada dez anos antes. Autoridades daquele país consideram que a segurança e a estabilidade da nação estariam sendo ameaçadas pelas quadrilhas associadas ao tráfico transnacional de drogas entre a América do Sul e os Estados Unidos.

Segundo o informe do Ministério das Relações Exteriores disponibilizado ao Senado Federal, o relacionamento bilateral é amigável, mas pouco denso, e recebeu impulso adicional a partir da instalação da Embaixada do Brasil em Belmopan, em abril de 2006. Constitui dado importante a existência de significativo número de brasileiros de ascendência libanesa vivendo em Belize, gerando potencial necessidade de atenção consular.

A economia belizenha caracteriza-se por seu reduzido porte, elevado grau de abertura e dependência do setor externo, especialmente quanto a empréstimos de organismos financeiros e doações internacionais. Esses dados, aliados ao reduzido volume de exportações, torna a economia de Belize particularmente vulnerável a choques exógenos. Belize foi duramente atingida pela crise econômica mundial. No início de 2010, estima-se que o fluxo de turistas estrangeiros declinou 10%, contribuindo na taxa de desemprego, já que o setor emprega, direta ou indiretamente, um quarto da população economicamente ativa. Os números do turismo voltaram a crescer significativamente nos anos subsequentes. A partir de 2006, a extração de petróleo passou a ser fator importante para o crescimento econômico do país, passando a responder por 5% do PIB belizenho em 2008.

Não há registro de investimento brasileiro de caráter comercial ou industrial em Belize. Nesse campo, merece destaque recente visita de representantes da Eletrobrás a Belize City, a convite da estatal *Belize Electricity Limited* (BEL). Tratou-se da primeira missão brasileira com objetivos econômicos, com possibilidades para investimentos da Eletrobrás em projetos

nas áreas de energia eólica, de biomassa e de linhas de transmissão. Anteriormente, já havia se registrado a perspectiva de formação de “joint ventures” em dois importantes setores para Belize: a fabricação de etanol e a produção de mamão-papaia, com vistas à exportação para os Estados Unidos, que admitem livremente tais produtos, quando originários de Belize.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Belize é ainda modesto, mas centrado em produtos manufaturados (80,7% da pauta). Em 2011, o Brasil exportou para Belize US\$ 4,074 milhões e importou apenas US\$ 188 mil. Houve crescimento de 15,1% em relação ao ano anterior. Há alguns fatores que limitam as possibilidades de um comércio bilateral mais expressivo, a começar pelo reduzido mercado belizenho.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 109, DE 2012** (nº 532/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Os méritos do Senhor Lúcio Pires de Amorim que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma grafia fluida e estilizada.

EM nº 00306/2012 MRE

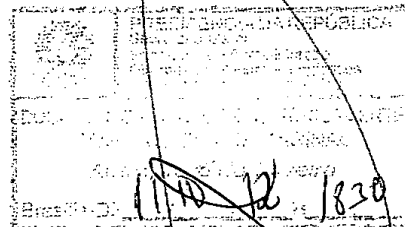
Brasília, 11 de Outubro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **LÚCIO PIRES DE AMORIM**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LÚCIO PIRES DE AMORIM** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Valdemar Carneiro Leao Neto

EM Nº 00306 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

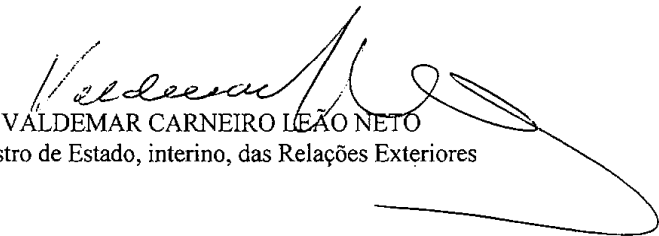
Brasília, 11 de outubro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **LÚCIO PIRES DE AMORIM**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LÚCIO PIRES DE AMORIM** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


VALDEMAR CARNEIRO LEÃO NETO
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

MENSAGEM Nº

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO SENADO FEDERAL:

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer de **LÚCIO PIRES DE AMORIM**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

2. Os méritos de **LÚCIO PIRES DE AMORIM** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2012

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Valdeir Filizola", with a long horizontal flourish extending to the right.

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL LÚCIO PIRES DE AMORIM**

CPF.: 053.338.817-15

ID.: 1239 MRE

1946 Filho de Leopoldo Cunha Pires de Amorim e Maria Raymunda Costa Amorim, nasce em 9 de agosto, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1968 CPCD - IRBr

1983 CAE - IRBr, Alguns Aspectos da Administração de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores

Cargos:

1966 Criptólogo do MRE

1969 Terceiro-Secretário

1973 Segundo-Secretário, por merecimento

1977 Primeiro-Secretário, por merecimento

1980 Conselheiro, por merecimento

1984 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

1996 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2011 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1970 Departamento de Administração, assessor

1971 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor

1974 Embaixada em Paris, Segundo-Secretário

1976 Embaixada em Buenos Aires, Segundo e Primeiro-Secretário

1979 Divisão do Pessoal, assessor

1981 Coordenadoria de Planejamento e Programação Financeira do Departamento Geral de Administração, assessor

1982 Divisão de Transmissões Internacionais, Chefe

- 1983 Divisão do Pessoal, Chefe
- 1985 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro
- 1988 Consulado-Geral em Montevidéu, Cônsul-Geral
- 1991 Secretaria de Imprensa, Chefe
- 1991 Presidência da República, Diretoria-Geral de Administração, Diretor-Geral
- 1992 Presidência da República, Secretaria-Geral, Chefe do Gabinete
- 1992 Secretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
- 1993 Consulado-Geral em Vancouver, Cônsul-Geral
- 1996 Secretaria de Planejamento Diplomático, Chefe
- 1997 Departamento de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, Diretor-Geral
- 2000 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral
- 2004 Embaixada em Pretória, Embaixador
- 2005 Embaixada junto a Botsuana, Embaixador cumulativo
- 2005 Embaixada junto à República de Maurício, Embaixador cumulativo
- 2007 Escritório Financeiro em Nova York, Chefe do Escritório
- 2010 Coordenador do Grupo de Trabalho Copa-2014
- 2011 Assessor Especial da Secretaria-Geral



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**BELIZE**

Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Outubro de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
POLÍTICA INTERNA.....	7
POLÍTICA EXTERNA.....	8
ECONOMIA	11
CRONOLOGIA HISTÓRICA DE BELIZE	12
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	14
ATOS BILATERAIS	15
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	18

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Belize
GENTÍLICO	Belizenho
CAPITAL	Belmopan
ÁREA	22.966 km ² (Sergipe: 21.910 km ²)
POPULAÇÃO	312.971 (censo 2010), 327.719 (est. Jul/2012) [Roraima, 477 mil habitantes]
IDIOMAS	Inglês (oficial), espanhol e crioulo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos 39,3 %, Protestantes 32,5%, outros 13%, nenhuma 15,2%
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral: Senado com 12 membros e Câmara dos Deputados com 31 membros
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II (representada pelo Governador-Geral, Sir Colville Young)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Dean Oliver Barrow (desde fev/08)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Wilfred Peter Elrington (desde fev/08)
PIB (2011 – Banco Mundial)	US\$ 1,5 bilhões (Brasil: US\$ 2,486 trilhões)
PIB PPP (2011 - Banco Mundial)	US\$ 2.164 bi (Brasil: US\$ 2,3 tri)
PIB per capita (2011 - Banco Mundial)	US\$ 4.133 (Brasil: US\$ 10.710)
PIB PPP per capita (2011 - Banco Mundial)	US\$ 6.070 (Brasil: US\$ 11.805)
VARIACÃO PIB (Banco Mundial)	2,0% (2011); 2,9% (2010); 0% (2009)
IDH (UNDP 2011)	0,699 (93º no Mundo – Brasil: 0,718/84º)
EXPECTATIVA DE VIDA (UNDP 2011)	76,1 anos (Brasil: 73,5)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2011 - Banco Mundial)	76,9% (Brasil: 90%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	14,4% (abr/12) (Brasil 5,3% - ago/12)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar belizenho (US\$ 1=BZ\$ 1,888896, 24/09)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM BELMOPAN	Tomas Mauricio Guggenheim
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Belize não possui embaixada em Brasília
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	30 Brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL – EM US\$ MILHÕES – Fonte: MDIC

BRASIL – MEXICO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (Jan/ago)
Intercâmbio	3,026	2,083	3,424	3,849	4,283	4,389	4,579	3,541	4,074	2,812
Exportações (fob)	2,756	1,766	3,269	3,838	4,089	4,330	4,285	3,187	3,886	2,630
Importações (fob)	0,270	0,317	0,155	0,011	0,194	0,059	0,294	0,354	0,188	0,182
Saldo	2,486	1,449	3,114	3,827	3,895	4,271	3,991	2,833	3,698	2,448

PERFIS BIOGRÁFICOS

Dean Oliver Barrow – Primeiro-Ministro de Belize

Nasceu em Belize City, em 1951. É formado em Direito pela Universidade das Índias Ocidentais e possui Mestrado em Direito e Artes pela Universidade de Miami. É sócio da “Law Firm Barrow & Williams”. Foi Deputado, líder do “United Democratic Party” (UDP), entre 1990 e 1993, Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Desenvolvimento Econômico e Procurador Geral durante os períodos de 1984-88 e 1993-98. Foi líder da oposição entre 1998 e fevereiro de 2008, quando tomou posse como Primeiro-Ministro, após a vitória de seu partido nas eleições de janeiro daquele ano. Foi reeleito em março de 2012.

Wilfred Peter Elrington – Ministro dos Negócios Estrangeiros e Procurador-Geral

Nasceu em Belize City, em 1948. Formou-se em Direito pela Universidade das Índias Ocidentais. É advogado, sócio-fundador da “Law Firm of Pitts & Elrington”. Foi Senador e líder do Governo entre 1993 e 1998. Criou, em 2008, o *Samuel Haynes Centre for Excellence*, orientado para a capacitação de pessoas de pouca instrução, desempregados e sem perspectiva, sobretudo jovens e mulheres, mediante o ensino de pequenos ofícios. Foi eleito Deputado pelo distrito de Pickstock, e é Ministro dos Negócios Estrangeiros desde fevereiro de 2008. Com a reeleição do Primeiro-Ministro Dean Barrow, foi reconduzido ao cargo em março de 2012. É também Procurador Geral.

Colville Young – Governador-Geral de Belize

Nasceu em 20 de novembro de 1932. Graduiu-se bacharel em Língua Inglesa pela Universidade das Índias Ocidentais, na Jamaica, e obteve título de doutor em Linguística pela Universidade de York, na Inglaterra. É um dos fundadores do Partido Liberal, que mais tarde faria parte da UDP. Exibe uma extensa carreira acadêmica, tendo publicado diversos livros sobre a identidade e a literatura caribenhas. Na década de 1980, tornou-se Presidente da University College of Belize. Young também atuou no ramo musical, publicando peças musicais como cantatas e óperas. Foi apontado Governador-Geral de Belize pela Rainha Elizabeth, em 1993, e Comandante da Ordem do Império Britânico, em 1994.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Belize mantêm, desde 1983, relações diplomáticas amigáveis, mas pouco densas. Em 2006, as relações bilaterais receberam impulso adicional a partir da instalação da Embaixada do Brasil em Belmopan. O estabelecimento da Embaixada em Belize completou a rede diplomática brasileira na América continental. A abertura recíproca de missões diplomáticas foi acordada durante a primeira visita ao Brasil do governante belizenho, o então Primeiro-Ministro Said Musa, em junho de 2005. Na ocasião, foram assinados um acordo de cooperação técnica e um de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais. Um Memorando de Entendimento na área da saúde foi assinado em 2009, por ocasião da visita ao Brasil do Ministro da Saúde de Belize, Pablo Marin, quando conheceu o sistema de saúde brasileiro e identificou áreas de interesse em cooperação.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wilfred Elrington, visitou o Brasil por ocasião da Primeira Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em abril de 2010, em Brasília. Os Chanceleres assinaram, na ocasião, “Acordo de Cooperação Cultural”, “Acordo de Cooperação na Área de Educação” e “Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Apoio Técnico para a Implantação do Banco de Leite Humano em Belize”.

Em fevereiro de 2011, à margem da Cúpula da CARICOM, em Granada, os Chanceleres voltaram a se encontrar. Na ocasião, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, ressaltou que o Governo brasileiro deseja continuar a aprofundar as relações com Belize e manifestou interesse em ampliar o comércio bilateral. O Ministro indicou o interesse do Governo brasileiro em estreitar vínculos na área de biocombustíveis e sugeriu de cooperação em matéria de segurança pública e combate ao narcotráfico e ao crime organizado.

O Chanceler Elrington manifestou o desejo de que a relação com o Brasil ganhe crescente conteúdo. Refêriu-se à possibilidade de o Brasil contribuir para o desenvolvimento agrícola de seu país e pediu que fosse estimulada a participação do setor privado brasileiro em Belize. O Chanceler revelou também especial interesse em receber cooperação na área educacional e em formação profissional.

O comércio entre Brasil e Belize ainda é tímido, mas centrado em produtos manufaturados (80,7% do total da pauta). Produtos básicos correspondem a 18,6%, e semi-manufaturados, a 0,5%.

Entre 2010 e 2011, o fluxo comercial bilateral cresceu 15,1%. Em 2012, de janeiro a agosto, a corrente bilateral apresentou crescimento de 10,8% sobre igual período de 2011. Nos anos anteriores, o intercâmbio havia registrado retração de 4,9%, caindo de US\$ 4,3 milhões, em 2007, para US\$ 4,1 milhões, em 2011.

A corrente de comércio está fortemente baseada nas exportações brasileiras, que incluem produtos alimentícios e de construção civil (ladrilhos, vidrados e esmaltados; preparações alimentícias e conservas de bovinos; e bombons, caramelos e confeitos sem cacau).

Em 2011, as importações brasileiras de produtos belizenhos contabilizaram US\$ 188 mil (4,6% do fluxo bilateral). As importações brasileiras compõem-se majoritariamente de partes de aparelhos elétricos de iluminação e sinalização para carros e produtos para ginástica.

No campo dos investimentos, merece destaque recente visita de representantes da Eletrobras a Belize City, a convite da estatal *Belize Electricity Limited* (BEL). Tratou-se da primeira missão brasileira com objetivos econômicos. Durante as reuniões, o Presidente da BEL demonstrou flexibilidade para corresponder a eventuais interesses da Eletrobras, em projetos que poderiam lidar com energia eólica, biomassa, linhas de transmissão ou conexão com ilhas belizenhas. A BEL demonstrou interesse em eventual aquisição pela Eletrobras da BECOL, subsidiária da empresa canadense Fortis, antiga controladora da BEL.

Cooperação Técnica, Científica e Cultural

O Programa de Cooperação entre Brasil e Belize está amparado pelo Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize, em 7 de junho de 2005 e promulgado em 3 de novembro de 2008.

Atualmente, existem cinco projetos de cooperação técnica em execução, quatro na área de agricultura e um na de saúde, além de dois outros em fase de assinatura. Os cinco projetos em execução foram negociados durante missão conjunta da Agência Brasileira de Cooperação – ABC e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, no período de 6 a 10 de julho de 2009. Há, ainda, propostas de cooperação nas áreas de saúde e arquivologia.

Conforme informado pelo Vice-Ministro de Agricultura e Pesca de Belize, em 2010, o Governo belizenho tem encontrado dificuldades administrativas para dar seguimento aos projetos de cooperação. Em consequência, os projetos na área agrícola atualmente aguardam posicionamento daquele Governo. Não obstante, em nota de 30 de março de 2012, a Chancelaria belizenha informou que o Ministério de Recursos Naturais e Agricultura tem grande interesse na continuação dos projetos, em especial por cooperação no cultivo da cana-de-açúcar.

Em agosto de 2012, a Vice-Ministra do Desenvolvimento Humano, Transformação Social e Combate à Pobreza de Belize, Judith Alpuche, manifestou interesse em realizar, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, missão prospectiva ao Brasil, com vistas a conhecer experiência brasileira em políticas de inclusão social, notadamente o Programa "Bolsa Família" e o sistema de Cadastro Único.

Assistência Humanitária

Por ocasião do furacão “Tomas”, que atingiu Belize em outubro de 2010, o Brasil transferiu US\$ 145 mil para a Agência Caribenha de Manejo de Resposta de Emergência (CDEMA), por intermédio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, para auxílio em resposta imediata e reparação de escolas. O Governo belizenho enviou carta de agradecimento ao Governo brasileiro pelos recursos.

Assuntos Consulares

A Embaixada em Belmopan presta, por meio de seu setor consular, o apoio necessário à comunidade brasileira no país, estimada em cerca de trinta brasileiros na jurisdição da Embaixada.

POLÍTICA INTERNA

Belize é uma monarquia parlamentarista, cujo Chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, representada no país pelo Governador-Geral, Colville Young. O sistema eleitoral de Belize é parlamentarista, com voto distrital. A Casa dos Representantes (Câmara dos Deputados) é formada por 31 representantes eleitos por voto popular, ao passo que o Senado é formado por 12 parlamentares nomeados pelo Governador-Geral (6 por indicação do Primeiro-Ministro, 3 do líder da oposição, e outros 3 de entidades da sociedade civil). Os mandatos dos parlamentares têm duração de até cinco anos.

Seguindo os resultados eleitorais, o Primeiro-Ministro, do partido vencedor, forma seu Governo com até 14 ministros, sendo 11 escolhidos entre os deputados eleitos no pleito e até 4 entre os Senadores. As últimas eleições em Belize foram realizadas em março de 2012, resultando na reeleição do Primeiro-Ministro Dean Barrow, do *United Democratic Party* (UDP).

A despeito da existência de outros partidos, Belize caracteriza-se pela polarização entre PUP (People's United Party) e UDP. O PUP, sob a liderança de George Price, arquiteto da independência do país, falecido em setembro de 2011, identificava-se como partido de esquerda, mas adotou políticas de respeito “às leis do mercado”, com a substituição de Price por Said Musa e a ascensão deste a Primeiro-Ministro. Denúncias de corrupção, no entanto, permitiram ao UDP, de Dean Barrow, conquistar 25 das 31 cadeiras na Câmara dos Representantes nas eleições de 2008, além de quase todas as prefeituras.

O Governo de Dean Barrow enfrentou críticas e pressões da oposição e de setores da imprensa e da sociedade belizenhas. O elemento original da plataforma de Barrow – considerando que problemas de segurança, estagnação econômica, escassez de recursos e o diferendo territorial com a Guatemala são foco de discursos e promessas de ambos os partidos – foi a adoção de medidas de cunho nacionalista, destacando-se a estatização da *Belize Electricity Limited* e da *Belize Telemedia Limited*.

Confiando nos resultados de seu Governo, Barrow convocou eleições gerais para março de 2012, apesar de poder fazê-lo até 2013. No pleito, a UDP conquistou 17 das 31 cadeiras, assegurando um novo mandato, resultado abaixo do esperado pelo Governo. Seguindo dispositivo constitucional, Barrow nomeou 15 Ministros, 11 escolhidos dentre os 17 eleitos pelo UDP, e 4 entre os Senadores. O Primeiro-Ministro continua acumulando a função de Ministro das Finanças e do Desenvolvimento Econômico; e o Chanceler, Wilfred Elrington, também é Procurador-Geral.

Reeleito, Barrow declarou como objetivo imediato a obtenção de petróleo da PETROCARIBE, para reduzir os preços ao consumidor e, no longo prazo, a construção de uma refinaria e o incentivo aos biocombustíveis. Em setembro, aportou em Belize o primeiro navio com carregamento de combustível fornecido pela Petróleos de Venezuela, S.A - PDVSA ao amparo da iniciativa PETROCARIBE. Barrow também declara interesse no aumento dos subsídios à atividade agrícola e no financiamento da entrada exigida pelos bancos para aquisição de moradias.

A oposição belizenha, por sua vez, enfrentou dificuldades. O líder do PUP, e sucessor do ex-Primeiro-Ministro Said Musa, Francis Fonseca, não conseguiu transmitir a impressão de competência e assertividade encarnada por Barrow. Durante a campanha de Fonseca, que pareceu endossar sem reservas as políticas de Musa, dois candidatos com vitórias prováveis renunciaram a suas candidaturas, comprometendo as possibilidades de vitória do PUP e dando origem a uma facção minoritária no partido.

Além dos problemas de representatividade, o PUP encontrou dificuldades no financiamento da campanha, adstrito a recursos privados ou dos próprios candidatos.

A segurança pública é um dos principais problemas internos de Belize. Relatório emitido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) aponta uma taxa de 41,7 assassinatos por cem mil habitantes no país, 31% superior à taxa registrada em 2010 e 122% superior à registrada dez anos antes. Em declaração recente, o Chanceler Elrington afirmou que a segurança e a estabilidade da nação estariam sendo ameaçadas pelas quadrilhas associadas com o tráfico transnacional de drogas entre a América do Sul e os Estados Unidos.

POLÍTICA EXTERNA

Apesar de se definir como “país-ponte” entre o Caribe e a América Central, a política externa de Belize não prioriza a América Latina, concentrando-se em quatro grandes temas: (a) as relações com grandes doadores e parceiros de cooperação - EUA, Reino Unido, União Européia e Taiwan (b) as relações com os vizinhos México e Guatemala; (c) as aproximações de Cuba e Venezuela; e (d) a participação no Sistema de Integração Centro-Americana - SICA e na Comunidade do Caribe

CARICOM. O país possui apenas quinze Embaixadas e Missões diplomáticas no exterior.

Relações com países desenvolvidos e Taiwan

A relação de Belize com países desenvolvidos, em especial EUA, Reino Unido, União Europeia e, ocasionalmente, Japão, está centrada em doações e programas de cooperação. Como no resto da região, a influência dos EUA é clara, fazendo-se notar, por exemplo, no combate ao narcotráfico, como demonstrado pelo seminário organizado pela *American Bar Association*, em parceria com a britânica *International Governance and Risk Institute*, em janeiro de 2012, para treinar juizes, promotores e advogados belizenhos no tratamento de crimes transnacionais.

A relação com Taiwan também é marcada por doações e programas de cooperação, ilustrados pela recente entrega de equipamentos e de US\$ 200 mil para iniciar a instalação de um *Inspiration Center*, para atender a 400 crianças e adolescentes deficientes. Doações recentes de Taiwan também beneficiaram a “Zona Franca de Corozal”, próxima à fronteira com o México. Vários outros países da América Central reconhecem Taiwan.

As relações com o México e o diferendo com a Guatemala

Belize mantém uma relação diferenciada com México e Guatemala. Em 2010, após dois anos de Governo, o Primeiro-Ministro, Dean Barrow, escolheu o México como destino de sua primeira visita bilateral ao exterior. Entre o México e Belize há intenso comércio bilateral – o México é o quinto destino das exportações belizenhas e a segunda maior fonte das importações do país –, forte intercâmbio cultural e grande fluxo turístico.

O diferendo territorial com a Guatemala, que teve origem na interpretação de tratado assinado entre Grã-Bretanha e Guatemala em 1859, constitui tema de grande importância para Belize. Em 1991, ao reconhecer a independência de Belize, a Guatemala manifestou expressamente o não-reconhecimento das fronteiras definidas com a Grã-Bretanha.

A Organização dos Estados Americanos – OEA tem contribuído, desde o ano 2000, para o diálogo entre Guatemala e Belize. Em 2003, a OEA estabeleceu Escritório na “Zona da Adjacência”, faixa correspondente aos limites provisórios. O Escritório promove a interação entre comunidades e autoridades dos dois países e acompanha incidentes que possam ameaçar o processo de paz. Criou-se, igualmente, o “Grupo de Amigos”, integrado por Brasil; Argentina; Canadá; Costa Rica; Equador; El Salvador; Estados Unidos; Espanha; Honduras; Japão; Jamaica; México; Nicarágua; Noruega; Panamá; Reino Unido; e Suécia, que prevê apoio político, operacional e financeiro ao processo. O Brasil, como integrante do Grupo de Amigos, já realizou três

aportes ao Fundo Belize-Guatemala: 2002 (US\$ 7,5mil), 2003 (US\$ 25 mil) e 2009 (US\$ 25 mil).

Em 2005, as partes firmaram, em Washington, o “Acordo sobre um Marco de Negociação e Medidas de Fomento da Confiança”. Em 2008, na sede da OEA, firmaram acordo para submeter a disputa à Corte Internacional de Justiça (CIJ), sujeito à aprovação em referendos simultâneos nos dois países. Ao iniciar seu Governo, no mês de janeiro, o novo Presidente da Guatemala, Otto Pérez Molina, e o novo Chanceler, Harold Caballeros, reafirmaram o compromisso da Guatemala com o acordo envolvendo a CIJ.

Em abril de 2012, na OEA, os Chanceleres de Belize, Wilfred Elrington, e da Guatemala, Harold Caballeros, marcaram para 6 de outubro de 2013 a realização das consultas populares simultâneas prevista no acordo da CIJ. Em agosto de 2012, o Primeiro-Ministro, Dean Barrow, indicou que Belize destinou US\$ 4,5 milhões de dólares de seu orçamento fiscal do exercício 2012-2013 para campanhas de informação pública com vistas à realização dos referendos nacionais sobre a decisão de encaminhar o diferendo à CIJ.

Apesar da aproximação diplomática, são freqüentes os incidentes na zona fronteiriça. Em 18 de julho, por exemplo, um cidadão guatemalteco foi morto em tiroteio com a força de Defesa de Belize, quando foi flagrado, juntamente com dois outros nacionais da Guatemala, extraindo madeiras finas de território supostamente belizenho. De acordo com a Chancelaria de Belize, o incidente ocorreu fora da Zona de Adjacência, o que excluiria uma intervenção ou atuação *ex officio* do Escritório da OEA. Autoridades belizenhas e até mesmo alguns jornais guatemaltecos, no entanto, reconhecem que o ocorrido teve lugar em território de Belize.

Cuba e Venezuela

A presença cubana em Belize baseia-se em programas de assistência, concentrados em educação e saúde, eficazes e de alta visibilidade para os belizenhos. Os programas foram iniciados após o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, em 1995.

Em setembro de 2011, navio venezuelano com carregamento de combustível fornecido pela PDVSA aportou em Belize, no marco do acordo de adesão de Belize à PETROCARIBE, que permanecera inativo durante longo tempo.

Participação nos organismos regionais

Belize tem discreta atuação em organismos internacionais. No âmbito regional, o país participa de forma ativa na CARICOM e no SICA. Belize é também sede do *Caribbean Community Climate Change Center*, instalado em Belmopan. Belize apóia a expansão dos assentos permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e manifestou apoio ao projeto de resolução do G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia belizenha é caracterizada por seu porte diminuto, abertura econômica e dependência do setor externo, especialmente quanto a empréstimos de organismos financeiros e doações internacionais. Classificado com país de renda média, Belize não tem acesso a diversas facilidades oferecidas a países de menor desenvolvimento relativo (PMDR), e julga incorreta sua exclusão deste último grupo, ainda que de fato não cumpra os requisitos – renda per capita inferior a US\$ 745,00 por ano e vulnerabilidade econômica e social da população - para ser classificado como PMDR. A renda per capita de Belize, por exemplo, chega a mais de 5 vezes aquele valor. O Governo empenha-se, junto a instâncias financeiras multilaterais, no sentido de corrigir essa distorção.

O turismo é o principal setor da economia belizenha. O número de turistas aumentou de 72.400, em 2011, para 76.900, em 2012, incremento de 6,2% no período. Outros setores importantes são os de pesca, cítricos, cana, bananas e vestuário.

O grau de abertura econômica, aliado ao baixo volume de exportações, torna a economia do país vulnerável a choques externos. No contexto da crise econômica de 2008, a desaceleração acentuou o desemprego e a estagnação econômica, especialmente em Belize City. Segundo dados do Banco Mundial, o PIB belizenho recuperou-se, crescendo 2,9%, em 2010, e 2%, em 2011, quando atingiu cerca de US\$ 1,5 bilhão. Para esse resultado, contribuíram os setores cítrico e açucareiro, bem como a “Zona Franca de Corozal”, próxima à fronteira com o México. Outro fator foi o aumento no número de pernites dos turistas que visitam o país.

A balança comercial belizenha tem sido beneficiada pelo aumento no valor das vendas de petróleo. Após caírem em 2009, as exportações aumentaram significativamente em 2010 e 2011, alcançando, neste último ano, a cifra de US\$ 603 milhões, 26% a mais que em 2008. As importações superaram significativamente as exportações, tendo alcançado US\$ 774 milhões em 2011, ano que registrou o menor déficit dos últimos anos na balança comercial do país.

Os fluxos comerciais belizenhos são concentrados com países do entorno regional, sobretudo com os Estados Unidos, tradicionalmente o principal parceiro comercial do país. Os déficits no balanço de pagamentos e nas contas públicas têm sido cobertos por empréstimos internacionais e por doações da UE, de Taiwan e do Fundo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, entre outros. A dívida pública, incluindo o chamado “super bond” (empréstimo de US\$ 565 milhões, que corresponde à metade do endividamento público e paga taxa de juros ascendente, atualmente em 8,5% ao ano), já alcança um terço do PIB.

Recentemente, o Governo de Belize anunciou a decisão de renegociar o “super bond”, tendo solicitado, em setembro, o apoio do Governo brasileiro para negociações junto ao BID. O Brasil ainda não reagiu à solicitação belizenha. O Primeiro-Ministro Dean Barrow afirmou, durante a campanha eleitoral, que forçaria os credores dos títulos de dívida a aceitarem uma renegociação.

De acordo com dados do Banco Mundial, no lustro encerrado em 2011, Belize recebeu um total de US\$ 606 milhões em investimentos estrangeiros diretos (média de US\$ 121,2 milhões por ano), com grande redução nos dois últimos anos, quando a média caiu para US\$ 93,8 milhões por ano, queda de 46% em relação à média do triênio anterior. A principal agência de promoção de investimentos do país é a *Belize Trade and Investment Development Service* (BELTRAIDE), que promove oportunidades em diversos setores da economia belizenha, com destaque para as áreas de turismo, principal setor da economia do país; agronegócio, um dos principais setores da exportação belizenha; e serviços. O país ocupa o 93º lugar no ranking *Doing Business* - ligado ao Banco Mundial e ao IFC (*International Finance Corporation*) – posição superior à dos demais países do istmo centro-americano, com exceção do Panamá, que ocupa o 61º lugar. Para efeito de comparação, o Brasil ocupa a 126ª colocação no mesmo ranking.

A média anual dos investimentos estrangeiros diretos recebidos por Belize nos últimos cinco anos representou 8% do PIB do país em 2011. No caso do Brasil, cifra análoga corresponde a 1,8% do PIB de 2012. A formação bruta de capital em Belize alcançou 25% do PIB em 2008, último dado disponível de acordo com informações do Banco Mundial. Para o Brasil, o índice flutuou entre 18% e 21% entre 2007 e 2011.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE BELIZE

Século XVII	Bucaneiros e lenhadores ingleses começam a ocupar a região do Rio Belize.
1763–1783	A Espanha assina tratados concedendo a ingleses o privilégio da exploração da madeira, mas não renuncia à soberania.
1798	A Espanha tenta retirar os colonos britânicos pela força, sem sucesso.
1847–1853	Milhares de refugiados provenientes do México se estabelecem no norte de Belize, refugiando-se da Guerra de Castas.
1859	O Reino Unido e a Guatemala assinam tratado estabelecendo a fronteira de Belize.

1862	Belize é formalmente declarada uma colônia da Coroa Britânica, com o nome de Honduras Britânica.
1893	O México renuncia à reivindicação do território de Belize.
1930	A economia belizenha é afetada pela Crise de 29; Belize City é destruída por um furacão.
1954	Reformas constitucionais dão a Belize autonomia limitada; as eleições gerais são ganhas pelo People's United Party (PUP), liderado por George Price.
1961	O Furacão Hattie mata mais de 260 pessoas.
1964	Nova constituição concede plena autonomia a Belize, e introduz sufrágio adulto universal e um parlamento bicameral.
1970	Belmopan substitui Belize City como capital.
1973	O país muda seu nome de Honduras Britânica para Belize.
1981	Belize torna-se independente, com George Price como Primeiro-Ministro, mas a Guatemala se recusa a reconhecer o novo país. Cerca de 1.500 soldados britânicos permanecem em Belize.
1984	Manuel Esquivel, do United Democratic Party (UDP), de centro-direita, torna-se Primeiro-Ministro ao derrotar o PUP de Price em eleições gerais.
1991	A Guatemala reconhece Belize como Estado soberano e independente.
1993	Manuel Esquivel torna-se, novamente, Primeiro-Ministro depois de derrotar o PUP em eleições gerais. Reino Unido declara que irá retirar suas tropas em 1994, depois do reconhecimento guatemalteco a Belize, em 1991. Esquivel suspende o acordo com a Guatemala feito enquanto Price era o Primeiro-Ministro, alegando que foram feitas muitas concessões em troca do reconhecimento.
1998	Said Musa, do PUP, torna-se Primeiro-Ministro.
2000	O Furacão Keith provoca grande destruição.
2001	O Furacão Iris deixa milhares de desabrigados.
2002	Belize e Guatemala redigem um acordo com o auxílio da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Acordo, que previa referendos nos dois países, foi rejeitado pela Guatemala em 2003.
2003	Said Musa é eleito para um segundo mandato como Primeiro-Ministro. Estabelece-se Escritório da OEA na "Zona da Adjacência" entre Belize e Guatemala.
2005	Guatemala e Belize firmaram, em Washington, o "Acordo

	sobre um Marco de Negociação e Medidas de Fomento da Confiança”.
2006	Belize inicia a exploração comercial de petróleo.
2007	A OEA recomenda que a disputa territorial entre Belize e Guatemala seja levada à Corte Internacional de Justiça (CIJ).
2008	Dean Barrow torna-se Primeiro-Ministro, depois da vitória eleitoral do UDP. Guatemala e Belize assinam acordo para, condicionado a futura aprovação em referendos simultâneos, submeter a disputa à solução final da Corte Internacional de Justiça.
2012	Dean Barrow reelege-se e permanece no cargo de Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1983	Brasil e Belize estabelecem relações diplomáticas.
2005	O Primeiro-Ministro de Belize, Said Musa, visita o Brasil e se reúne com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2006	O primeiro Embaixador do Brasil em Belize, Roberto Pires Coutinho, apresenta suas credenciais em Belmopan.
2008	O Brasil presta assistência humanitária às vítimas da tempestade tropical “Arthur”, no Belize. Missão multidisciplinar da Agência Brasileira de Cooperação – ABC resulta na elaboração de 4 projetos na área agrícola.
2010	O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, Wilfred Peter Erlington, visita o Brasil por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM.

	Por ocasião do furacão “Tomas”, que atingiu o país, o Brasil transfere US\$ 145 mil para a Agência Caribenha de Manejo de Resposta de Emergência
2011	O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, encontra-se com o Chanceler belizenho, à margem da Cúpula da CARICOM.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação no DOU
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais	7/6/2005	7/6/2005	30/12/2005
Acordo de Cooperação Técnica	7/6/2005	12/9/2008	04/11/2008
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto “Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Arroz	19/1/2010	19/1/2010	25/3/2010

de Terras Altas em Belize”			
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto “Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Feijão em Belize”	19/1/2010	19/1/2010	25/3/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto “Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Milho em Belize”	19/1/2010	19/1/2010	25/3/2010
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto “Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Soja em Belize”	19/1/2010	19/1/2010	25/3/2010
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize	26/4/2010	Em Tramitação no CN	
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize na Área de Educação	26/4/2010	Em ratificação pelo Brasil	
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize Para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para a Implantação do Banco de Leite Humano em	26/4/2010	26/4/2010	17/5/2010
Belize			

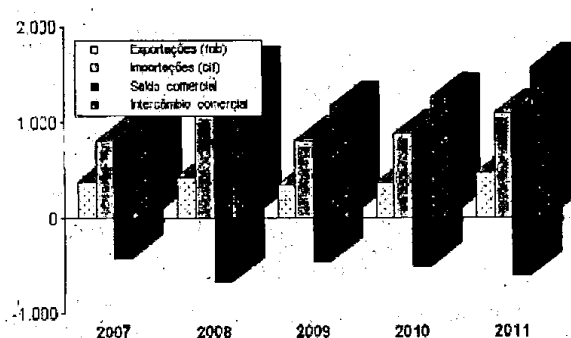
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

BELIZE: COMÉRCIO EXTERIOR

(US\$ milhões)

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações (fob)	394	441	360	374	479
Importações (cif)	809	1.108	814	882	1.091
Saldo comercial	-415	-667	-455	-507	-612
Intercâmbio comercial	1.204	1.548	1.174	1.256	1.570

Elaborado pelo MRE DOBODI - Divisão de Relações Comerciais, com base em dados do FMI, Director of Trade Statistics, August 2012.



O comércio exterior de Belize apresentou, em 2011, variação de 30% em relação a 2007, passando de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 1,6 bilhão. No ranking do FMI de 2011, Belize figurou como o 165º principal mercado mundial, sendo 160º na exportação e 165º na importação.

BELIZE: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	118,3	31,6%	181,7	37,9%
Reino Unido	81,1	21,7%	78,9	16,5%
Costa Rica	42,6	11,4%	47,6	9,9%
Nigéria	18,0	4,8%	20,7	4,3%
Japão	9,1	2,4%	17,4	3,6%
Trinidad and Tobago	11,8	3,2%	13,2	2,8%
Jamaica	8,0	2,1%	8,9	1,9%
Costa do Marfim	3,8	1,0%	8,7	1,8%
Países Baixos	10,2	2,7%	8,2	1,7%
Espanha	4,8	1,3%	8,2	1,7%
...				
<i>Brasil</i>	<i>0,4</i>	<i>0,1%</i>	<i>0,2</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	308,0	82,3%	393,7	82,1%
Outros países	66,3	17,7%	85,7	17,9%
Total	374,3	100,0%	479,4	100,0%

Elaborado pelo SIREDP/DEIC - Divisão de Estatística Econômica, com base em dados do FMI, Diretoria Trade Statistics, Maio 2012.

As exportações de Belize são destinadas em grande parte às economias avançadas. Em 2011 representou 68% do total das vendas do país. A União Europeia foi responsável pela compra de 22% do total e os países emergentes compraram 32% do estoque em 2011. Individualmente, os Estados Unidos são os principais compradores, participando com 38% do total. Destacaram-se ainda, Reino Unido com 17% e Costa Rica com 10%. O Brasil posicionou-se no 44º lugar entre os principais compradores em 2011, sem participação significativa no total.

BELIZE: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

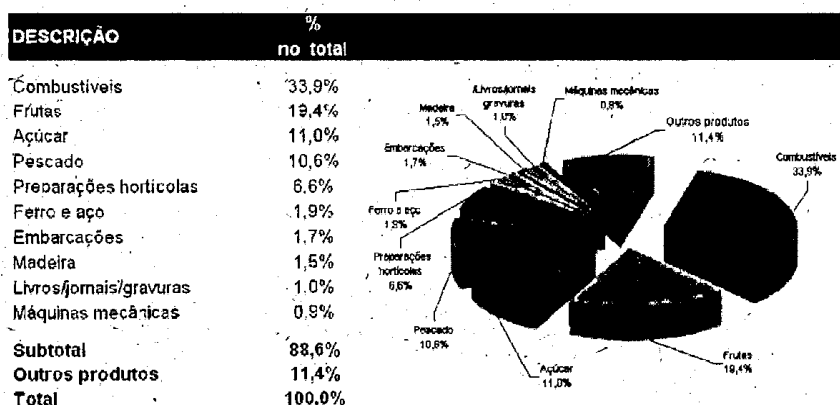
DESCRIÇÃO	2010	% no total	2011	% no total
Estados Unidos	319	36,1%	417	38,3%
México	101	11,5%	111	10,2%
Cuba	89	10,1%	100	9,2%
Guatemala	53	6,0%	59	5,4%
China	44	5,0%	55	5,0%
Trinidad and Tobago	40	4,5%	45	4,1%
Alemanha	13	1,5%	29	2,7%
Rússia	27	3,0%	26	2,4%
Índia	12	1,4%	25	2,3%
Antilhas Holandesas	20	2,3%	22	2,0%
...				
<i>Brasil</i>	<i>3,5</i>	<i>0,4%</i>	<i>4,3</i>	<i>0,4%</i>
Subtotal	722	81,8%	895	82,0%
Outros países	160	18,2%	196	18,0%
Total	882	100,0%	1.091	100,0%

Elaborado pelo SIREDP/DEIC - Divisão de Estatística Econômica, com base em dados do FMI, Diretoria Trade Statistics, Maio 2012.

As importações de Belize são também originárias, em sua maioria, das economias avançadas. Em 2011, representaram 52% do total das compras do país, sendo 9% da União Europeia. Os países emergentes supriram 39% das necessidades de compra do país em 2011. Individualmente os Estados Unidos foram os principais fornecedores de bens à Belize, com 38% do total. Seguiram-se o México com 10%, Cuba com 9% e Guatemala com 5%. O Brasil obteve o 26º lugar, com 0,4% do total.

BELIZE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2011⁽¹⁾ - Em %



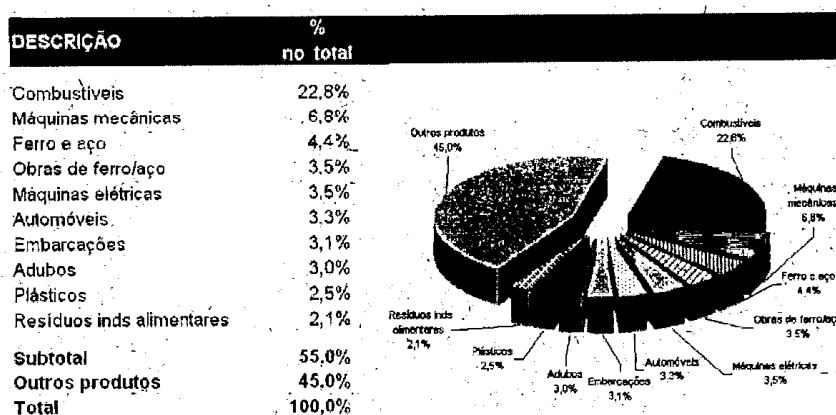
Elaborado pelo MIDEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap

(1) Belize não informou os dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, as estatísticas são baseadas em informações dos parceiros, o que pode causar divergências.

A pauta de exportações de Belize é concentrada. Combustíveis foram responsáveis por 1/3 das vendas do país em 2011, em sua maioria, óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos. Bananas, incluídas as pacovas ("plantains"), frescas ou secas e melões, melancias e mamões (pepais), frescos, foram as frutas mais exportadas, somando 19% do total da pauta em 2011. Seguiram-se açúcar (açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido e melações resultantes da extração ou refinação do açúcar) foram responsáveis por 11% das vendas, pescado com 11%, preparações horticolas com 7%.

BELIZE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2011⁽¹⁾ - Em %



Elaborado pelo MIDEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/TradeMap

(1) Belize não informou os dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, as estatísticas são baseadas em informações dos parceiros, o que pode causar divergências.

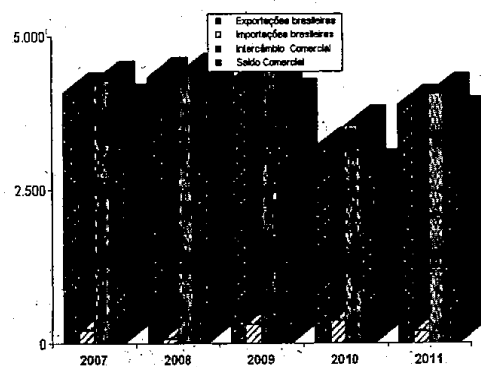
Combustíveis (óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos, etc) foram responsáveis por 23% das compras do país em 2011. Seguiram-se máquinas mecânicas (7%); ferro e aço (4%); obras de ferro/aço (4%); máquinas elétricas (4%); automóveis (3%).

BRASIL-BELIZE: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)
Exportações brasileiras	4.089	4.330	4.285	3.187	3.886	2.155	2.482
Varição em relação ao ano anterior	6,5%	5,9%	-1,0%	-25,6%	21,9%	20,4%	15,2%
Importações brasileiras	194	59	294	354	188	114	28
Varição em relação ao ano anterior	1621,5%	-69,8%	402,6%	20,1%	-46,7%	-45,0%	-75,6%
Intercâmbio Comercial	4.283	4.389	4.579	3.541	4.074	2.269	2.510
Varição em relação ao ano anterior	11,3%	2,5%	4,3%	-22,7%	15,1%	13,6%	10,6%
Saldo Comercial	3.895	4.272	3.991	2.833	3.698	2.041	2.454

Elaboração: Atlas BR/DEBRI/O - Divisão de Interação Comercial - sob base em dados do MEGALISA/Anuário

No ranking do comércio exterior brasileiro, Belize figurou como o 180º parceiro comercial. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país decresceu cerca de 5%, bem como as exportações e a queda de 3% das importações. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 4,3 milhões em 2007, para US\$ 4 milhões em 2011. O saldo da balança comercial, sempre favorável ao Brasil em todo o período analisado, registrou superávit de US\$ 3,7 milhões em 2011.

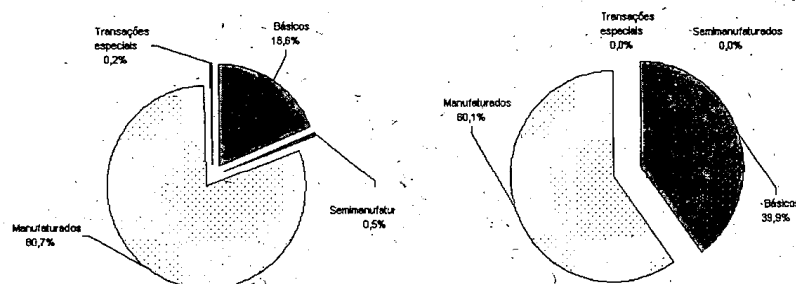


BRASIL-BELIZE: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ mil, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	724,6	18,6%	75,1	39,9%
Semimanufaturados	17,6	0,5%	0,0	0,0%
Manufaturados	3.135,5	80,7%	113,3	60,1%
Transações especiais	8,3	0,2%	0,0	0,0%
Total	3.886,1	100,0%	188,3	100,0%

Elaboração pelo MRE/UPREDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do BDIIC

As exportações brasileiras para Belize são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 81% das vendas em 2011, com destaque para pneus e conservas de bovinos. Em seguida posicionaram-se os básicos, com 19%, com destaque para fumo. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados também predominaram, representando 60% do total em 2011, com destaque para aquecedores, circuitos impressos, partes de instrumentos de cordas e brinquedos. Seguiram-se os bens básicos com 40%, com destaque para pescados (carne de tubarão azul).



BRASIL-BELIZE: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Belize, 2011
			Valor	% no total	
Borracha	358	216	1.206	31,0%	Borracha
Preparações de carne	378	440	638	16,4%	Preparações de carne
Fumo	328	0	354	9,1%	Fumo
Sementes/grãos	264	264	330	8,5%	Sementes/grãos
Cerâmicos	658	350	264	6,8%	Cerâmicos
Papel	87	173	190	4,9%	Papel
Pedras preciosas/ouro	0	0	150	3,9%	Pedras preciosas/ouro
Máquinas mecânicas	568	316	142	3,7%	Máquinas mecânicas
Móveis	46	82	113	2,9%	Móveis
Leite/ovos/mel	438	154	97	2,5%	Leite/ovos/mel
Subtotal	3.123	1.995	3.482	89,6%	
Outros produtos	1.162	1.192	404	10,4%	
Total	4.285	3.187	3.886	100,0%	

Elaboração pelo MRE/UPREDIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do BDIIC/ECDFAN.net

Os bens manufaturados predominaram na pauta de exportações brasileiras para Belize. Borrache (pneus novos para automóveis de passageiros, outros pneus novos para ônibus ou caminhões, etc) responderam por 31% do total da pauta em 2011. Preparações de carne, especificamente preparações alimentícias e conservas, de bovinos, foram responsáveis por 16% do total. Seguiram-se fumo (9%); sementes/grãos (9%); cerâmicos (7%) e papel (5%).

BRASIL-BELIZE: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Belize, 2011
			Valor	% no total	
Pescados	0,0	0,0	75,1	39,9%	
Máquinas elétricas	79,9	107,7	47,5	25,2%	
Instrumentos musicais	0,0	0,0	25,2	13,4%	
Brinquedos/jogos	5,2	35,9	19,6	10,4%	
Obras de ferro/aço	78,1	130,3	11,0	5,8%	
Vestuário de malha	0,0	0,0	5,8	3,1%	
Máquinas mecânicas	38,2	0,0	0,1	0,1%	
Hortícolas	41,3	42,8	0,0	0,0%	
Obras diversas	0,0	32,1	0,0	0,0%	
Alumínio	28,5	0,0	0,0	0,0%	
Subtotal	271,1	348,7	184,2	97,8%	
Outros produtos	23,2	4,9	4,1	2,2%	
Total	294,4	353,6	188,3	100,0%	

A pauta das importações brasileiras originárias de Belize é concentrada. Os quatro primeiros itens de produtos, pescados, máquinas elétricas, instrumentos musicais e brinquedos, somaram quase 90% do total importado daquele país em 2011. Os pescados, especificamente tubarões-azuis, congelados, em pedaços, sem pele, foram os primeiros produtos da pauta importadora, com 40% do total. Vale ressaltar que nos últimos 5 anos só houve importação de pescados em 2008. Seguiram-se as máquinas elétricas (partes de aquecedores/aparelhos elétricos para aquecimento de uso doméstico e conectores para circuito impresso) com 25%, instrumentos musicais (partes e acessórios para instrumentos musicais de cordas) com 13% e brinquedos/jogos (artigos e equipamentos para cultura física, ginástica, etc. e outras partes e acessórios para jogos de vídeo) com 10% do total.

BRASIL-BELIZE: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)		Exportações bras. para Belize, 2012 (jan-jul)
		Valor	% no total	
Exportações				
Máquinas elétricas	9	889	35,8%	
Cerâmicos	165	354	14,2%	
Preparações de carne	281	333	13,4%	
Borracha	653	186	7,5%	
Máquinas mecânicas	91	173	7,0%	
Fumo	354	82	3,3%	
Móveis	0	75	3,0%	
Papel	50	66	2,7%	
Madeira	18	64	2,6%	
Açúcar	0	54	2,2%	
Subtotal	1.620	2.276	91,7%	
Outros produtos	535	207	8,3%	
Total	2.155	2.482	100,0%	

DESCRIÇÃO	2011 (jan-jul)	2012 (jan-jul)		Importações bras. originárias de Belize, 2012 (jan-jul)
		Valor	% no total	
Importações				
Cerâmicos	0,0	22,9	82,4%	
Tapetes	0,1	3,0	10,9%	
Obras de ferro/aço	11,0	1,0	3,6%	
Máquinas elétricas	2,1	0,7	2,4%	
Máquinas mecânicas	0,0	0,2	0,6%	
Pescados	75,1	0,0	0,0%	
Brinquedos/jogos	19,6	0,0	0,0%	
Subtotal	107,8	27,7	99,8%	
Outros produtos	5,8	0,0	0,2%	
Total	113,6	27,8	100,0%	

Aviso nº 1.027 - C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LÚCIO PIRES DE AMORIM, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Belize.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 08/12/2012.

2

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 3, de 2013 (Mensagem nº 21, de 01/02/2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 3, de 2013, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Everton Vieira Vargas, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo do Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

O Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do referido diplomata, do qual extraio as informações que passo a relatar.

Filho de João Domingos da Luz Vargas e de Iná Vieira Vargas, o Sr. Everton Vieira Vargas nasceu em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro de 1955.

Formou-se em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal em 1977, tendo obtido o título de Master of Arts in International Relations pela Universidade de Boston, EUA, em 1983 e o doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília em 2001. Em 1976, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto

Rio Branco. Foi nomeado Terceiro-Secretário, em 1977, e, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário, em 1979, a Primeiro-Secretário, em 1985, Conselheiro, em 1991, Ministro de Segunda Classe, em 1997 e a Ministro de Primeira Classe em 2005, sempre por merecimento.

Dentre os cargos que assumiu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Coordenador-Geral da Cúpula das Américas, em 1995; Chefe da Divisão do Meio Ambiente, em 1998; Diretor-Geral do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, em 2001; Professor de Linguagem Diplomática no Instituto Rio Branco, de 2002 a 2007; Assessor Especial e Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, em 2005 e Subsecretário-Geral para Política, em 2007.

No exterior, atuou na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU) de 1988 a 1992; na Embaixada em Tóquio em 1992 e na Embaixada em Berlim, como Embaixador, de 2009 até a presente data.

Entre as missões que desempenhou no exterior, cabe ressaltar a chefia da delegação brasileira à VII e VIII Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil-Estados Unidos sobre Meio Ambiente, Brasília e Washington, em 2003 e 2005, respectivamente, Reunião do GT Brasil-Argentina sobre Cooperação Espacial, Buenos Aires, 2004; à Reunião Brasil-Rússia para Negociação do Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia, Moscou, 2006; à Reunião da Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Ucrânia, Kiev, 2008.

Foi Representante Titular do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, em 2001 e na Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, em 2003.

Em 1994 defendeu a tese “Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento”, aprovada no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco - CAE.

Publicou vários artigos acadêmicos, sendo os mais recentes: “A Construção Recente do Direito Internacional do Meio Ambiente: uma visão brasileira”, em *Direito Internacional do Meio Ambiente*, de Fernando Rey e Salem Nasser (2006); e “Global Challenges and the Shaping of International

Law”, publicado no Anuário Brasileiro de Direito Internacional, v. 1, nº 1, 2006.

Segundo documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, a Argentina é o principal sócio comercial e parceiro político do Brasil. Foi em torno do eixo Brasil-Argentina que se estabeleceu o Mercosul.

O volume e o perfil do comércio bilateral são dados centrais no relacionamento Brasil-Argentina. A corrente de comércio entre os dois países atingiu o montante de quase US\$ 40 bilhões em 2011, sofrendo significativa contração em 2012, devido à retração da demanda e à desaceleração do crescimento nos dois países por influência da crise econômica internacional.

No que diz respeito às exportações, houve redução importante das vendas brasileiras para a Argentina devido ao controle de importações implementado por aquele país diante da necessidade de alcançar superávit na balança comercial de modo a poder pagar compromissos externos. Consequentemente, as exportações somaram US\$ 16,7 bilhões, valor 20,5% menor do que o acumulado no mesmo período em 2011. Mesmo assim, a Argentina segue como terceiro principal destino das exportações brasileiras.

As principais demandas brasileiras na área comercial relacionam-se à pouca fluidez na emissão, pelas autoridades argentinas, das Declarações Juradas Antecipadas de Importação em diversos setores, em especial calçados, têxteis e confecções, móveis, autopeças, pneus, linha branca, carne suína e máquinas agrícolas. A Argentina reclama maior acesso ao mercado brasileiro para produtos como camarões, cítricos, uvas frescas, maçãs e peras.

No que concerne aos investimentos brasileiros na Argentina, estes ultrapassarão a cifra de US\$ 16 bilhões em 2014. O capital brasileiro está presente em vários setores da economia argentina, como petróleo, siderurgia, mineração, bancário, automotivo, têxtil, calçadista, máquinas agrícolas e de construção civil. O documento fornecido pelo Itamaraty registra que as empresas brasileiras na Argentina, detêm 1/3 do mercado de combustíveis, mais da metade da produção de cimento, 60% da produção de aço e 70% da fabricação de denim. Concentram-se os investimentos brasileiros nas províncias de Buenos Aires, Córdoba, Neuquén e Mendoza.

O Brasil tem atendido aos pedidos de financiamento para obras de infraestrutura na Argentina. A carteira de financiamentos aprovados pelo BNDES está em torno de US\$ 7,4 bilhões. Deste total, US\$ 4,5 bilhões referem-se a operações não concretizadas. Entre as mais recentes operações aprovadas figuram: o Gasoduto Bahia Blanca (US\$ 978 milhões); a Central Termelétrica Guillermo Brown (US\$ 233,3 milhões); e Emissário Subterrâneo de Berazategui (US\$ 122 milhões).

Quanto à política externa argentina no segundo mandato da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner, a principal prioridade é a questão das Ilhas Malvinas, o que propiciou denúncia, pela Argentina, de exploração indevida de recursos naturais nas Ilhas e de militarização do Atlântico Sul.

Também digna de nota foi a retenção da fragata argentina “Libertad” no porto ganense de Tema por ordem judicial que acatou pedido do fundo NML Capital, credor de títulos vencidos da dívida externa argentina.

Houve redução da atividade industrial argentina em 2012, da ordem de 1,3% nos primeiros nove meses do ano, esperando-se crescimento moderado do PIB em 2013, tendo como pressupostos principais uma safra abundante, negociada a preços internacionais historicamente elevados e o possível maior dinamismo da economia brasileira, uma vez que o Brasil ocupa o primeiro lugar entre os parceiros comerciais da Argentina, tanto para as importações como para as exportações.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 3, DE 2013** **(nº 21/2013, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Os méritos do Senhor Everton Vieira Vargas que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e estilizada, identificando-se como a do Presidente do Senado Federal.

EM nº 00370/2012 MRE

Brasília, 17 de Dezembro de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EVERTON VIEIRA VARGAS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EVERTON VIEIRA VARGAS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00370 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

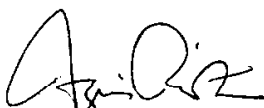
Brasília, 17 de dezembro de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **EVERTON VIEIRA VARGAS**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **EVERTON VIEIRA VARGAS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE EVERTON VIEIRA VARGAS

CPF.: 249.887.070-91

ID.: 6538 MRE

1955 Filho de João Domingos da Luz Vargas e Iná Vieira Vargas, nasce em 23 de janeiro, em Santo Ângelo/RS

Dados Acadêmicos:

1976 CPCD - IRBR
 1977 Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal
 1982 CAD - IRBR
 1983 Master of Arts in International Relations, Boston University/EUA
 1994 CAE - IRBR, Parceria Global? As Alterações Climáticas e a Questão do Desenvolvimento
 2001 Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário
 1979 Segundo-Secretário
 1985 Primeiro-Secretário, por merecimento
 1991 Conselheiro, por merecimento
 1997 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1977 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente
 1981 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
 1985 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente
 1987 Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe substituto
 1988 Instituto Rio Branco, Professor de Estudos Brasileiros para Estrangeiros
 1988 Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro
 1992 Embaixada em Tóquio, Conselheiro
 1993 V Conferência das Partes da Convenção Ramsar, Kushiro, Japão, Chefe da delegação
 1993 XIV Sessão do Conselho Internacional sobre Madeiras Tropicais e Sessão Especial para Negociação do Acordo Sucessor do Acordo Internacional de Madeiras Tropicais de 1983, Itoama, Japão, Chefe da delegação
 1995 Secretaria-Geral, Coordenador-Geral da Cúpula das Américas
 1998 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
 1998-2000 II, III e IV Sessão do Foro Intergovernamental de Florestas das Nações Unidas, Genebra e Nova York, Chefe da delegação
 1999 V Conferência das Partes da Convenção da Basileia sobre Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos e seu Depósito, Basileia, Chefe de delegação
 2000 XIII Sessão do Órgão de Assessoramento Científico e Técnico e do Órgão de Assessoramento para Implementação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Lyon, Chefe da delegação
 2000 Sessão Final do Comitê Intergovernamental Negociador da Convenção sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), Joanesburgo, África do Sul, Chefe da delegação
 2000 V Conferência das Partes da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e XII Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Ouagadougou, Burkina Faso, Chefe da delegação
 2001 Comissão Interministerial Preparatória da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002), Secretário-Executivo

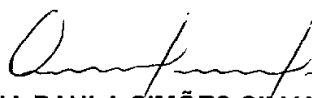
- 2001 Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, Representante Titular do MRE
 2001 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor-Geral
 2002 Instituto Rio Branco, Professor de Linguagem Diplomática (até 2007)
 2003 Comissão Interministerial sobre Mudança Global do Clima, Representante titular do MRE
 2003-2005 VII e VIII Reunião Operativa da Agenda Comum Brasil- Estados Unidos sobre Meio Ambiente, Brasília e Washington, Chefe da delegação (2003 e 2005)
 2004 Reunião do GT Brasil-Argentina sobre Cooperação Espacial, Buenos Aires, Chefe da delegação
 2005 Secretaria-Geral, Assessor Especial e Chefe de Gabinete
 2006 Reunião Brasil-Rússia para negociação do Acordo de Proteção Mútua de Tecnologia, Moscou, Chefe da Delegação.
 2007 Subsecretaria-Geral Política I, Subsecretário-Geral
 2008 Comissão Intergovernamental de Cooperação Brasil-Ucrânia, Kiev, Chefe de Delegação
 2009 Embaixada em Berlim, Embaixador

Condecorações:

- 2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

- 1997 Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do MERCOSUL, in Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 40, No. 1
 2002 A atuação diplomática do Brasil e a mudança do clima. in PHILIPPI JR, Arlindo et alii (editores) Meio Ambiente, Direito e Cidadania. São Paulo: Universidade de São Paulo; Signus Editora
 2003 The Basel Liability Protocol on Liability and Compensation for Damage Resulting from Transboundary Movements of Hazardous Wastes and Their Disposal. in YIEL Vol.12, Oxford: OUP. (Co-autoria com Guido Soares)
 2005 A Sustentabilidade Como Valor. In Batista, Eleizer; Cavalcanti, Roberto B.; Fujihara, Marco Antônio. Os Caminhos da Sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Terra das Artes Editora, 2005.
 2006 A Construção Recente do Direito Internacional do Meio Ambiente: uma visão brasileira. In Nasser, Salem Hikmat; Rey, Fernando. Direito Internacional do Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2006.
 2006 Global Challenges and the Shaping of International Law. In Caldeira Brant, Leonardo Nemer (coordenador). Anuário Brasileiro de Direito Internacional. v.1, nº.1, 2006. Belo Horizonte: CEDIN, 2006

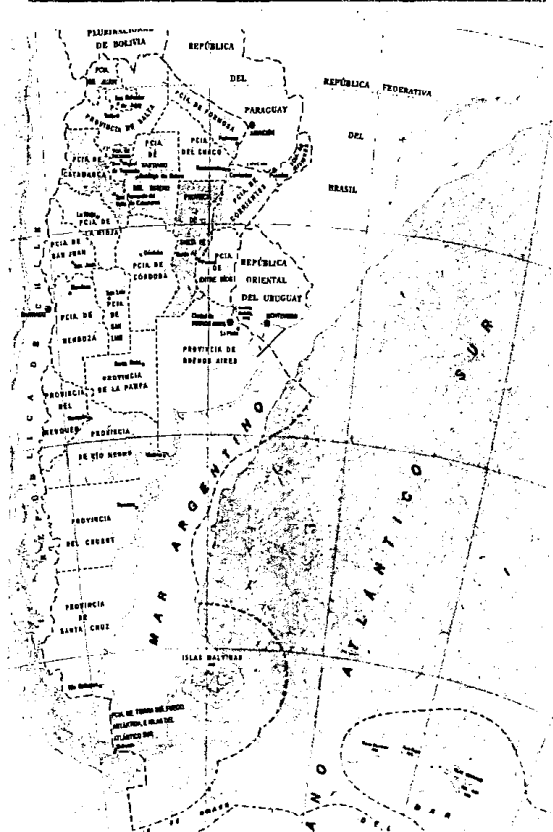


ANA PAULA SIMÕES SILVA

Diretora, substituta, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA ARGENTINA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Dezembro de 2012

INDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES COM O BRASIL	6
ASSUNTOS CONSULARES.....	8
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS.....	8
POLÍTICA INTERNA.....	9
POLÍTICA EXTERNA.....	11
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	14
ANEXOS.....	17
ANEXO I - CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	17
ANEXO II – ATOS BILATERAIS.....	19
ANEXO III – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	24

DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República Argentina
Capital	Buenos Aires
Área	2.791.810 km ² (2º maior país da América Latina; cerca de 1/3 do Brasil).
População (Censo de 2010)	40,1 milhões de habitantes
Idioma	Espanhol
Religião oficial	Catolicismo
Sistema político	República presidencialista
Poder Legislativo	Bicameral (Câmara de Deputados e Senado)
Chefe de Estado e de Governo	Cristina Fernández de Kirchner
Chanceler	Héctor Marcos Timerman
PIB (2011, INDEC)	US\$ 447 bilhões (Brasil: US\$ 2,514 trilhões)
PIB PPP (2011, EIU, est.)	US\$ 711 bilhões (Brasil: US\$ 2,285 trilhões)
Variação do PIB	8,9% (2011); 9,2% (2010); 0,9% (2009); 6,8% (2008); 8,7% (2007)
PIB per capita (2011, est.)	US\$ 10.733 (Brasil: US\$ 12.670)
PIB PPP per capita (2011, est.)	US\$ 17.477 (Brasil: US\$ 11.852)
Unidade monetária	Peso argentino
Taxa de câmbio (Ps/US\$)	4,85 pesos = 1 dólar
Reservas internacionais	US\$ 45 bilhões
IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)	0,797 (45º no ranking; Brasil 0,718/84º)
Expectativa de vida	75,9 anos (Brasil: 73,5 anos)
Índice de alfabetização	98,1% (Brasil: 90%)
Índice de desemprego	7,2%
Embaixador do Brasil em Buenos Aires	Enio Cordeiro
Embaixador da Argentina em Brasília	Luis María Kreckler
Comunidade brasileira estimada	41.330

Intercâmbio Comercial (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC/SECEx

Brasil - Argentina	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-nov)
Intercâmbio	12.960	16.171	19.793	24.827	30.863	24.066	32.949	39.615	31.531
Exportações	7.390	9.930	11.739	14.416	17.605	12.784	18.523	22.709	16.653
Importações	5.569	6.241	8.053	10.411	13.257	11.281	14.426	16.906	14.878
Saldo	1.821	3.689	3.686	4.005	4.347	1.503	4.097	5.803	1.775

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidenta Cristina Fernández de Kirchner

- Nasceu em 19/02/1953, em La Plata. Viúva de Néstor Kirchner, tem dois filhos.
- Formada em Direito pela Universidade Nacional de La Plata.
- 1989-1995: Deputada Provincial pela província de Santa Cruz.
- 1995-1997: Senadora pela província de Santa Cruz.
- 1997-2001: Deputada Federal pela província de Santa Cruz.
- 2001-2005: Senadora pela província de Santa Cruz.
- 2005: Senadora pela província de Buenos Aires.
- Em 28/10/2007, foi eleita Presidenta da Nação. Tomou posse em 10/12/2007.
- Em 23/10/2011, foi reeleita Presidenta da Nação.

Héctor Marcos Timerman

Chanceler

- Nasceu em 16/12/1953, em Buenos Aires. Casado, duas filhas. Jornalista.
- 1978-1984: Exilado nos Estados Unidos
- 1981: Mestre em Relações Internacionais pela Columbia University.
- 1979-1983: palestrante em Direitos Humanos em Nova York.
- 1984-2004: Atuação como jornalista na Argentina.
- Julho de 2004 a dezembro de 2007: Cônsul-Geral em Nova York.
- De dezembro de 2007 a junho de 2010: Embaixador em Washington.
- Desde junho de 2010: Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto.

RELACIONAMENTO COM O BRASIL

A Argentina é o principal sócio comercial e parceiro político do Brasil na região. As primeiras viagens ao exterior da Senhora Presidenta da República e do Senhor Ministro das Relações Exteriores depois de empossados foram à capital argentina. A última visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina ocorreu em 28 de novembro de 2012, para participar da Conferência da União Industrial Argentina (UIA). A Presidenta Cristina Fernández de Kirchner esteve em Brasília, em 7 de dezembro de 2012, para a Cúpula do Mercosul, ocasião em que manteve reunião bilateral com a Presidenta Dilma Rousseff. Em 29 de julho de 2011, a Presidenta argentina veio a Brasília para inaugurar o novo edifício da Embaixada daquele país.

Comércio Bilateral

O volume e a qualidade do comércio bilateral são dados centrais no relacionamento Brasil-Argentina. O comércio bilateral em 2012 sofreu uma significativa contração em relação a 2011. Enquanto em 2011 ainda se

experimentavam os efeitos do forte crescimento da Argentina nos últimos anos e das políticas de estímulo à demanda implementadas pelos dois países – o que permitiu que naquele ano se obtivesse o melhor resultado da corrente de comércio na série histórica, de quase US\$ 40 bilhões –, em 2012 o comércio bilateral reagiu à retração da demanda e à desaceleração do crescimento nos dois países, em boa medida por influência da crise econômica internacional. Ainda assim, a corrente de comércio bilateral total em 2012 deverá ultrapassar os US\$ 32,9 bilhões atingidos em 2010 e ser o segundo melhor resultado histórico. Nos primeiros onze meses de 2012, a corrente de comércio acumulada chegou a US\$ 31,5 bilhões (-13,6%).

Do lado das exportações, houve ao longo do ano uma redução importante das vendas brasileiras para a Argentina. Segundo os dados do MDIC, nos onze primeiros meses de 2012 as exportações somaram US\$ 16,7 bilhões, valor 20,5% menor do que o acumulado no mesmo período de 2011. A Argentina segue como terceiro destino das exportações brasileiras no acumulado do ano. Parte dessa contração deve-se ao controle de importações implementado pela Argentina em fevereiro deste ano, diante da necessidade de alcançar superávit na balança comercial que permitisse pagar compromissos externos.

Do lado das importações, no acumulado janeiro-novembro do corrente ano, o Brasil registra importações da Argentina de US\$ 14,9 bilhões, queda de 4,4% em relação ao mesmo período de 2011.

Nessas condições, o Brasil teve saldo comercial positivo com a Argentina no mês de novembro de 2012, de US\$ 413 milhões. O saldo comercial acumulado de janeiro a novembro de 2012 foi de US\$ 1,8 bilhão, 67% menor que o registrado de janeiro a novembro de 2011.

As principais demandas brasileiras na área comercial relacionam-se à pouca fluidez na emissão, pelas autoridades argentinas, das Declarações Juradas Antecipadas de Importação (DJAI) em diversos setores, em especial calçados, têxteis e confecções, móveis, autopeças, pneus, linha branca, carne suína e máquinas agrícolas. A Argentina, por sua vez, reclama maior acesso ao mercado brasileiro para produtos agrícolas específicos, especialmente "langostinos" (camarões), cítricos, uvas frescas, maçãs e peras.

"Diálogo de Integração Estratégica Brasil-Argentina"

Por ocasião do último encontro que mantiveram em Buenos Aires, em 11/10/2012, o Senhor Ministro das Relações Exteriores e o Chanceler argentino Héctor Timerman decidiram criar novo mecanismo de cooperação que substituirá o MICBA (Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina) e que terá

foco projetos realmente prioritários e estratégicos. As reuniões regulares do novo mecanismo continuarão a ser presididas pelos Vice-Chanceleres. A reunião inaugural do novo mecanismo ocorreu nos dias 14 e 15/11/2012, ocasião em que foram avaliados os avanços e as perspectivas para as iniciativas e projetos estratégicos nas seguintes áreas: cooperação nuclear, cooperação espacial, empreendimentos hidrelétricos conjuntos no Rio Uruguai (Garabi e Panambi), cooperação aeronáutica e cooperação em defesa. Também devem integrar o mecanismo projetos na área das comunicações (TV Digital e massificação do acesso à internet em banda larga) e o aperfeiçoamento e ampliação do sistema de pagamentos em moeda local.

Investimentos brasileiros na Argentina

O total de investimentos produtivos brasileiros feitos no país entre 1997 e 2010 foi de cerca de US\$ 12 bilhões, e já foram anunciados novos investimentos da ordem de US\$ 5,3 bilhões, a serem realizados até 2014-2015. O estoque total de investimentos brasileiros no país deve chegar a mais de US\$ 16 bilhões em 2014. O capital brasileiro está presente em praticamente todos os setores da economia argentina (primário, industrial e de serviços), em ramos tão variados como petróleo, mineração, siderurgia, bancário, automotivo, têxtil, calçadista, máquinas agrícolas e de construção civil. Ilustrativamente, registra-se que as empresas brasileiras, na Argentina, detêm 1/3 do mercado de combustíveis, mais da metade da produção de cimento, 60% da produção de aço e 70% da fabricação de denim (matéria-prima do jeans). Geograficamente, os investimentos estão concentrados nas províncias de Buenos Aires (34%), Córdoba (8%), Neuquén (8%) e Mendoza (5%).

ASSUNTOS CONSULARES

Os brasileiros residentes na Argentina foram estimados pelo INDEC no censo de 2010 em 41.330, o que representa um aumento de 19% em relação aos 34.712 quantificados no Censo de 2001. A comunidade brasileira está composta por 23.907 (58%) mulheres e 17.423 (42%) homens, e equivale a 2,3% do total de 1.805.957 estrangeiros residentes na Argentina.

O Brasil conta com uma extensa rede consular na Argentina. São três Consulados-Gerais (Buenos Aires, Córdoba e Mendoza); dois Vice-Consulados (Paso de Los Libres e Puerto Iguazú); e 13 Consulados-Honorários, nas seguintes localidades: Bahía Blanca, Comodoro Rivadavia, Concordia, Mar del Plata, Posadas, Resistência, Rosario, San Carlos de Bariloche, San Miguel de Tucumán, Santo Tomé, Ushuaia, Salta e San Fernando Del Valle de Catamarca.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

O Brasil tem atendido aos pedidos de financiamento para obras de infraestrutura na Argentina. A carteira de financiamentos concedidos pelo BNDES para projetos de infraestrutura na Argentina está em torno de US\$ 7,4 bilhões. Há, no entanto, muitos financiamentos solicitados pela Argentina que não chegaram a se concretizar.

Do total de US\$ 7,4 bilhões em financiamentos aprovados pelo BNDES para projetos de infraestrutura na Argentina, US\$ 4,5 bilhões referem-se a operações não concretizadas. As últimas operações aprovadas foram: Gasoduto Bahía Blanca (US\$ 978 milhões); Central Termelétrica Guillermo Brown (US\$ 233,3 milhões); e Emissário Subterrâneo de Berazategui (US\$ 122 milhões).

POLEITICA INTERNA

No plano político interno, os movimentos estão fortemente condicionados por dois momentos do calendário-eleitoral, ainda relativamente distantes no tempo, mas já determinantes do comportamento tanto do Governo como da oposição: as eleições legislativas de 2013 e a sucessão presidencial em 2015.

Nas eleições legislativas de outubro de 2013, serão renovados metade dos assentos da Câmara (127 Deputados) e um terço do Senado (24 Senadores). Do total de 257 assentos na Câmara de Deputados, a bancada governista detém 135 (52%). A oposição ocupa 79 (62%) dos 127 assentos que serão renovados na Câmara em 2013. Do total de 72 cadeiras no Senado, a base de apoio do Governo possui 38 (52%). A oposição detém 8 (33%) do total dos 24 Senadores que serão renovados no Senado em 2013. Analistas consideram que o Governo poderá alcançar os 2/3 dos assentos na Câmara, mas teria enormes dificuldades para lograr o mesmo resultado no Senado.

Há um debate em curso na Argentina sobre a possibilidade de uma reforma constitucional para permitir uma nova reeleição da Presidenta. Para tanto, o Governo teria que obter 2/3 dos votos na Câmara e no Senado. Segundo analistas, havendo possibilidade de reeleição e asseguradas circunstâncias favoráveis no cenário econômico, a Presidenta seria candidata com amplo favoritismo em 2015.

A chave do processo sucessório em 2015, com ou sem reeleição, passa necessariamente por um protagonismo do peronismo. Dentre os peronistas com perfil mais independente e forte base territorial, uma possível aposta para 2015 seria o Governador de Buenos Aires, Daniel Scioli. Aparecem também como possibilidades o jovem Governador de Salta, Juan Manuel Urtubey, o Governador do Chaco, Jorge Capitanich, e o Intendente de Tigre e ex-Chefe do Gabinete de

Ministros, Sergio Massa. No segmento dos peronistas dissidentes, desponta a ambição do Governador de Córdoba, José Manuel de la Sota, ex-Embaixador no Brasil. Na oposição, os principais nomes são já conhecidos, mas com possibilidades menores. São o Chefe de Governo da Cidade de Buenos Aires, Mauricio Macri (PRO), e o ex-Governador de Santa Fé, Hermes Binner (FAP). Tratativas incipientes indicam possível associação eleitoral entre os radicais e a FAP de Binner e entre o peronismo dissidente e a centro-direita representada pelo PRO. O cenário mais provável para 2015 é que se apresentem três candidaturas principais: uma do kirchnerismo; outra do peronismo independente, que viria provavelmente associado ao PRO, de Macri; e outra de centro-esquerda, com base numa aliança entre socialistas e radicais.

Tendo como pano-de-fundo a ideia da re-reeleição, observa-se evidente crispação do clima político argentino. A oposição – que inclui os principais jornais do país (Clarín e La Nación) e também o ex-aliado Hugo Moyano, Secretário-Geral da CGT – começa a dar sinais de possível articulação, enquanto o Governo aposta na exposição da Presidenta e no aprofundamento do modelo.

O Governo mantém acirrada disputa com o jornal Clarín, uma das principais vozes da oposição e que deverá ser afetado pela aplicação da Lei de Meios, de 2009, que prevê novos limites de licenças de rádio e TV. O Governo licitará as licenças que excederem esses limites. O objetivo declarado pelo Governo é o de evitar a concentração excessiva dos meios de comunicação e a existência de virtuais monopólios.

Além disso, registraram-se nos últimos meses de 2012, mobilizações expressivas de setores da classe média dos principais centros urbanos para protestar contra o Governo. A convocação de 17 de setembro de 2012 foi feita por grupos nas redes sociais sem vinculação direta com partidos políticos. Em 8 de novembro, mais de 300 mil pessoas se concentraram na Avenida Nove de Julho em Buenos Aires e pelo menos outras 30 mil protestaram em frente à Residência de Olivos, onde se encontrava a Presidenta. Com reivindicações difusas, os protestos ressaltaram a crescente insatisfação em setores da população com a situação econômica e com o projeto de nova reeleição da Presidenta.

O Governo enfrentou, em 20 de novembro de 2012, sua primeira greve geral em âmbito nacional. Os Secretários-Gerais da Confederação-Geral do Trabalho

(CGT), Hugo Moyano, e da Central de Trabalhadores da Argentina (CTA) dissidente, Pablo Micheli, lideraram o movimento, que teve adesão dos sindicatos de transportadores, ferroviários, aeroportuários, bancários, rurais e funcionários do Judiciário. Registraram-se paralisações nos principais centros urbanos do país. Em Buenos Aires, houve interrupção de acessos à cidade, cancelamento e atraso de voos e fechamento de bancos e parte do comércio. As principais reivindicações dos grevistas foram a elevação da faixa salarial de isenção do imposto de renda e a extensão do programa "*asignación universal por hijo*" a todos os trabalhadores registrados. A greve marcou a aproximação de setores sindicais não afinados com a Casa Rosada, e até há pouco tempo distanciados entre si, como Hugo Moyano, Pablo Micheli e Luis Barrionuevo.

POLÍTICA EXTERNA

A principal prioridade da política externa argentina no segundo mandato da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner é a questão das Ilhas Malvinas. A busca de respaldo regional ao pleito argentino sobre as Malvinas tem levado a uma atuação mais assertiva do país em âmbito regional. O Chanceler Héctor Timerman tem-se reunido com autoridades de países europeus, asiáticos e africanos a fim de obter apoio à posição argentina.

As medidas de restrição às importações adotadas em 2012 passaram a ocupar maior espaço na política externa argentina, em detrimento de agenda positiva de cooperação internacional. As medidas argentinas têm afetado, em certa medida, os fluxos comerciais dentro do Mercosul e gerado a necessidade de intensificar as negociações sobre a agenda comercial com os vizinhos. O Chanceler Timerman tem defendido as medidas comerciais argentinas em foros multilaterais, como o G-20, a OMC (Organização Mundial do Comércio) e a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

A Argentina continua a enfrentar dificuldades no relacionamento com os EUA, embora os Presidentes Cristina Fernández de Kirchner e Barack Obama tenham anunciado disposição de maior aproximação mútua. Há alguns desencontros com os EUA no terreno econômico e financeiro. A Argentina ainda possui pendências de sua dívida com credores privados norte-americanos, com o Clube de Paris e com empresas norte-americanas que obtiveram decisões favoráveis a suas demandas contra a Argentina no âmbito do CIADI (Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos). Enquanto persistem essas diferenças, os EUA têm votado contra a aprovação de créditos para a Argentina no Banco Mundial e no BID e têm buscado retirar da pauta os projetos em favor do país sul-americano.

Em relação ao Irã, teve lugar em 29 de setembro reunião bilateral em nível de Chanceleres na sede das Nações Unidas em Nova York. O Governo argentino pretende convencer Teerã a permitir que cinco cidadãos iranianos, entre os quais o atual Ministro da Defesa, Ahmad Vahidi, sejam julgados na Argentina ou em terceiro país por envolvimento com o atentado à sede da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em Buenos Aires, em 1994. Representantes das Chancelarias dos dois países reuniram-se em Genebra, em 31/10. O Chanceler Héctor Timerman disse que o encontro foi "positivo" e que serão cumpridos "todos os acordos que alcançarem os dois países sobre o caso AMIA". Setores da sociedade argentina, sobretudo lideranças da comunidade judaica, têm criticado duramente a aproximação com o Irã.

O relacionamento com a Espanha deteriorou-se após a nacionalização em abril passado da petroleira YPF (cuja ex-controladora, a espanhola Repsol, continua sem indenização) e a imposição de restrições às exportações de biodiesel argentino pela União Europeia, tornadas sem efeito em outubro.

As relações entre Argentina e Uruguai voltaram a enfrentar desafios em 2012 em razão de divergências na gestão conjunta do canal Martín García no Rio da Prata. Os dois países vêm negociando projeto de acordo que prevê criação de uma empresa binacional encarregada de administrar as obras de dragagem do canal Martín García. No âmbito da Comissão Administradora do Rio Uruguai (CARU), o lado argentino tem criticado o que seria decisão unilateral uruguaia de permitir aumento da produção da UPM – empresa fabricante de papel, madeira e celulose – e a consequente elevação da temperatura do Rio Uruguai causada por efluentes, com potencial contaminação das águas. O Uruguai alega que a Argentina impede a divulgação dos relatórios ambientais completos, que demonstrariam que a fábrica de celulose não seria poluente. Montevideu ressentido-se, além disso, de medidas comerciais argentinas, de restrições cambiais que afetam adversamente o turismo no Uruguai.

No que diz respeito ao conflito de soberania com o Reino Unido, o mês de abril de 2012 marcou os 30 anos da Guerra das Malvinas. Desde o início do ano, declarações públicas do Reino Unido e da Argentina elevaram consideravelmente a temperatura do debate público. Permanece vigente a estratégia adotada desde o Governo do Presidente Néstor Kirchner de elevação do perfil do tema em foros internacionais e de regionalização do conflito, em favor do reinício das negociações sobre a soberania das Ilhas. Em fevereiro de 2012, o Chanceler Timerman esteve na ONU para denunciar a “militarização” e possível

“nuclearização” do Atlântico Sul pelo Reino Unido. Para manter o perfil alto do tema, a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner participou de reunião do Comitê de Descolonização da ONU sobre a questão das Malvinas, em 14/06/12, data de aniversário de 30 anos do fim da Guerra.

Em dezembro de 2011, a Cúpula do Mercosul adotou Declaração em que seus membros se comprometem a adotar medidas para proibir o ingresso em seus portos de embarcações arvorando a bandeira das Malvinas. No início de 2012, o Primeiro-Ministro britânico chegou a referir-se à Argentina como país “colonialista”, e foi anunciado o envio às Ilhas de um moderno navio de guerra, qualificado pelos britânicos como operação “de rotina”. Somados à presença do Príncipe William em missão de treinamento militar nas Ilhas, esses fatos ensejaram resposta da Argentina, que levou à ONU a acima referida denúncia contra a “militarização do Atlântico Sul”. O Reino Unido tem reiterado que não aceitará qualquer negociação acerca da soberania sem o consentimento e o desejo dos ilhéus. O Governo das Ilhas anunciou que organizará um referendo no primeiro semestre de 2013 sobre o “status político” do território.

A Argentina tem denunciado a exploração de recursos naturais nas Malvinas como iniciativas unilaterais que usurpam os legítimos direitos argentinos. No caso da prospecção e exploração de hidrocarbonetos, o Governo argentino qualificou de ilegais as atividades de cinco empresas e enviou comunicações às bolsas de valores de Londres, Nova York, Roma, Milão e Paris para denunciar essas atividades. Por iniciativa argentina, a Cúpula do Mercosul em Mendoza (junho de 2012) adotou Declaração sobre Uso, Conservação e Aproveitamento Soberano de Recursos Naturais e Declaração sobre Troca de Informações sobre Navios exercendo atividades de exploração de hidrocarbonetos nas Malvinas.

Em 2 de outubro de 2012, a fragata “*Libertad*”, navio-escola da Marinha argentina, foi retida no Porto ganense de Tema por ordem judicial que acatou pedido do fundo NML Capital, sediado nas Ilhas Caimã e credor de títulos vencidos da dívida externa da Argentina. A fragata tinha originalmente 326 tripulantes, entre os quais cidadãos de vários países, inclusive um brasileiro. Em 25 de outubro, o Governo argentino repatriou a maioria da tripulação. A Argentina não reconhece a competência dos tribunais ganenses para tratar de temas relacionados com sua dívida externa, alega que a retenção viola normas internacionais que asseguram imunidade a navios de guerra e optou por responsabilizar diretamente o país africano. Após infrutíferas gestões junto ao Governo ganense, a Argentina formalizou em 14 de novembro medida cautelar contra Gana perante o Tribunal Internacional do Direito do Mar, em Hamburgo, a fim de obter a liberação imediata da Fragata. A Argentina anunciou que também promoverá processo arbitral junto ao Tribunal em que requererá de Gana indenização por danos materiais e desagravo dos símbolos pátrios argentinos. Estima-se que a decisão da arbitragem ocorra no final de 2013.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O cenário econômico na Argentina, em 2012, apresenta complexidades similares às observadas no ano passado. O país enfrenta um quadro de inflação elevada, com estatísticas oficiais superiores a 10%, em contexto de crescimento econômico moderado, em comparação com o dos últimos anos. A pressão inflacionária do lado dos gastos governamentais, observada no primeiro semestre de 2012, vem sendo atenuada em decorrência de certa moderação na expansão do gasto público e pela diminuição da emissão monetária nos últimos meses do ano (que passou de uma taxa anualizada de 40% para próxima dos 30%). Ao mesmo tempo, a maioria das Províncias enfrenta agudas dificuldades fiscais. Analistas privados calculam um déficit nas contas provinciais de US\$ 4 bilhões em 2012 (50% superior ao registrado em 2011).

O PIB argentino, por sua vez, cresce a taxas moderadas. Espera-se um crescimento de entre 1,5 e 2,5% em 2012, e de 3% em 2013, tendo como pressupostos principais uma safra abundante, negociada a preços internacionais historicamente elevados, e o possível maior dinamismo da economia brasileira. Esse crescimento modesto do PIB em 2012 relaciona-se com a redução da atividade industrial argentina, que vem apresentando quedas interanuais consecutivas ao longo dos seis últimos meses. No acumulado dos primeiros nove meses do ano, a produção da indústria do país registrou uma queda de 1,3%, na comparação com o mesmo período de 2011. Os setores que registraram maior queda interanual de atividade no acumulado do ano foram o de fibras sintéticas e artificiais (-16,1%), automotivo (-11,7%), alumínio (-9,5%), siderúrgico (-7,1%) e cimento (-4,6%). Após ter atingido o menor nível de atividade em abril-maio, a economia argentina vem apresentando sinais de uma lenta, porém volátil, recuperação.

Pelo lado da oferta, o principal problema estrutural da economia argentina radica no setor energético, o que tem levado, nos últimos anos, a importações crescentes de óleo combustível, óleo diesel e energia elétrica. Ainda com relação à oferta, observou-se uma acentuada diminuição nos níveis de investimento, refletida, por exemplo, na queda anualizada de importação de bens de capital da ordem de 16%. Do lado da demanda, apesar da manutenção do consumo das famílias, há desaceleração nas obras públicas do Governo argentino.

No setor externo, as principais vulnerabilidades argentinas estão na falta de acesso a financiamentos (à exceção de pequenas operações no âmbito do BID e do Banco Mundial), na evasão de divisas (que foi de US\$ 3,4 bilhões no primeiro semestre do ano, contra US\$ 9,8 bilhões no mesmo período de 2011) e na ameaça de "default técnico", a partir da sentença da justiça estadunidense a favor de fundos de investimentos que não aderiram aos "canjes" (renegociação da dívida pública) de 2005 e 2010. A Corte de Apelações de Nova York suspendeu, contudo,

transitoriamente, a sentença que determinava o pagamento, até 15.12, de US\$ 1,3 bilhão aos detentores de títulos da dívida argentina que não participaram das renegociações de 2005 e 2010. As partes interessadas foram convocadas para nova audiência em 27/2/2013.

O nível de reservas internacionais do Banco Central situa-se em torno de 45 bilhões (10% do PIB) e deverá fechar o ano em US\$ 43,5 bilhões, após o pagamento em novembro de US\$ 133 milhões do título "Bonar 18", e em dezembro, de US\$ 495 milhões do "Discount" e US\$ 2,8 bilhões relativos ao "Cupón PBI". Segundo os últimos dados oficiais disponíveis, a relação Dívida Externa/PIB é de 31%. As dificuldades conjunturais e estruturais da economia argentina viram-se agravadas pela desaceleração do crescimento no Brasil, principal sócio comercial daquele país.

O risco país da Argentina apresentou, desde fins de outubro, importante movimento de alta (+45%), ultrapassando os 1200 pontos básicos. Tal fato deveu-se, em grande parte, às incertezas geradas para o pagamento futuro dos títulos argentinos renegociados após o "default" de 2001. Também contribuíram para o aumento do risco país a "pesificação" das dívidas provinciais do Chaco e de Formosa, bem como o anúncio, por parte do Governo, em 22/10, de projeto de lei de reforma dos mercados financeiros.

As perspectivas econômicas para 2013 são, em princípio, mais favoráveis, caso se confirme aumento da demanda brasileira e se mantenha o elevado preço da soja no mercado internacional. Além disso, haverá menor pressão dos vencimentos de obrigações externas, que serão de US\$ 4 bilhões. Não obstante, as intensas chuvas registradas nas últimas semanas em virtude do fenômeno climático "La Niña" poderão afetar negativamente a safra de grãos esperada para 2013.

Comércio exterior

A corrente de comércio exterior argentino apresentou crescimento em 2011, mas os números registrados foram menos favoráveis ao país do que em anos anteriores. O superávit comercial foi de US\$ 10,3 bilhões em 2011, resultado de US\$ 84,269 bilhões de exportações (+24% em relação ao ano anterior) e de US\$ 73,922 bilhões de importações (+31%). Com o maior crescimento das importações em relação às exportações, o saldo acumulado no período foi 11% inferior aos US\$ 11,6 bilhões de 2010.

A concentração, em 2012, de vencimentos da dívida externa por um montante de US\$ 13 bilhões e as necessidades crescentes de importação de energia levaram o Governo a fixar meta de alcançar neste ano um superávit comercial

mínimo de US\$ 10 bilhões. Essa meta foi alcançada nos primeiros 8 meses de 2012. Em 2012, o comércio exterior argentino deverá gerar superávit de cerca de US\$ 12 a US\$ 14 bilhões. No período janeiro-outubro, as exportações somaram US\$ 68,75 bilhões e as importações US\$ 57,22 bilhões. O superávit de US\$ 11,53 bilhões no período é superior ao superávit anual de 2011 (que foi, segundo o INDEC, de US\$ 10,01 bilhões).

Além de políticas de incentivo à substituição de importações e do condicionamento de compras externas à “performance exportadora” (o chamado “um por um”), foi instituída, a partir de 1º de fevereiro de 2012, a “Declaração Jurada Antecipada de Importação” (DJAI) para bens de consumo, pré-condição para a emissão da ordem de compra, autorizada pela Secretaria de Comércio Interior.

O Brasil permanece como principal destino das exportações argentinas e a principal origem de suas importações em outubro do corrente, seguido em ambos os casos pela China. Conforme os dados do INDEC (*Instituto Nacional de Estadística y Censos*), a Argentina exportou US\$ 1,645 bilhão para o Brasil em outubro de 2012, e importou US\$ 1,737 bilhões. Esses números significam um aumento, no período interanual, de 10% nas vendas ao Brasil e uma redução de 11% nas compras de produtos brasileiros.

Nos dados divulgados sobre o comércio argentino com outros parceiros comerciais, e tomando como referência o período de janeiro a outubro de 2012 em relação ao mesmo período de 2011, observa-se uma queda de 15% nas exportações destinadas à União Europeia, e de 13% naquelas destinadas à China. Segundo o INDEC, a queda acumulada nas importações procedentes do Brasil é de 18%.

Os principais produtos exportados pela Argentina em 2011 foram: produtos do complexo da soja, automóveis, milho, veículos para transporte de mercadorias, trigo e ouro para uso não monetário. Os principais produtos importados no período foram: óleo diesel, GNL, automóveis, óleo combustível, autopeças e minério de ferro.

O setor externo argentino tem enfrentado redução de sua competitividade, sobretudo devido à lenta depreciação nominal do peso frente ao dólar, em um contexto de alta inflação. Calcula-se, em consequência, que houve uma apreciação real do peso argentino em torno de 13,5%, no período outubro de 2011 a outubro de 2012. A situação é mais explícita no caso da relação da moeda argentina com a brasileira. Enquanto o real depreciou-se 29,7% frente ao dólar, de junho de 2011 a outubro de 2012, o peso argentino sofreu desvalorização de 12,8%, resultando em perda de competitividade cambial de 30% com relação à moeda brasileira. Estima-se que desvalorização de 36% seria necessária para que o tipo de câmbio bilateral voltasse ao nível registrado em junho de 2011.

ANEXOS

ANEXO I - CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1816:** Congresso de Tucumán proclama a independência.
- 1852:** Rosas é derrotado por coalizão de Entre Rios, Corrientes, Montevideu e Brasil.
- 1862:** Bartolomé Mitre torna-se Presidente da República unificada (até 1868).
- 1865:** Guerra da Tríplice Aliança (com Brasil e Uruguai) contra o Paraguai (até 1870).
- 1916:** União Cívica Radical (UCR) ascende ao poder; presidências Yrigoyen, Alvear e Yrigoyen.
- 1943:** Golpe militar do Coronel Perón tem apoio de setores sindicais e dissidentes da UCR.
- 1946:** Perón ascende à Presidência com ampla maioria do eleitorado.
- 1952:** Tem início segundo mandato de Perón, derrubado em 1955 por golpe militar.
- 1955:** Governo do General Aramburu restaura a hegemonia conservadora.
- 1959:** Presidências Frondizi e Illía, situação política controlada indiretamente pelo Exército.
- 1966:** General Onganía implanta ditadura direta, até a insurreição do “Cordobazo” de 1969.
- 1973:** Perón é novamente Presidente.
- 1974:** Presidente Perón falece em 1º de junho. Sua mulher e vice, María Estela Martínez (“Isabelita Perón”), torna-se Presidenta da República Argentina.
- 1976:** Em 24 de março, golpe militar destitui a Presidenta da República. Governos militares (Videla, Viola e Galtieri) caracterizam-se por sangrenta repressão.
- 1982:** Derrota na Guerra das Malvinas. Militares deixam o poder e convocam eleições.
- 1983:** Alfonsín autoriza processo judicial contra os responsáveis pela repressão da ditadura.
- 1985:** Início da aproximação com Brasil; em 1988, Tratado de Integração e Cooperação.
- 1989:** Retorno do peronismo (ala direita) com vitória de Carlos Menem (reeleito em 1995).
- 1991:** Tratado de Assunção cria o Mercosul (com Brasil, Uruguai e Paraguai).
- 1999:** Fernando De la Rúa é eleito Presidente.
- 2001:** Domingo Cavallo é nomeado “superministro”; decreta o “corralito” em 1º de dezembro. De la Rúa renuncia em 21 de dezembro; sucedem-se cinco Presidentes da República em 10 dias; é decretada a moratória.
- 2002:** Eduardo Duhalde põe fim à conversibilidade peso-dólar e faz acordo com o FMI.
- 2002:** Crise econômica deixa quase 60% da população abaixo da linha de pobreza.
- 2003:** Néstor Kirchner é eleito (renúncia de Menem no 2º turno).
- 2005:** Argentina anuncia que quitará sua dívida com o FMI.
- 2006:** Instalação de fábricas de celulose no Rio Uruguai causa conflito entre Argentina e Uruguai.
- 2007:** Senadora Cristina Fernández de Kirchner é eleita Presidente.
- 2008:** Inicia-se o conflito com o setor agropecuário em torno do imposto de exportação de grãos.
- 2008:** O Governo sofre sua primeira grande derrota com a derrubada da lei de “retenciones”.
- 2008:** Governo reestatiza os fundos de pensão privados.
- 2009:** Governo sofre grande revés em eleições legislativas.
- 2010:** Falecimento do ex-Presidente Néstor Kirchner.
- 2011:** Lançamento (21/6/2011) da candidatura à reeleição da Presidenta Cristina Kirchner.
- 2011:** Reeleição (23/10/2011) da Presidenta Cristina Kirchner.

ANEXO II – ATOS BILATERAIS

Atos em tramitação

Título	Data de Celebração	Tramitação atual
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis	31/01/2011	Em tramitação na Casa Civil
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina	31/01/2011	Em tramitação no Congresso Nacional (PDC 561/2012, em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	30/11/2005	EMI de promulgação no MS

Atos em vigor

Título	Data de Celebração	Data de Entrada em Vigor
Convenção Preliminar de Paz.	27/08/1828	04/10/1828
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	07/03/1856	25/06/1856
Convenção sobre Navegação Fluvial.	20/11/1857	20/07/1858
Tratado de Limites.	06/10/1898	26/05/1900

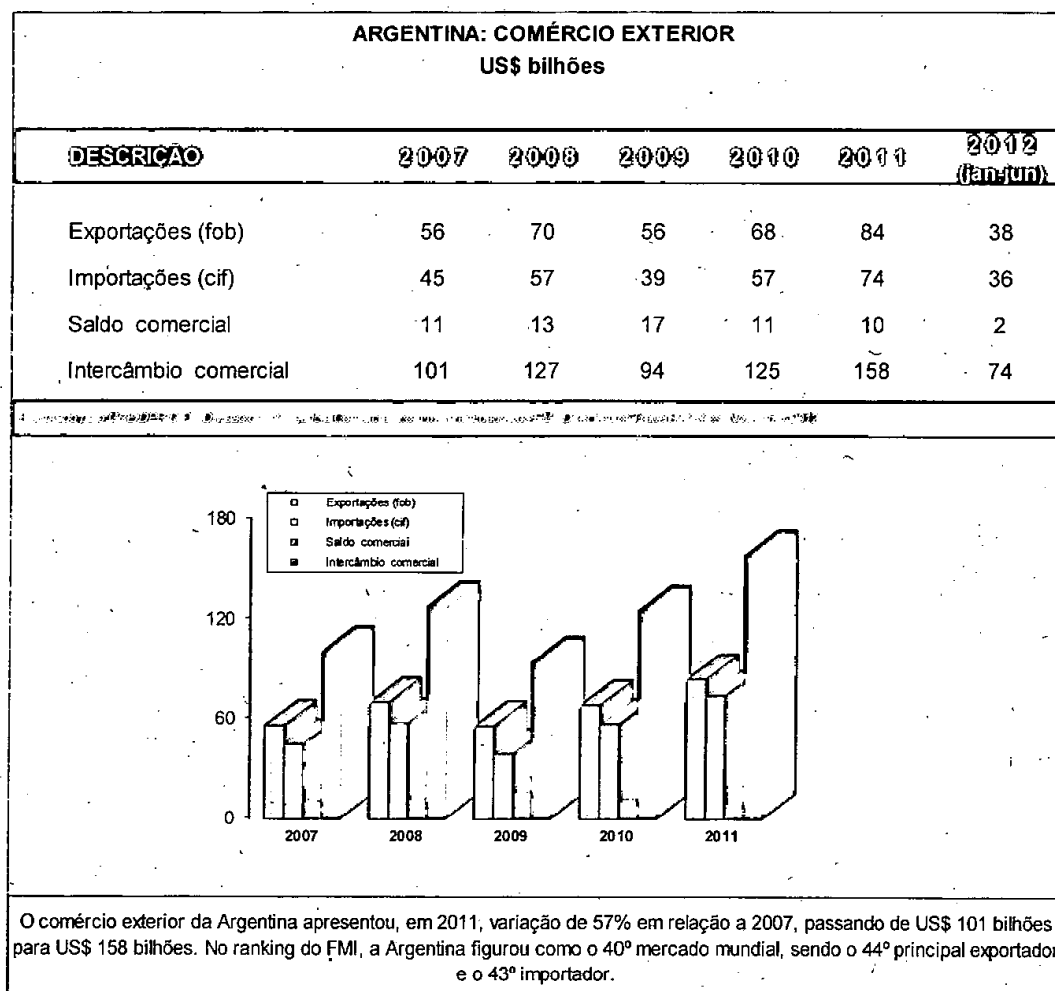
Tratado de Arbitramento Geral.	07/09/1905	05/12/1908
Protocolo sobre Cartas Rogatórias, Cômplementar ao Acordo de 14/02/1880.	16/09/1912	08/01/1957
Convenção Complementar de Limites.	27/12/1927	09/07/1941
Convênio para Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia.	10/10/1933	21/05/1934
Convênio para o Fomento do Turismo.	10/10/1933	21/05/1934
Acordo para Permuta de Publicações.	10/10/1933	21/05/1934
Convênio sobre Legalização de Manifestos de Carga.	23/01/1940	08/04/1941
Acordo sobre Transporte Aéreos Regulares.	02/06/1948	29/11/1966
Tratado de Extradicação.	15/11/1961	07/06/1968
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	15/11/1961	07/06/1968
Convênio sobre Co-Produção Cinematográfica.	25/01/1968	26/11/1981
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	17/05/1980	01/01/1983
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	17/05/1980	18/08/1982
Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente, o Rio Pepiri-Guaçu.	17/05/1980	01/06/1983
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear.	17/05/1980	20/10/1983
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17/05/1980	01/06/1983
Acordo de Previdência Social	20/08/1980	18/11/1982

Acordo sobre Transporte Marítimos.	15/08/1985	05/02/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Informática.	22/01/1987	22/02/1987
Acordo de Co-Produção Cinematográfica.	18/04/1988	25/07/1995
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.	29/11/1988	23/08/1989
Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	20/04/1990
Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro - Argentinas.	06/07/1990	27/06/1992
Protocolo Adicional ao Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, de 22/08/89.	06/07/1990	30/06/1993
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa	20/08/1991	Não consta
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	20/08/1991	10/02/1993
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Grupo de Cooperação Brasil-Argentina sobre Assuntos Fronteiriços.	20/08/1991	19/09/1991
Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/05/1993	09/10/1995
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Funcionários Consulares Brasileiros e Argentinos, nos Respectivos Consulados.	26/05/1993	06/06/1995
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de um Grupo Técnica Bilateral a ser Encarregado da Cooperação da Manutenção das Conexões Viárias entre os dois Países.	18/10/1994	Não consta
Acordo, por Troca de Notas, para Ampliação da Atribuição da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira.	23/10/1995	31/01/1996

Acordo, por Troca de Notas, que Incorpora os Parágrafos 4, 5, e 6 ao Artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja de 22/08/89.	17/11/1995	05/03/1998
Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais.	15/02/1996	10/11/1999
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Atividades de Cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Ciências e Tecnologia da Presidência da Nação Argentina.	09/04/1996	09/05/1996
Acordo de Cooperação Técnica.	09/04/1996	25/08/1999
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	09/04/1996	18/03/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais.	09/04/1996	18/02/1998
Acordo sobre Transportes Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas.	27/04/1997	26/10/2002
Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé.	10/11/1997	28/03/2000
Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço.	10/11/1997	05/05/1999
Acordo de Integração Cultural.	10/11/1997	15/06/2000
Convênio de Cooperação Educativa.	10/11/1997	15/06/2000
Acordo sobre a Isenção de Vistos.	09/12/1997	22/04/2000
Tratado sobre a Transferência de Presos.	11/09/1998	25/06/2001
Protocolo Adicional ao Convênio de Cooperação Educativa no Campo do Ensino Superior.	15/06/2000	Não consta

Protocolo Adicional ao Convênio de Cooperação Educativa sobre Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos em Nível de Pós-Graduação.	15/06/2000	Não consta
Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai.	15/12/2000	Não consta
Acordo para o Provimento de Capacidade Espacial.	08/05/2001	Não consta
Acordo de Cooperação.	11/06/2001	Não consta
Acordo, por troca de Notas, para a Outorga de Vistos Gratuitos aos Estudantes e Docentes.	14/08/2001	Não consta
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de uma Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética.	05/07/2002	Não consta
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas.	02/12/2002	Não consta
Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.	09/12/2002	Não consta
Ajuste Complementar, por troca de Notas ao Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	30/04/2004	05/05/2004
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial.	30/11/2005	02/02/2010
Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas.	30/11/2005	27/11/2008
Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.	30/11/2005	20/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar.	30/11/2005	10/09/2008
Acordo de Facilitação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.	18/11/2009	18/12/2009

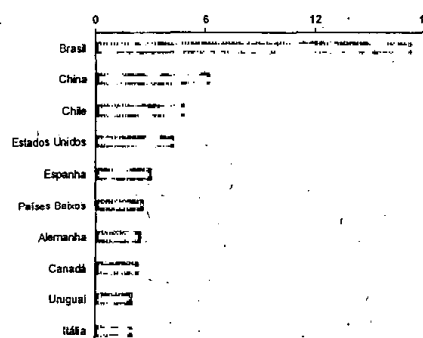
ANEXO III – DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



ARGENTINA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total	
Brasil	17,3	20,7%	7,4	19,5%	
China	6,2	7,4%	1,8	4,7%	
Chile	4,8	5,8%	2,3	6,0%	
Estados Unidos	4,3	5,1%	2,0	5,4%	
Espanha	3,1	3,7%	1,1	2,9%	
Países Baixos	2,7	3,2%	1,2	3,3%	
Alemanha	2,5	2,9%	0,8	2,1%	
Canadá	2,4	2,8%	0,9	2,4%	
Uruguai	2,1	2,5%	1,1	3,0%	
Itália	2,1	2,5%	0,7	1,8%	
Subtotal	47,5	56,6%	19,3	51,1%	
Outros países	36,5	43,4%	18,4	48,9%	
Total	83,9	100,0%	37,7	100,0%	

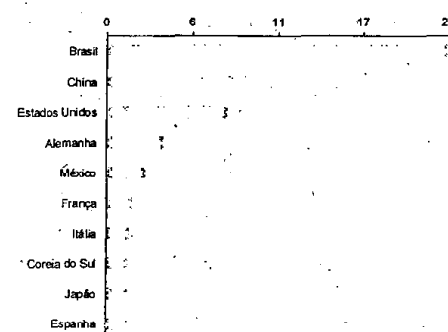


As exportações argentinas são direcionadas em grande parte às economias emergentes e em desenvolvimento, que responderam por 69% do total em 2011. O Brasil e a China foram os principais representantes desse grupo e absorveram 28% das vendas argentinas em 2011, com a primeira e a segunda posição no ranking dos principais parceiros. Seguiram-se: Chile (6%); Estados Unidos (5%); Espanha (4%); Países Baixos (3%); Alemanha (3%); e Canadá (3%).

ARGENTINA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

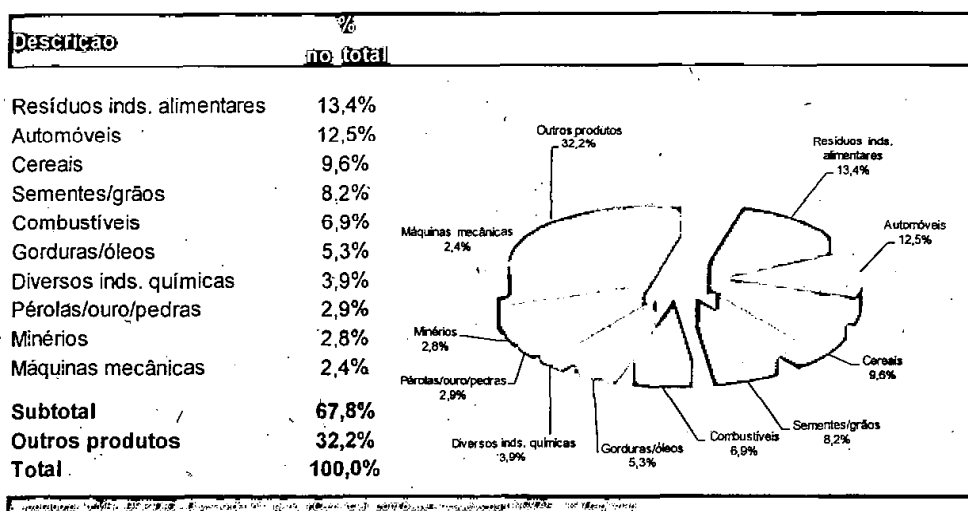
US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total	
Brasil	21,9	29,7%	9,7	27,1%	
China	10,6	14,3%	3,6	10,1%	
Estados Unidos	7,8	10,5%	5,7	15,8%	
Alemanha	3,6	4,9%	1,6	4,3%	
México	2,5	3,4%	1,4	3,8%	
França	1,6	2,2%	0,8	2,2%	
Itália	1,5	2,0%	0,7	1,9%	
Coreia do Sul	1,4	1,9%	0,5	1,5%	
Japão	1,4	1,9%	0,6	1,6%	
Espanha	1,4	1,9%	0,7	2,1%	
Subtotal	53,8	72,8%	25,2	70,4%	
Outros países	20,1	27,2%	10,6	29,6%	
Total	73,9	100,0%	35,9	100,0%	



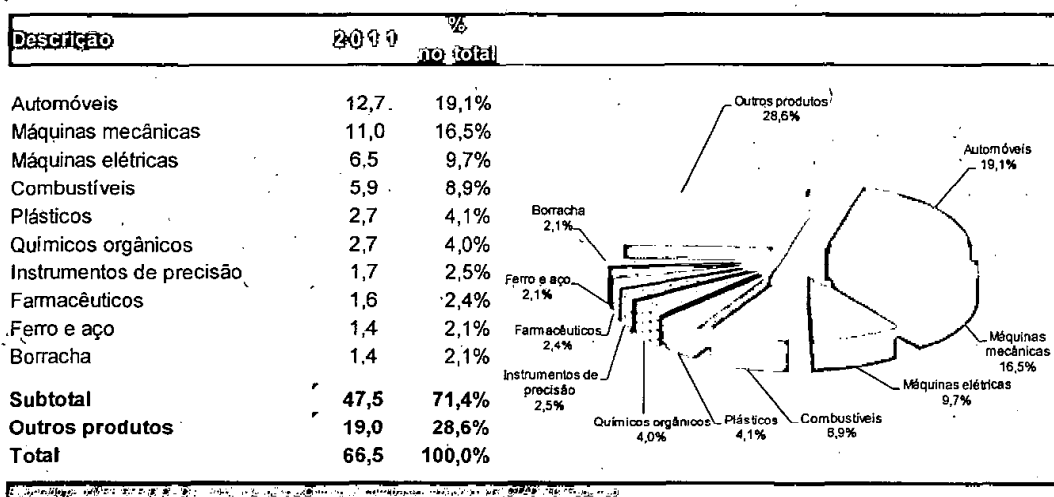
Ao exemplo das exportações, as importações argentinas também são originárias em grande parte dos países emergentes e em desenvolvimento, com 66% do total em 2011. Também o Brasil e a China foram os principais fornecedores, com participação de 30% e 14%, respectivamente. Em seguida destacaram-se: Estados Unidos (11%); Alemanha (5%) e México (3%).

ARGENTINA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %



Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2011 foram: resíduos e desperdícios das indústrias alimentares (13%); automóveis (13%); cereais (10%); sementes/grãos (8%); combustíveis (7%) e gorduras/óleos (5%).

ARGENTINA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %



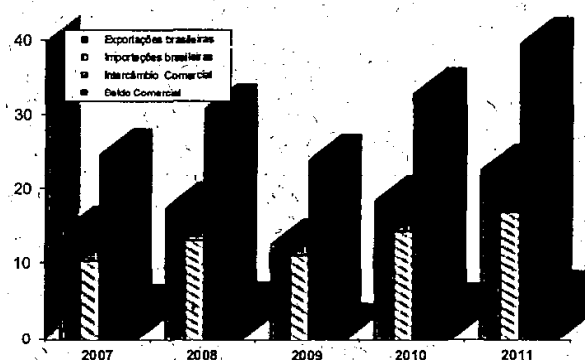
Os principais produtos importados pela Argentina em 2011 foram: automóveis (19%); máquinas mecânicas (17%); máquinas elétricas (10%); combustíveis (9%); plásticos (4%); produtos químicos orgânicos (4%); e farmacêuticos (2%).

BRASIL-ARGENTINA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-out)	2012 (jan-out)
Exportações brasileiras	14	18	13	19	23	19	15
Varição em relação ao ano anterior	22,8%	22,1%	-27,4%	44,9%	22,6%	28,6%	-20,0%
Importações brasileiras	10	13	11	14	17	14	13
Varição em relação ao ano anterior	29,2%	27,4%	-14,9%	27,9%	17,1%	18,2%	-4,7%
Intercâmbio Comercial	25	31	24	33	40	33	28
Varição em relação ao ano anterior	25,4%	24,3%	-22,0%	36,9%	20,2%	23,9%	-13,5%
Saldo Comercial	4	4	2	4	6	5	2

Elaborado pelo MRE-DE-DC - Departamento de Comércio Exterior - com base em dados do MDC-DE-CA - Comércio Exterior

A Argentina foi a 3ª principal parceira comercial brasileira em 2011, com participação de 8% no total. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 60%, passando de US\$ 25 bilhões, para US\$ 40 bilhões, sendo 58% nas exportações e 63% nas importações. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, totalizou, em 2011, superávit de US\$ 6 bilhões. Vale registrar que entre janeiro e setembro de 2012 foi registrado déficit histórico brasileiro da ordem de US\$ 3 bilhões.

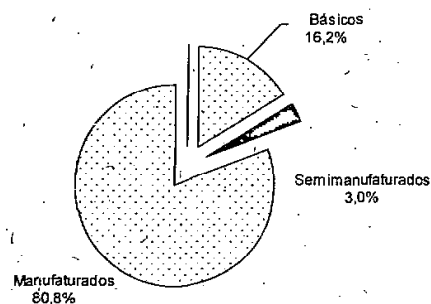
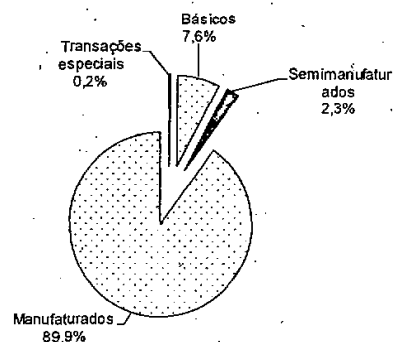


BRASIL-ARGENTINA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ bilhões, fob - 2 0 1 1

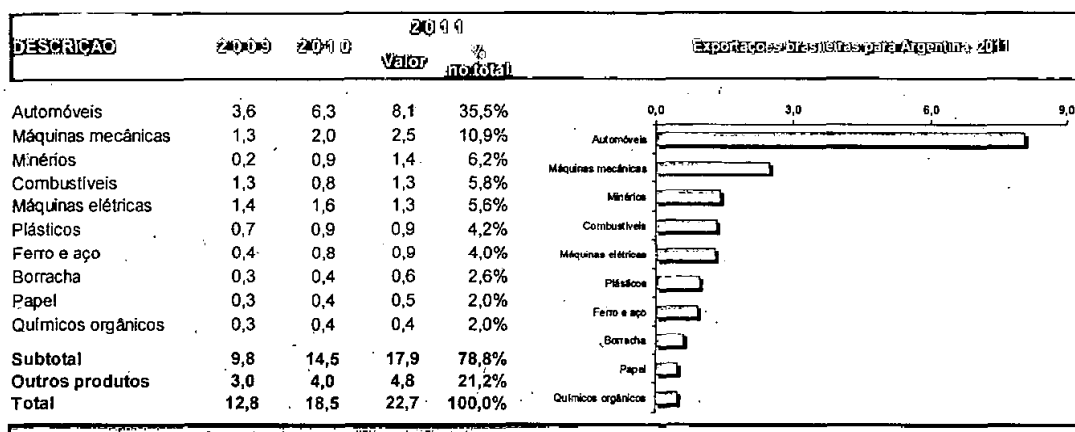
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	2	7,6%	3	16,2%
Semimanufaturados	1	2,3%	1	3,0%
Manufaturados	20	89,9%	14	80,8%
Transações especiais	0	0,2%	0	0,0%
Total	23	100,0%	17	100,0%

Fonte: Ministério da Economia, Secretaria de Comércio Exterior, dados de 2011

As exportações brasileiras para a Argentina são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 90% das vendas em 2011, com destaque para automóveis e máquinas. Em seguida estão os bens básicos, com 8% e os semimanufaturados com 2%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 81% do total em 2011, seguido dos básicos, com 16% e dos semimanufaturados com 3%.

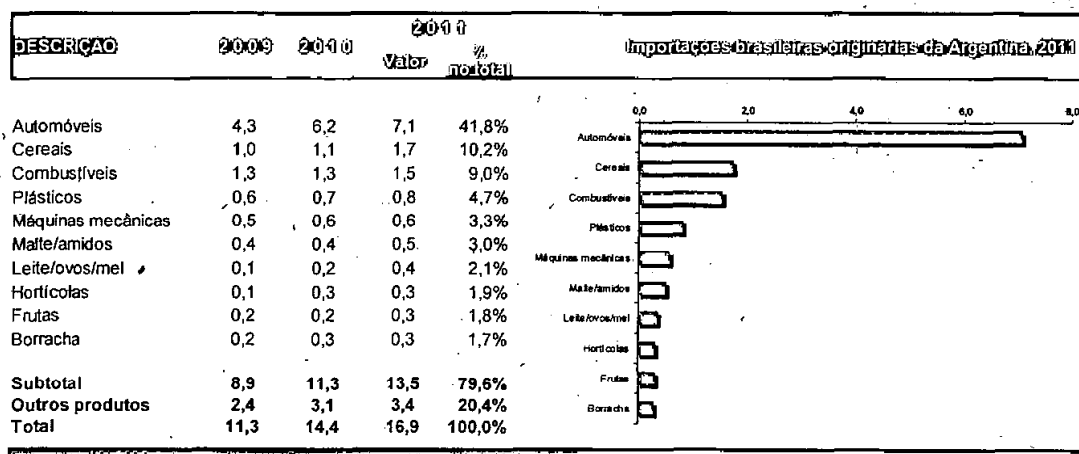


BRASIL-ARGENTINA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob



Automóveis e autopeças foram os principais itens brasileiros vendidos para a Argentina em 2011, representando 36% do total. Seguiram-se: máquinas mecânicas (11%); minérios (6%); combustíveis (6%); e máquinas elétricas (6%).

BRASIL-ARGENTINA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ bilhões, fob



As importações brasileiras originárias da Argentina apresentaram alto grau de concentração. Automóveis e cereais (trigo) somaram mais da metade das compras, representando 52% das compras brasileiras em 2011. Seguiram-se: combustíveis (9%); plásticos (5%); máquinas mecânicas (3%); e mate/amidos (3%).

BRASIL-ARGENTINA: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ bilhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan-out)	2012 (jan-out) Valor	% no total	Export. brasileiras para Argentina em 2012 (jan-out)
Exportações				
Automóveis	6,50	5,73	38,0%	Automóveis
Máquinas mecânicas	2,07	1,51	10,0%	Cereais
Máquinas elétricas	1,09	0,83	5,5%	Combustíveis
Minérios	1,22	0,73	4,8%	Plásticos
Plásticos	0,81	0,72	4,8%	Máquinas mecânicas
Ferro e aço	0,78	0,66	4,4%	Malte/amidos
Combustíveis	1,04	0,63	4,2%	Frutas
Borracha	0,51	0,40	2,7%	Leite/ovos/mel
Químicos orgânicos	0,38	0,35	2,3%	Hortícolas
Papel	0,38	0,32	2,1%	Borracha
Subtotal	14,78	11,89	78,8%	
Outros produtos	4,11	3,21	21,2%	
Total	18,88	15,10	100,0%	
Importações				Import. brasileiras originárias da Argentina em 2012 (jan-out)
Automóveis	5,70	5,76	43,4%	Automóveis
Cereais	1,45	1,39	10,5%	Cereais
Combustíveis	1,33	1,10	8,3%	Combustíveis
Plásticos	0,65	0,58	4,3%	Plásticos
Máquinas mecânicas	0,47	0,47	3,5%	Máquinas mecânicas
Malte/amidos	0,40	0,41	3,1%	Malte/amidos
Frutas	0,25	0,24	1,8%	Frutas
Leite/ovos/mel	0,29	0,24	1,8%	Leite/ovos/mel
Hortícolas	0,29	0,23	1,8%	Hortícolas
Borracha	0,24	0,22	1,7%	Borracha
Subtotal	11,06	10,64	80,2%	
Outros produtos	2,86	2,63	19,8%	
Total	13,92	13,27	100,0%	

Aviso nº 84 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

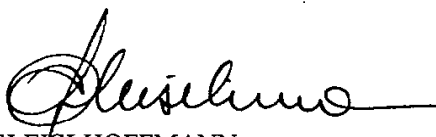
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor EVERTON VIEIRA VARGAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

3

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 6, de 2013 (nº 24, de 1º de fevereiro de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Dessa forma, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, a indicada nasceu em 9 de julho de 1950, no Rio de Janeiro/RJ. É filha de José Joaquim Cordeiro e Felismina Maia Cordeiro.

Graduou-se em Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui cursos de pós-graduação no Reino Unido nesse campo de estudos, com destaque para Mestrado (*Master of Arts – Linguistics*) na Universidade de Reading. Frequentou, também, o Curso de Altos Estudos do

Instituto Rio Branco no ano de 2003, quando defendeu a tese intitulada “Conhecimentos tradicionais: o interesse brasileiro na OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual)”.

Em 1982, titulou-se como Terceira-Secretária na carreira diplomática. Tornou-se Segunda-Secretária em 1987 e Primeira-Secretária em 1993. Foi a Conselheira, por merecimento, em 1999. Na sequência, também por merecimento, alcançou promoção para Ministra de Segunda Classe (2003) e Ministra de Primeira Classe (2007).

Entre as funções desempenhadas pela diplomata, destacam-se a de Assessora no Gabinete do Ministro de Estado (1993); Assessora na Secretaria de Relações com o Congresso (1993); Primeira-Secretária na Embaixada em Pequim (1994/1996); Assessora da Presidência da República (1999/2002); Assessora da Secretaria-Geral (2003/2004); Diretora do Departamento de Ásia e Oceania (2005/2008); e Representante Permanente Alternata junto às Nações Unidas (2009).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre as agências das Nações Unidas e organismos internacionais sediados em Genebra. Do texto encaminhado, merece destaque o que segue.

A Missão brasileira em Genebra tem atrás de si longa tradição, que diz com a exata importância dessa cidade no contexto internacional. Com efeito, nossa Missão foi estabelecida, com “status” de Embaixada, em solo genebrino no ano de 1924. Naquela altura, a cidade abrigava a Liga das Nações, antecessora da atual Organização das Nações Unidas (ONU).

Nos dias de hoje, Genebra hospeda a segunda maior sede da ONU, depois de Nova York. Nessa cidade suíça estão sediados o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH); o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização Mundial da Saúde (OMS); o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS); o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), entre outros.

A Missão Permanente tem, como se pode imaginar, enorme

responsabilidade. Nossos interesses nos temas objeto de preocupação de cada organização mencionada são muitos; assim como são os desafios a eles vinculados. Não sem motivo, a chefia desse Posto foi entregue, desde sempre, a diplomatas de notória respeitabilidade. Assim, por exemplo, em tempos mais próximos: Paulo Nogueira Batista (1983/87), Rubens Ricupero (1987/91), Celso Amorim (1991/93 e 1999/2001), Luiz Felipe Lampreia (1993/95), Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002/05) e, desde 2008, a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 6, DE 2013

(nº 24/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Os méritos da Senhora Regina Maria Cordeiro Dunlop que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'D' e uma assinatura que parece ser 'Dunlop'.

EM nº 00011/2013 MRE

Brasília, 18 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00011 /DP/DSE/SGEX/AFEPAG-MRE/APES

Brasília, 18 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP

CPF.: 105.940.517-20

ID.: 8297 MRE

1950 Filha de José Joaquim Cordeiro e Felismina Maia Cordeiro, nasce em 9 de julho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1969 Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 1973 Pós-graduação, Teaching of English as a Foreign Language, Royal Society of Arts, Londres, Reino Unido
 1975 Pós-graduação, in Applied Linguistics, Leeds University, Leeds, Reino Unido
 1977 Mestrado, Master of Arts - Linguistics, University of Reading, Reino Unido
 1980 Letras pela Universidade Veiga de Almeida/RJ
 1981 CPCD - IRBr
 1990 CAD - IRBr
 2003 CAE - IRBr, Conhecimentos Tradicionais: o interesse brasileiro na OMPI

Cargos:

1982 Terceira-Secretária
 1987 Segunda-Secretária
 1993 Primeira-Secretária, por merecimento
 1999 Conselheira, por merecimento
 2003 Ministra de Segunda Classe, por merecimento
 2007 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1970 Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professora Assistente
 1977 Cultura Inglesa, Rio de Janeiro, Chefe do ensino básico
 1978 Cultura Inglesa, Professora de Lingüística, Curso de Formação de Professores
 1983 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente
 1983 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
 1989 Representação junto aos Organismos Econômicos Especiais Internacionais, Londres, Segunda-Secretária
 1990 Embaixada em Londres, Segunda-Secretária
 1993 Gabinete do Ministro de Estado, assessora
 1993 Secretaria de Relações com o Congresso, assessora
 1994 Embaixada em Pequim, Primeira-Secretária
 1997 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assessora
 1999 Presidência da República, assessora
 2003 Secretaria-Geral, assessora
 2005 Departamento da Ásia e Oceania, Diretora
 2009 Representante Permanente Alternata junto às Nações Unidas
 2012 Reunião Ministerial do Bureau de Coordenação do Movimento Não-Alinhado, Sharm El Sheikh, Egito, Chefe de delegação
 2012 II Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Contraterrorismo das Nações Unidas, Jeda, Arábia Saudita, Chefe de delegação
 2012 XVI Cúpula do Movimento Não-Alinhado, Teerã, Irã, Chefe de delegação

Condecorações:

- 2003 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2007 Ordem Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2012 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

- 2001 Artesanato Solidário, in Patrimônio Imaterial, Revista Tempo Brasileiro nº147, Tempo Brasileiro, ed., Rio de Janeiro


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS E ORGANISMOS
INTERNACIONAIS SEDIADOS EM GENEBRA**



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2013**

Escritório das Nações Unidas em Genebra e Delegação Permanente do Brasil em Genebra

Escritório das Nações Unidas em Genebra

A segunda maior sede da Organização das Nações Unidas (ONU) está situada em Genebra, na Suíça (a primeira é a de Nova York, onde estão situados, entre outros órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e a Secretaria-Geral da Organização).

No Escritório da ONU em Genebra estão sediados, entre outros, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); e a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG, do inglês *United Nations Office at Geneva*) tem como sede o Palácio das Nações, edifício cuja construção teve início em 1929 com vistas a abrigar a Sociedade – ou Liga – das Nações, primeira tentativa de organização internacional de caráter universal, criada em 1919 e substituída pela ONU após a 2ª Guerra Mundial.

Ademais de órgãos, programas e agências das Nações Unidas, a cidade de Genebra é também sede de outras organizações internacionais independentes do sistema ONU, como a Federação Internacional da Cruz Vermelha.

Missão Permanente do Brasil em Genebra

Em 1924, o Brasil estabeleceu, em Genebra, sua primeira Missão Diplomática permanente junto a um Organismo Internacional (Delegação Permanente do Brasil à Liga das Nações), com “status” de Embaixada.

Nas últimas décadas, a Missão Permanente do Brasil em Genebra foi chefiada por, entre outros, Paulo Nogueira Batista (1983-1987), Rubens Ricupero (1987-1991), Celso Amorim (1991-1993 e 1999-2001), Luiz Felipe Lampreia (1993-1995) e Luiz Felipe de Seixas Corrêa (2002-2005).

Desde 2008, desempenha a função de Delegada Permanente do Brasil em Genebra a Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Organização Mundial da Saúde (OMS)



Membros	194 membros: Niue, Ilhas Cook e todos os países membros da ONU, à exceção de Liechtenstein
Ano da fundação	1948
Ano de adesão do Brasil	1948
Sede da OMS	Genebra, Suíça Endereço: Avenue Appia 20 1211 Genève 27 Suisse
Diretora-Geral	Margaret Chan
Escritório da OMS no Brasil	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - 70800-400 - Brasília
Diretor do Escritório no Brasil	Joaquín Molina

Informações gerais

A Organização Mundial da Saúde (OMS) é a autoridade diretiva e coordenadora para o tema da saúde no sistema das Nações Unidas. Está encarregada de debater as questões mundiais de saúde, formular a agenda de pesquisa nessa área, estabelecer normas e padrões, articular opções de políticas com base em evidências, fornecer apoio técnico para os países e monitorar as tendências sanitárias mundiais. A OMS e seus países-membros trabalham com muitos parceiros, incluindo agências, doadores, organizações não-governamentais, centros de apoio da OMS e o setor privado.

No século 21, a saúde é uma responsabilidade compartilhada, envolvendo acesso igualitário para cuidado essencial e defesa coletiva contra ameaças transnacionais.

A Assembleia Mundial da Saúde é o órgão decisório supremo para a Organização Mundial da Saúde. Os encontros ocorrem, geralmente, em maio de cada ano, e contam com a participação de delegações dos 194 países-membros. A principal função é determinar as políticas da Organização. A Assembleia indica o Diretor-Geral, supervisiona as políticas financeiras da organização, bem como revisa e aprova o programa de orçamento proposto. Examina, ademais, relatos da comissão executiva, à qual fornece instruções relativas a assuntos que podem requerer ação, estudo, investigação ou relato.

O Secretariado da OMS conta com cerca de 8.000 funcionários, incluindo especialistas de saúde e de outras áreas, bem como funcionários de apoio contratados por períodos fixos, trabalhando nos escritórios-sedes, nos seis escritórios regionais e nos países.

A Organização é dirigida pelo Diretor-Geral, que é indicado pela Assembleia Mundial da Saúde quando da nomeação da Junta Executiva.

Perfil da Diretora-Geral da OMS

A Doutora Margaret Chan é a Diretora-Geral da OMS, indicada pela Assembleia Mundial da Saúde em 9 de novembro de 2006. A Assembleia indicou a Doutora Chan para o segundo mandato de cinco anos na 65ª sessão em maio de 2012. O mandato da Doutora Chan iniciou-se em 1 de julho de 2012, e continuará até 30 de junho de 2017.

Antes de ser eleita Diretora-Geral da OMS, a Doutora Chan foi Diretora-Assistente para doenças transmissíveis, bem como representante do Diretor-Geral para gripe pandêmica.

Antes de ingressar na OMS, foi Diretora de Saúde de Hong Kong. Durante os nove anos de exercício como Diretora, enfrentou o primeiro surto de gripe aviária H5N1, em 1997. Derrotou de forma exitosa a onda de surtos da síndrome aguda respiratória (SARS) em Hong Kong em 2003. Ela também lançou novos serviços para prevenir doenças e promover melhores condições de saúde.

A Doutora Margaret Chan é natural da República Popular da China, e graduou-se em Medicina pela Universidade de Ontário do Oeste, no Canadá.

Principais funções da OMS

As seguintes funções principais foram estabelecidas no 11º Programa Geral de Trabalho, que fornece a estrutura para o amplo programa de trabalho da Organização, o orçamento, os recursos e os resultados. Intitulado “Engajamento para a Saúde”, o programa cobre o período de 2006 a 2015.

- Proporcionar liderança em assuntos críticos para a saúde, e engajamento para o estabelecimento de parcerias visando ação conjunta quando for necessário;
- Elaborar a agenda de pesquisa e estimular a geração, tradução e disseminação de conhecimento;
- Estabelecer normas e padrões, e promover e monitorar sua implementação;
- Articular opções de políticas éticas e baseadas em evidências;
- Promover suporte técnico, catalisando mudanças e construindo capacidade institucional sustentável; e,
- Monitorar a situação da saúde e acessar tendências da saúde.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Na Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000, 191 países estabeleceram as ambiciosas tarefas de combater a pobreza e a falta de saúde, e de melhorar a vida das pessoas até 2015. Oriundas da Declaração do Milênio, essas tarefas se tornaram conhecidas como as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs). A saúde está no cerne dessa agenda. Três das oito metas – erradicar a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças – estão diretamente ligadas ao tema da saúde. Melhorar a saúde é também a chave para outras metas, tais como a erradicação da extrema pobreza e da fome, e a conquista da sustentabilidade ambiental.

Breve Histórico da OMS

- 1945: na ocasião da criação das Nações Unidas, em 1945, uma das questões discutidas foi o estabelecimento de uma organização de saúde mundial. A constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) entrou em vigor em 7 de abril de 1948. O dia 7 de abril passou a ser o Dia Mundial da Saúde.

1948: delegados de 53 dos 55 países membros fundadores da OMS compareceram à primeira Assembleia da Organização em junho de 1948. Decidiram que as principais prioridades da OMS seriam a malária, saúde das mulheres e crianças, tuberculose, doenças venéreas, nutrição e saúde ambiental – alguns ainda permanecem como prioridade atualmente. O trabalho da OMS, desde então, ampliou-se para, também, cobrir problemas de saúde que não eram sequer conhecidos em 1948, incluindo novas doenças como o HIV/Aids. Em 1948, a OMS assumiu a responsabilidade pela Classificação Internacional de Doenças (CID), que remonta aos anos de 1850. A CID é usada para classificar doenças e outros problemas de saúde, e tornou-se o padrão internacional usado para fins clínicos e epidemiológicos.

- 1952: O Doutor Jonas Salk (EUA) desenvolveu a primeira vacina bem-sucedida contra a pólio.

- 1952 – 1964: Programa Global de controle da bôba (erupção cutânea também conhecida como frambesia ou *yaws*). Uma das primeiras doenças que chamou a atenção da OMS, a bôba é uma doença degenerativa que afligiu cerca de 50 milhões de pessoas em 1950. O Programa Global de controle dessa doença, em operação entre 1952-1964, usou penicilina de longa ação para tratá-la com uma única injeção. Por volta de 1965, o Programa já havia examinado 300 milhões de pessoas em 46 países, e reduzido a incidência global da doença em mais de 95%.

- 1967: O cirurgião sul-africano Christiaan Barnard conduziu o primeiro transplante de coração.
- 1974: A Assembleia Mundial da Saúde adotou a resolução para a criação do Programa de Extensão em Imunização, a fim de trazer vacinas básicas para todas as crianças do mundo.
- 1977: A primeira Lista de Remédios Essenciais surgiu em 1977, dois anos depois da Assembleia Mundial da Saúde introduzir os conceitos de remédios essenciais e política nacional de remédios. Atualmente, 156 países dispõem de uma lista nacional de remédios essenciais.
- 1978: A Conferência Internacional em Cuidados de Primeiros Socorros, em Almata, Cazaquistão, estabeleceu a meta histórica de “saúde para todos”.
- 1979: Erradicação da varíola – doença que havia mutilado e causado a morte de milhões. No fim dos anos de 1970, foi uma das maiores conquistas da OMS. A campanha para a erradicação dessa doença mortal pelo mundo foi coordenada pela OMS entre 1967 e 1979. Foi a primeira e, até agora, a única vez que uma doença infecciosa foi erradicada.
- 1983: O Instituto Pasteur, da França, identifica o vírus HIV.
- 1988: A iniciativa global de erradicação da pólio é estabelecida. Desde seu lançamento em 1988, a iniciativa reduziu o número de casos de pólio em mais de 99%. Conduzido pelos governos nacionais, OMS, Rotary Internacional, centros para prevenção e controle de doenças dos Estados Unidos e a UNICEF, o programa já imunizou mais de dois milhões de crianças, graças a mobilização de mais de 20 milhões de voluntários e trabalhadores da saúde. Como resultado, cinco milhões de crianças estão andando atualmente e mais de 1,5 milhão de mortes infantis foram evitadas. A meta é erradicar a pólio em todo o mundo, de forma que nenhuma criança tenha paralisia causada por essa doença.
- 2003: A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) foi reconhecida pela primeira vez, e, então, controlada.
- 2003: Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco. O dia 21 de maio de 2003 foi um dia histórico para a saúde pública. Após cerca de quatro anos de negociações intensas, a Assembleia Mundial da Saúde adotou, de maneira unânime, o primeiro tratado global público de saúde da OMS. O tratado foi elaborado para reduzir as mortes e doenças relacionadas ao tabaco pelo mundo.

- 2004: Adoção de uma estratégia global em dieta, atividade física e saúde.
- 2005: A Assembleia Mundial da Saúde revisa os Regulamentos Internacionais de Saúde.

OPAS/OMS Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. A integração às Nações Unidas acontece quando a entidade se torna o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A OPAS/OMS também faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Organização exerce um papel fundamental na melhoria de políticas e serviços públicos de saúde, por meio da transferência de tecnologia e da difusão do conhecimento acumulado por meio de experiências produzidas nos Países-Membros. É um trabalho de cooperação internacional, promovido por técnicos e cientistas vinculados à OPAS/OMS, especializados em epidemiologia, saúde e ambiente, recursos humanos, comunicação, serviços, controle de zoonoses, medicamentos e promoção da saúde.

Todo esse esforço é direcionado para alcançar metas comuns, como iniciativas sanitárias multilaterais, traçadas pelos governos que fazem parte da OPAS/OMS, sempre com uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis: mães e crianças, trabalhadores, idosos, pobres, refugiados e desabrigados.

O atual Representante da OPAS/OMS no Brasil é o Doutor Joaquín Molina.

Organização Internacional do Trabalho



Países-membros:	185 membros (todos os países-membros da ONU, à exceção de Andorra, Butão, República Popular Democrática da Coreia, Mônaco, Liechtenstein, Micronésia, Nauru e Tonga)
Ano da fundação	1919
Ano de adesão do Brasil	1919
Sede da OIT	Genebra, Suíça Endereço: 4 route des Morillons - CH-1211 Genève 22 -Switzerland -
Diretor-Geral	Guy Ryder
Escritório da OIT no Brasil	Endereço: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35 - Brasília - DF / Brasil - 70800-400 Tel.: +55.61.2106-4600 Fax: +55.61.3322-4352
Diretora do Escritório no Brasil	Laís Abramo

Perfil biográfico
Guy Ryder
Diretor-Geral da OIT

Nasceu em Liverpool, Reino Unido, em 1956, e graduou-se nas Universidades de Cambridge e Liverpool. Começou sua carreira no Departamento Internacional do Congresso Sindical em Londres. Em 1985, tornou-se Secretário da Seção de Indústria da Federação Internacional dos Empregados Comerciais, Clericais, Profissionais e Técnicos (FIET), em Genebra. Em 1988, tornou-se Diretor-Assistente e, em 1993, Diretor do Escritório em Genebra da Confederação Internacional de Entidades Sindicais Livres.

Em 1988, tornou-se Diretor do Bureau para Atividades dos Trabalhadores da Organização Internacional do Trabalho e, em 1999, foi indicado para o cargo de Chefe de Gabinete do Diretor-Geral.

Em 1992, tornou-se Secretário-Geral da Confederação Internacional das Entidades Sindicais Livres (ICFTU), em Bruxelas, cargo ocupado até novembro de 2006, quando tornou-se Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional (ITUC).

Em setembro de 2010, retornou à OIT como Diretor Executivo do Departamento de Normas e Princípios Fundamentais do Trabalho.

Informações gerais

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sintetiza essa missão histórica, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável.

São os seguintes os quatro objetivos estratégicos da OIT: (i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação; a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Estrutura da OIT

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência tripartite das Nações Unidas composta por representantes de Governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. Essa estrutura tripartite faz da OIT o único fórum no qual Governos e parceiros sociais da economia de 185 países-membros possam debater, e elaborar livremente padrões e políticas.

O Escritório Internacional do Trabalho é o secretariado permanente da OIT, sua matriz operacional. A administração e o gerenciamento são descentralizados em filiais regionais em mais de 40 países, sob a liderança do Diretor-Geral.

Diretor-Geral da OIT

O Diretor-Geral é eleito a cada cinco anos pela Direção da OIT. O Diretor-Geral está sujeito às instruções dessa Direção, sendo responsável pela condução eficiente do Escritório Internacional do Trabalho.

Tribunal Administrativo da OIT

O Tribunal Administrativo da OIT examina queixas referentes a emprego por agentes do Escritório Internacional do Trabalho, e de outras organizações internacionais que tenham reconhecido a sua jurisdição. Atualmente está aberto para aproximadamente 46.000 funcionários civis que estão servindo, ou ex-funcionários, de cerca de 60 organizações.

Os centros e escritórios da OIT

A OIT é referência mundial como fonte de conhecimento no tema do trabalho. A Organização dispõe de institutos e centros que fornecem pesquisa especializada, treinamento e apoio para os escritórios e integrantes da OIT.

Histórico

A OIT foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial. Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. A OIT desempenhou, desde sua criação, papel importante na definição das legislações trabalhistas, e na elaboração de políticas econômicas, sociais e trabalhistas nacionais. É responsável pela formulação e aplicação das Normas Internacionais do Trabalho. As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico.

O Brasil está entre os membros fundadores da OIT, e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião. Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções. A primeira delas respondia a uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do final do século XIX e começo do século XX: a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 semanais. As outras convenções adotadas nessa ocasião referiram-se à proteção à maternidade, à luta contra o desemprego, à definição da idade mínima de 14 anos para o trabalho na indústria e à proibição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos. Albert Thomas tornou-se o primeiro Diretor-Geral da OIT.

Em 1926, a Conferência Internacional do Trabalho introduziu inovação importante: com vistas a supervisionar a aplicação das normas, criou a Comissão de Peritos, composta por juristas independentes, encarregada de examinar os relatórios enviados pelos Governos sobre a aplicação de Convenções por eles ratificadas (as "memórias"). A cada ano, essa Comissão apresenta seu próprio relatório à Conferência. Desde então, seu mandato foi ampliado para incluir memórias sobre convenções e recomendações não ratificadas.

Entre 1919 e 1939, foram adotadas 67 convenções e 66 recomendações. A eclosão da Segunda Guerra Mundial interrompeu temporariamente esse processo. Em agosto de 1940, a localização da Suíça no coração de uma Europa em guerra levou o novo Diretor-Geral, John Winant, a mudar temporariamente a sede da Organização de Genebra para Montreal, no Canadá. Em 1944, os delegados da Conferência Internacional do Trabalho adotaram a Declaração de Filadélfia que, como anexo à sua Constituição, constitui, desde então, a carta de princípios e objetivos da OIT. A Declaração reafirmou o princípio de que a paz permanente só pode estar baseada na justiça social, e estabelecia quatro ideias fundamentais, que constituem valores e princípios básicos da OIT até hoje: que o trabalho deve ser fonte de dignidade; que o trabalho não é uma mercadoria; que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos; e que todos os seres humanos tem o direito de perseguir o seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades.

No final da guerra, nasce a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de manter a paz através do diálogo entre as nações. A OIT, em 1946, se transforma em sua primeira agência especializada.

Em 1969, ano em que comemorava seu 50º aniversário, a OIT recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Ao apresentar o prestigioso prêmio, o Presidente do Comitê do Prêmio Nobel ressaltou que “a OIT tem uma influência perpétua sobre a legislação de todos os países” e deve ser considerada “a consciência social da humanidade”.

Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho, na sua 87ª Sessão, adotou a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, definidos como o respeito à liberdade sindical e de associação; o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; a efetiva abolição do trabalho infantil; e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

A Declaração associa a esses 4 direitos e princípios 8 convenções, que passam a ser definidas como fundamentais. Estabelece que todos os Estados Membros da OIT, pelo simples fato de sê-lo e de terem aderido à sua Constituição, são obrigados a respeitar esses direitos e princípios, havendo ou não ratificado as convenções a eles correspondentes. A Conferência define também a ratificação universal dessas convenções como um objetivo, senta as bases para um amplo programa de cooperação técnica da OIT com os seus Estados-Membros com o objetivo de contribuir à sua efetiva aplicação e define um mecanismo de monitoramento dos avanços realizados.

Em junho de 2008, durante a 97ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, que se realiza anualmente em Genebra, representantes de governos, empregadores e trabalhadores, adotaram um dos mais importantes documentos da OIT: a Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa. O documento corresponde a uma das primeiras manifestações de um organismo internacional com preocupações sobre o mundo globalizado e a grave crise financeira internacional, que iria eclodir a partir de setembro de 2008.

OIT no Brasil

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde a década de 1950, com programas e atividades que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história. Além da promoção permanente das Normas Internacionais do Trabalho, do emprego, da melhoria das condições de trabalho e da ampliação da proteção social, a atuação da OIT no Brasil tem se caracterizado, no período recente, pelo apoio ao esforço nacional de promoção do trabalho decente em áreas tão importantes como o combate ao trabalho forçado, ao trabalho infantil e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e comercial, à promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça no trabalho e à promoção de trabalho decente para os jovens, entre outras.

Em maio de 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD), em atenção ao Memorando de Entendimento para a promoção de uma agenda de trabalho decente no país, assinado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, em junho de 2003. A Agenda define três prioridades: a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. As organizações de empregadores e de trabalhadores devem ser consultadas permanentemente durante o processo de implementação da Agenda.

O Brasil é pioneiro no estabelecimento de Agendas Subnacionais de Trabalho Decente. O Estado da Bahia lançou sua Agenda em dezembro de 2007, e o Estado de Mato Grosso realizou, em abril de 2009, a sua Conferência Estadual pelo Trabalho Decente, com o mesmo objetivo.

O caminho que levou à convocação desse processo de consulta nacional teve seu início em junho de 2003, quando o Diretor-Geral da OIT e o Presidente do Brasil assinaram um Memorando de Entendimento, que previa o estabelecimento de um programa especial de cooperação técnica para a promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD) no Brasil, em consulta com as organizações de empregadores e de trabalhadores.

Entre 2003 e 2010, diversas instâncias consultivas e deliberativas sobre o tema foram constituídas, tendo sido possível construir consensos importantes no campo da promoção do trabalho decente no país.

Em maio de 2006, a ANTD foi lançada em Brasília pelo Ministro do Trabalho e Emprego (MTE), por ocasião da XVI Reunião Regional Americana da OIT, durante a qual também foi lançada, pelo Diretor-Geral da OIT, a Agenda Hemisférica do Trabalho Decente (AHTD). Com o objetivo de contribuir à erradicação da pobreza e à redução das desigualdades sociais, a ANTD se estrutura em torno de três prioridades: (i) a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidade e de tratamento; (ii) a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil, em especial, em suas piores formas; e, (iii) o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática. Elaborada por um grupo de trabalho interministerial coordenado pelo MTE, com assistência técnica permanente da OIT, e submetida à consulta no âmbito da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI), a ANTD estabelece resultados esperados e linhas de ação para cada uma das prioridades definidas.

O processo de implementação da ANTD ganhou novo impulso no final de 2007, com a constituição de um Grupo Técnico Tripartite (GTT) de consulta e monitoramento. Também se avançou, nesse período, na discussão sobre os indicadores para monitorar os avanços nas diversas dimensões do trabalho decente, e na experiência pioneira de elaboração de Agendas estaduais (Bahia, Mato Grosso) e intermunicipais (região do ABC Paulista) de Trabalho Decente.

O passo seguinte foi a elaboração do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), a partir de uma proposta construída por um grupo interministerial mais amplo que o anterior, também coordenado pelo MTE e com a assistência técnica da OIT. No dia 4 de junho de 2009, foi formalizado, por Decreto Presidencial, o Comitê Executivo Interministerial encarregado da elaboração do PNETD, concebido como um instrumento de implementação da ANTD.

Durante 2009, o PNETD foi intensamente discutido por diversas áreas do Governo Federal e pelo Grupo de Trabalho Tripartite (GTT), em um importante processo de diálogo social. Como resultado, foi construído um consenso tripartite em torno às prioridades e resultados do PNETD, referendado por um documento firmado por representantes de governo, empregadores e trabalhadores durante a 98ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (junho de 2009). Na ocasião, uma Declaração Conjunta assinada pelo Presidente Lula e pelo Diretor-Geral da OIT reafirmou o compromisso entre o Governo brasileiro e a OIT em relação ao tema.

O mesmo Decreto que criou o Comitê Interministerial instituiu o Subcomitê da Juventude, com o objetivo de elaborar uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ). Esse objetivo foi cumprido durante o ano de 2010, através de um amplo e produtivo processo de diálogo tripartite. A ANTdj se organiza em torno a quatro prioridades: (i) mais e melhor educação; (ii) conciliação entre estudos, trabalho e vida familiar; (iii) inserção digna e ativa no mundo do trabalho; (iv) diálogo social.

**Programa Conjunto das Nações Unidas sobre
HIV/Aids (UNAIDS)**



Países-membros	Grupos Regionais de apoio
	Grupo África - Leste e Sul África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eritreia, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Seychelles, Sudão do Sul, Suazilândia, Uganda, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue. Grupo África - Norte e Oriente Médio Afeganistão, Arábia Saudita, Argélia, Djibouti, Egito, Iémen, Irã, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Omã, Qatar, Somália, Sudão, Síria, Tunísia. Grupo África - Oeste e Central Benin, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo. Grupo – América Latina

	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela. Grupo - Ásia e Pacífico Austrália, Bangladesh, Butão, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, Ilhas Marshall, Japão, Laos, Malásia, Maldivas, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Nepal, Nova Zelândia, Paquistão, Palau, Papua Nova Guiné, Filipinas, República da Coreia, Singapura, Sri Lanka, Tailândia, Tuvalu, Vietnã. Grupo Caribenho Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Guyana, Haiti, Jamaica, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago. Grupo – Europa da Leste e Ásia Central Albânia, Armênia, Azerbaijão, Belarus, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, República Tcheca, Estônia, Geórgia, Hungria, Cazaquistão, Quirguistão, Letônia, Lituânia, Montenegro, Polônia, República da Moldóva, Romênia, Rússia, Sérvia, Eslovênia, Tajiquistão, República da Macedônia, Turquia, Ucrânia, Uzbequistão. Grupo – Outros países Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça.
Ano de estabelecimento	1994
Sede da UNAIDS	Secretariado da UNAIDS UNAIDS Secretariat 20, Avenue Appia

	CH-1211 Geneva 27 Switzerland
Director Executivo	Michel Sidibé
Escritório da UNAIDS no Brasil	EQSW 103/104 Lote 1 Bloco C 2º Andar – Setor Sudoeste 70670-350 – Brasília – DF – Brasil Tel. (55 61) 3038 9220 E-mail: brazil@unaids.org Site: www.unaids.org.br
Contatos da UNAIDS no Brasil	- Pedro Chequer – representante da UNAIDS Email: chequerP@unaids.org - Vincent Defourny – Diretor do “UN theme group on HIV/AIDS” e representante da UNESCO Email: vincent.defourny@unesco.org.br

Informações Gerais

O Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) é uma parceria inovadora que encoraja, mobiliza e apoia os países para alcançar o acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados no que concerne ao HIV. Reúne os recursos do Secretariado do UNAIDS e de dez Organizações do Sistema ONU (as Agências Co-patrocinadoras), em esforços coordenados e especializados para unir o mundo contra a Aids.

Estabelecido em 1994, por uma resolução do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC), e lançado em janeiro de 1996, o UNAIDS é guiado por uma Junta de Coordenação de Programas (PCB), com representantes de 22 Governos de todas as regiões geográficas, além das Agências Co-patrocinadoras (ACNUR, Banco Mundial, OIT, OMS, PMA, PNUD, UNESCO, UNFPA, UNICEF e UNODC) e do Secretariado do UNAIDS, e cinco representantes de organizações não-governamentais, incluindo associações de pessoas vivendo com HIV.

Para garantir que os países recebam o melhor apoio técnico especializado, e para evitar duplicação de esforços, uma “divisão do trabalho”, baseada nas vantagens comparativas de cada Agência, orienta o apoio oferecido pelo Programa Conjunto (Secretariado do UNAIDS e Co-

patrocinadores). Cada uma das organizações que integram o UNAIDS lidera em pelo menos uma área técnica.

O Secretariado do Gabinete Executivo da UNAIDS é um fórum para tomada de decisões em alto nível sobre temas estratégicos para a Organização. É composto pelo Diretor Executivo, pelos Vice-Diretores Executivos das filiais do Programa e da filial de Gerenciamento e Governança e pelo Diretor do Escritório Executivo.

Perfil do Diretor Executivo - Michel Sidibé

O Senhor Michel Sidibé é o Diretor Executivo do UNAIDS, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids.

A nomeação de Sidibé se efetivou no dia 1º de janeiro de 2009, com o cargo de Secretário Geral Adjunto das Nações Unidas.

Antes do UNAIDS, Sidibé trabalhou mais de 25 anos no serviço público. Começou sua trajetória em saúde e desenvolvimento mundial preocupando-se pela saúde e o bem-estar dos Tuaregs nômades da região de Timbuktu, no Mali, sua terra natal. Posteriormente, assumiu o papel de Diretor nacional da federação de desenvolvimento internacional "Terre des Hommes".

Em 1987, começou a trabalhar com o UNICEF na República Democrática do Congo. Durante seus 14 anos no UNICEF, Sidibé supervisionou os programas de 10 países de língua oficial francesa na África. Também atuou como Representante Nacional do UNICEF em diferentes países africanos, como Swazilândia, Burundi e Uganda.

Em 2001, ocupou o posto de Diretor do Departamento de Apoio Nacional e Regional do UNAIDS. Em 2007, Sidibé foi nomeado Diretor Executivo Adjunto de programas do UNAIDS e Secretário-Geral Assistente das Nações Unidas. Como tal, dirigiu o apoio que o UNAIDS oferece às respostas regionais e nacionais, e às iniciativas relacionadas às políticas, evidências científicas, monitoramento e avaliação em âmbito mundial.

Sidibé tem dois diplomas pós-mestrado em Planejamento Social e Demografia, e em Desenvolvimento Internacional e Economia Política, pela Universidade de Clermont. É também mestre em Economia. Em 2007, Sidibé foi nomeado professor honorário da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul.

Nascido em 1952, Sidibé é natural do Mali.

As metas da UNAIDS até 2015 são:

1) Ter Zero Novas Infecções

- Reduzir pela metade a transmissão sexual do HIV/VIH, inclusive entre jovens, homens que fazem sexo com homens e a transmissão no contexto do trabalho sexual;
- Eliminar a transmissão vertical do HIV/VIH, e reduzir pela metade a mortalidade materna relacionada à Aids/SIDA; e,
- Prevenir todas as novas infecções pelo HIV/VIH entre pessoas que usam drogas.

2) Ter Zero Mortes relacionadas à Aids/SIDA

- Acesso universal à terapia antirretroviral por pessoas vivendo com HIV/VIH com indicação de tratamento;
- Reduzir pela metade as mortes por tuberculose entre pessoas vivendo com HIV/VIH;
- Ter as pessoas vivendo com HIV/VIH e os domicílios afetados pelo HIV/VIH contemplados por todas as estratégias nacionais de proteção social, e com acesso a serviços essenciais de atenção e apoio; e,
- Avançar com os Direitos Humanos e a igualdade de gênero na resposta ao HIV/VIH.

3) Ter Zero Discriminação

- Reduzir pela metade o número de países com leis e práticas punitivas relativas à transmissão do HIV/VIH, ao trabalho sexual, ao uso de drogas ou à homossexualidade;
- Reduzir pela metade o número de países que restringem a entrada, a estada e a residência de pessoas com HIV/VIH em seu território;
- Ter as necessidades específicas de mulheres e meninas relativas ao HIV/VIH contempladas em pelo menos a metade de todas as respostas nacionais ao HIV/VIH; e,
- Tolerância zero com a violência baseada em gênero.

UNAIDS no Brasil

O UNAIDS mantém representação no Brasil desde o ano 2000, em Brasília. Desde 2010, é o ponto focal do Secretariado junto à CPLP, na área de cooperação em HIV/Aids.

Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH)



Países-membros: É composto por 47 Estados-membros das Nações Unidas, que são eleitos pela maioria dos membros da Assembleia Geral das Nações Unidas em eleições diretas e secretas. A Assembleia Geral leva em consideração a contribuição dos Estados candidatos para a promoção e proteção dos Direitos Humanos, bem como seus compromissos voluntários e empenho nessa área. A composição do Conselho é baseada em uma distribuição geográfica equitativa. Os assentos estão distribuídos da seguinte forma:

1. Países Africanos: 13 assentos
2. Países Asiáticos: 13 assentos
3. Países Latino-Americanos e Caribenhos: 8 assentos
4. Países da Europa Ocidental e outros: 7 assentos
5. Países da Europa Oriental: 6 assentos

Os membros eleitos servem por um período de três anos, e não são elegíveis para reeleição imediata após servirem por dois períodos consecutivos.

Os atuais membros do Conselho, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, por grupos regionais, são os seguintes (os números entre parênteses indicam o ano de término do atual mandato):

Países Africanos:

Angola (2013)	Gabão (2015)
Benin (2014)	República do Quênia (2015)
Botsuana (2014)	Líbia (2013)
Burkina Faso (2014)	Mauritânia (2013)
República do Congo (2014)	República da Serra Leoa (2015)
Costa do Marfim (2015)	Uganda (2013)
Etiópia (2015)	

Países Asiáticos:

Índia (2014)
 Indonésia (2014)
 Japão (2015)
 Cazaquistão (2015)
 Kuwait (2014)
 Malásia (2013)
 Maldivas (2013)
 Paquistão (2015)
 Filipinas (2014)
 Catar (2013)
 República da Coreia (2015)
 Tailândia (2013)
 Emirados Árabes Unidos (2015)

Países Latino-Americanos eCaribenhos:

Argentina (2015)
 Brasil (2015)
 Chile (2014)
 Costa Rica (2014)
 Equador (2013)

Guatemala (2013)

Peru (2014)

Venezuela (2015)

Países da Europa Ocidental eoutros:

Áustria (2014)
 Alemanha (2015)
 Irlanda (2015)
 Itália (2014)
 Espanha (2013)
 Suíça (2013)
 Estados Unidos da América (2015)

Países da Europa Oriental:

República Tcheca (2014)
 Estônia (2015)
 Montenegro (2015)
 Polônia (2013)
 República da Moldávia (2013)
 Romênia (2014)

A Presidência do Conselho é composta por cinco pessoas – um Presidente e quatro Vice-Présidentes – representando os cinco grupos regionais. Eles servem por um ano, de acordo com o ciclo anual do Conselho.

Ano de fundação: O Conselho de Direitos Humanos foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15 de março de 2006, pela Resolução 60/251. Sua primeira sessão ocorreu de 19 a 30 de junho de 2006. Substituiu a Comissão sobre os Direitos Humanos da ONU, que foi, por 60 anos, o principal mecanismo intergovernamental da ONU responsável pelos Direitos Humanos.

Adesão e/ou participação do Brasil: Todos os 193 países-membros das Nações Unidas podem, em princípio, tomar parte no Conselho. O Brasil participou do Conselho entre 2006 a 2011 (eleição e reeleição), e será novamente membro do órgão de 2013 a 2015.

Sede: Genebra

Principais órgãos: O Conselho é um órgão deliberativo, cujo Secretariado é fornecido pelo Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas (EACDH).

No entanto, o CDH trabalha com vários mecanismos, com o fim de fortalecer a promoção e a proteção dos Direitos Humanos em todo o mundo, solucionando situações de violações dos Direitos Humanos e fazendo recomendações sobre elas, incluindo a resposta às emergências. Esses mecanismos incluem:

- a) a Revisão Periódica Universal (RPU), pela qual o Conselho avalia a situação dos Direitos Humanos em todos os 193 Estados-Membros da ONU; e
- b) os Procedimentos Especiais da ONU, já utilizados pela antiga Comissão sobre os Direitos Humanos. Seus mandatos podem ser temáticos ou sobre países, e podem ser realizados por um relator especial ou perito independente, ou por grupo de trabalho criado para esse fim pelo CDH. Seus membros são indicados pelo Conselho, e exercem suas funções a título pessoal (ou seja, sem que representem formalmente o Governo de um Estado). Eles analisam, monitoram, aconselham e relatam publicamente as situações dos Direitos Humanos em países ou territórios específicos, ou violações dos Direitos Humanos específicas. Há, no momento, 36 Procedimentos Especiais temáticos e 12 sobre países. Desses, há dois Relatores Especiais brasileiros, a saber, as Senhoras Raquel Rolnik, Relatora Especial para a moradia adequada, e Gabriela Knaul, Relatora Especial sobre a independência de juízes e advogados; e o Senhor Paulo Sérgio Pinheiro, atual Presidente da Comissão de Inquérito e futuro Relator Especial sobre a situação dos Direitos Humanos na República Árabe da Síria.

Chefia: Trata-se de Órgão colegiado, com alterações regulares de sua Presidência. O atual Presidente do Conselho em 2013 é o Embaixador Remigiusz Achilles Henczel, da Polônia.

Remigiusz Achilles Henczel
Presidente do Conselho de Direitos Humanos

Nascido em Jarocin, Polónia, em 23 de junho de 1957, casado, com uma filha.

PhD em Direito Internacional Público e Organizações Internacionais pela Universidade Adam Mickiewicz, em Poznan, Polónia, 1987.

Representante Permanente da Polónia junto ao Escritório das Nações Unidas em Genebra desde outubro de 2010. Antes desse posto, foi Diretor do Departamento Legal e de Tratados do Ministério de Assuntos Estrangeiros da Polónia (2003 e 2010); representante polonês na VI Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas; Conselheiro Legal do Conselho da Europa e da União Europeia; e Chefe do Departamento do Trabalho e Relações Industriais no quadro da Missão Temporária Administrativa das Nações Unidas no Kosovo (2001-2002).

Atual Chefe da Missão brasileira junto ao CDH: Embaixadora Maria Nazareth Farani Azevedo.

Representante(s) do Organismo no Brasil: Por tratar-se de Órgão colegiado de fundo deliberativo, sem caráter executivo, o CDH não dispõe de Representantes no Brasil.

Demais informações:

O Conselho é encarregado de fortalecer a promoção e a proteção dos Direitos Humanos em todo o mundo, buscando solucionar situações de violações dos Direitos Humanos e fazendo recomendações para evitar a recorrência dessas violações, inclusive em situações emergenciais. Seus principais mecanismos para exercer a função de monitoramento são a Revisão Periódica Universal, e os Procedimentos Especiais da ONU.

O Conselho desempenha, ainda, papel de grande importância na criação de consenso internacional em prol dos Direitos Humanos, bem como no progresso do Direito Internacional sobre a matéria.

Os atuais “procedimentos especiais” incidem sobre os seguintes países: Bielorrússia, Camboja, Costa do Marfim, Eritreia, República Popular Democrática da Coreia, Haiti, Irã, Myanmar, Palestina, Somália, Sudão e Síria, e abrangem os seguintes temas: moradia adequada; afrodescendentes; detenções arbitrárias; tráfico de crianças, prostituição e pornografia infantil; direitos culturais; promoção de ordem internacional democrática e equitativa; direito à educação; obrigações de Direitos Humanos relacionadas ao usufruto de um meio-ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável; desaparecimentos forçados ou involuntários; execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; pobreza extrema e Direitos Humanos; direito à alimentação; efeitos da dívida externa e

obrigações financeiras internacionais correlatas sobre o gozo pleno dos Direitos Humanos; particularmente direitos econômicos, sociais e culturais; direitos de livre associação e reunião pacíficas; promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão; liberdade de religião ou de crença; direito de todos ao gozo do mais alto padrão de saúde física e mental; situação dos defensores de Direitos Humanos; independência de juízes e advogados; direitos de povos indígenas; Direitos Humanos de refugiados internos; uso de mercenários como meio de impedir o exercício do direito dos povos à auto-determinação; Direitos Humanos de migrantes; assuntos de minorias; promoção da verdade, justiça; reparação e garantias de não-recorrência; formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas; formas contemporâneas de escravidão, incluindo suas causas e suas consequências; Direitos Humanos e solidariedade internacional; promoção e proteção de Direitos Humanos no combate ao terrorismo; tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, inumanas ou degradante; implicações para os Direitos Humanos de um tratamento e eliminação de materiais e substâncias perigosas de forma ambientalmente sã; tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças; Direitos Humanos, corporações transnacionais e outros negócios; direito humano à água potável segura e ao saneamento; discriminação contra mulheres perante a lei e na prática; e violência contra mulheres, suas causas e suas consequências.

Relações bilaterais: O Brasil participou ativamente dos trabalhos que levaram à criação do Conselho, com o intuito de corrigir os problemas encontrados com a antiga Comissão, e foi eleito em 9 de maio de 2006, para um mandato de 2 anos. Em 21 de maio de 2008, reelegeu-se para seu segundo mandato até a metade de 2011. Não sendo possível novo pleito, de acordo com as regras do Conselho, o Brasil deixou o órgão entre 2011 e 2012, sendo novamente eleito para o período 2013-2015.

O Brasil mantém profícuo diálogo com o CDH, e realizou convite permanente aos detentores de mandatos especiais. Desde 1995, 18 relatores especiais e grupos de trabalho foram recebidos oficialmente pelo Brasil.

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)



Ano de Fundação	1950
Sede Central	Genebra
Mandato	Assegurar que qualquer pessoa possa exercer o direito de buscar e gozar de refúgio seguro em outro país e, caso assim deseje, regressar ao seu país de origem. Promover os direitos e o bem-estar dos refugiados.
Línguas oficiais	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais Órgãos	Comitê Executivo (ExCom)
Principais Chefias da Organização	António Guterres (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados)
Representante do ACNUR no Brasil	Andrés Ramirez

PERFIL BIOGRÁFICO**ANTÓNIO GUTERRES**

Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
(mandatos 2005-2009 e 2010-2014)

Antonio Guterres nasceu em 1949, em Lisboa. Engenheiro de formação, Guterres ingressou no Partido Socialista (PS) português em 1973, vindo a eleger-se deputado em 1976. Tornou-se Secretário-Geral do PS em 1992 e, com a vitória do partido nas eleições gerais de 1995, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro de Portugal, que ocupou até 2002.

Recebeu o título de doutor *honoris causa* da Universidade da Beira Interior. É casado com Catarina de Almeida Vaz Pinto e tem dois filhos. Foi nomeado Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados em 2005 e reconduzido em 2010.

INFORMAÇÕES GERAIS**Processo de criação**

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado pela Assembleia Geral da ONU (AGNU), em 14 de dezembro de 1950, com o objetivo explícito de ajudar europeus deslocados à força durante a Segunda Guerra Mundial. Em 28 de julho de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, instrumento que passou a pautar e embasar os trabalhos do ACNUR.

O mandato do ACNUR, inicialmente previsto para durar somente três anos, foi continuamente estendido diante da constatação de que novas crises de refugiados continuavam a surgir, e passou a englobar a assistência a vítimas de perseguição, violência e intolerância em todo o mundo. Desde então, seu trabalho já beneficiou mais de 50 milhões de pessoas e foi reconhecido, em duas ocasiões, com o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981).

De apenas 34 funcionários no momento de sua fundação, o ACNUR conta hoje com cerca de 7.685, incluindo 972 em sua sede em Genebra. A agência é ativa em 126 países, com funcionários sediados em 135 escritórios e filiais regionais e 279 escritórios e sub-escritórios de campo. O orçamento da ACNUR, por sua vez, foi ampliado de US\$300.000 em seu primeiro ano para mais de US\$3,59 bilhões em 2012. O ACNUR lida hoje com 33,9 milhões de pessoas deslocadas à força: 14,7 milhões de deslocados internos, 10,5 milhões de refugiados, 3,1 milhões de retornados, 3,5 milhões de apátridas, mais de 837 mil asilados e mais de 1,3 milhões indivíduos em outros tipos de situação delicada.

Em 2003, a AGNU decidiu estender o mandato do ACNUR "até que o problema dos refugiados seja resolvido". A organização, criada com mandato de três anos, celebrou 60 anos em dezembro de 2010 e firmou-se como uma das principais agências humanitárias do mundo, enquanto a situação dos refugiados no mundo continua a exigir atenção constante.

Organizações internacionais que precederam o ACNUR

No final do século XIX, os Estados começaram a criar organismos internacionais. Em 1865, foi fundada a União Telegráfica Internacional, conhecida hoje como União Internacional de Telecomunicações (UIT), e, em 1874, foi criada a União Postal Universal (UPU). Em 1899, realizou-se a primeira Conferência Internacional para a Paz, na Haia (Holanda), que visava elaborar instrumentos para a resolução de conflitos de maneira pacífica, prevenir as guerras e codificar as regras de guerra.

A mais importante das Organizações que antecederam a Segunda Guerra Mundial foi a Liga das Nações, criada pelo Tratado de Versalhes, em 1919. Tratou-se de tentativa ambiciosa de se criar uma associação permanente de Estados, de escopo universal, destinada a preservar a paz e assegurar o cumprimento das normas de direito internacional. Representou, assim, inovadora proposta de estruturar o funcionamento do sistema internacional.

A primeira organização internacional a se ocupar do tema dos refugiados, no entanto, foi criada apenas em 1946, no contexto do pós-Guerra: a Organização Internacional para Refugiados (IRO, na sigla em inglês). Esta se manteve em funcionamento até 1952, quando foi extinta e suas funções foram assumidas pelo ACNUR.

Escopo da Organização

O mandato do ACNUR é definido em seu Estatuto, aprovado pela AGNU em 1950. O art. 1º do documento estabelece que

"O Alto Comissário das Nações Unidas, agindo sob a autoridade da Assembleia Geral (da ONU), deverá assumir a função de prover proteção internacional, sob os auspícios da ONU, aos refugiados que se enquadrem no escopo do presente Estatuto, e de buscar soluções permanentes para os problemas dos refugiados, por meio de assistência aos Governos e, mediante aprovação dos Governos interessados, a organizações privadas, de forma a facilitar a repatriação voluntária de tais refugiados ou sua assimilação em novas comunidades nacionais."

O Estatuto do ACNUR também enfatiza o carácter humanitário e estritamente apolítico do seu trabalho, e define como competência da agência assistir a qualquer pessoa que se encontra fora de seu país de origem e não pode (ou não quer) regressar ao mesmo "por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política". Posteriormente, definições mais amplas do termo refugiado passaram a considerar quem teve que deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.

Estados-membros

Ao contrário do que se verifica com outras agências do sistema ONU, não há processo específico de adesão ao ACNUR, tampouco contribuição obrigatória ao seu orçamento por parte dos Estados. As atividades da agência são financiadas integralmente por contribuições voluntárias.

Um bom indicativo do grau de adesão dos Estados às atividades da agência é o número de ratificações à Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, e/ou ao seu Protocolo de 1967: 148 Estados ratificaram ao menos um dos dois instrumentos, ambos dos quais fazem referência explícita à obrigação de cooperação com o ACNUR.

De toda maneira, ressalte-se que o ACNUR está submetido ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) e, através dele, à AGNU, da qual fazem parte todos os 193 Estados membros da ONU.

Principais Órgãos

O principal órgão subsidiário do ACNUR é o seu Comitê Executivo (ExCom), atualmente composto por 87 membros – dentre os quais, o Brasil.

O ExCom é responsável por aprovar, bienalmente, os programas do ACNUR e o orçamento necessário para sua execução. O órgão reúne-se anualmente em Genebra (geralmente, em outubro) e, no restante do ano, é representado por um Comitê Permanente.

Importância do ACNUR e desafios a enfrentar

O ACNUR é a única agência internacional dedicada exclusivamente ao tema dos refugiados e deslocados. Trata-se de área extremamente sensível, que passa por deterioração acentuada nos últimos anos. Registre-se, por exemplo, que o número mundial de deslocados à força (categoria que inclui refugiados, retornados, deslocados internos e asilados) passou de cerca de 21 milhões no início de 2003 para 42,5 milhões no início de 2012 – um aumento de 102,5% em apenas nove anos.

Acredita-se que esse aumento exponencial se deva à proliferação de conflitos armados ao redor do mundo, cujas consequências costumam incluir o deslocamento forçado de enormes contingentes de civis.

O convívio com situações de conflito gera também enormes desafios operacionais para o ACNUR – cujos funcionários não só encontram grande dificuldade para cumprir sua missão adequadamente, como também são, por vezes, obrigados a pôr em risco suas próprias vidas.

Trata-se de um testemunho eloquente da posição chave do ACNUR no sistema internacional. A agência encarrega-se de trabalho extremamente sensível, em escala crescente, e não há, atualmente, nenhuma organização que a substitua em tal função.

São grandes os desafios a enfrentar. Com a crise econômico-financeira que atingiu fortemente a Europa e a América do Norte nos últimos anos, tem-se registrado diminuição das contribuições ao ACNUR por parte daqueles que são, tradicionalmente, seus principais doadores.

A agência encontra-se, portanto, na difícil posição de conjugar uma demanda crescente por seus serviços, em cenários muitas vezes complicados, com uma diminuição de sua capacidade operacional decorrente da escassez de recursos.

Historicamente, são extremamente positivas as relações entre o Brasil e o ACNUR. Mencione-se, nesse contexto, a participação constante do Brasil no ExCom desde sua criação, em 1951.

Mais recentemente, destaquem-se as crescentes contribuições brasileiras ao orçamento da agência (que deverão atingir US\$ 4,2 milhões em 2013). Em 2011, por exemplo, o Brasil foi o 23º maior contribuinte para as atividades do ACNUR, sendo o primeiro entre os países da América Latina e entre os países em desenvolvimento, e figurando à frente de países como China, Rússia e Austrália.

Mencione-se ainda a avançada legislação brasileira relativa ao tema, cujo cerne – a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 – garante inúmeros direitos àqueles que sejam reconhecidos como refugiados no Brasil. É também constante o diálogo do Brasil com o ACNUR, o qual inclusive participa, por meio de seu Escritório em Brasília, de todas as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável pelas deliberações sobre pedidos de refúgio em território brasileiro.

O Brasil foi ainda o primeiro país do Cone Sul a ratificar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, no ano de 1960, e é internacionalmente reconhecido como um país acolhedor, cuja população de refugiados chega hoje a cerca de 4.700 pessoas. Em visita ao Brasil, em 2005, o Alto Comissário António Guterres citou o Brasil como "exemplo de comportamento generoso e solidário".

Comitê Internacional da Cruz Vermelha



Criado em 1859 e tendo recebido a atual denominação em 1876, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um dos principais órgãos do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. Tem escritório em Brasília desde 1991.

O CICV se declara como “uma organização independente e neutra, que assegura a proteção humanitária e a assistência às vítimas de conflitos armados e de outras situações de violência”. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha diretamente “em campo”, agindo em resposta a emergências, crises e calamidades, mas também desenvolve trabalhos permanentes de acompanhamento e promoção do respeito ao Direito Internacional Humanitário e à sua implementação nas legislações nacionais dos países.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha recebeu o Prêmio Nobel da Paz em três ocasiões, nos anos de 1917, 1944 e 1963.

Atualmente, 188 países no mundo – incluindo o Brasil – têm comitês locais da Cruz Vermelha (ou do Crescente Vermelho, símbolo equivalente usado atualmente usado em 33 países islâmicos).

A estrutura deliberativa do CICV é composta pela Assembleia, o Conselho da Assembleia e a Diretoria.

A Assembleia é o órgão máximo diretivo do CICV. Supervisiona todas as suas atividades e formula a política a ser seguida, define os objetivos gerais e a estratégia institucional, e aprova o orçamento da instituição. Composta por 15 a 25 membros de nacionalidade suíça, a Assembleia tem caráter de colegiado.

O Conselho da Assembleia é um órgão vinculado à Assembleia. O Conselho prepara as atividades da Assembleia e toma decisões em assuntos de sua competência, em determinadas opções estratégicas no que se refere à política geral de recursos, pessoal e comunicação. Formado por cinco membros eleitos pela Assembleia, é presidido pelo presidente do CICV.

A Diretoria é o órgão executivo do CICV, responsável por observar e garantir o cumprimento dos objetivos gerais e a estratégia institucional definida pela Assembleia ou pelo Conselho da Assembleia.

O Brasil apoia os trabalhos do CICV e defende o seu amplo direito de iniciativa. O CICV é membro observador da Comissão Nacional para Difusão e Implementação do Direito Internacional Humanitário no Brasil e, além disso, desenvolve uma série de atividades no País, relacionadas com a aplicação do Direito Internacional Humanitário e dos Direitos Humanos na atividade policial, bem como com questões relacionadas à violência urbana, à assistência humanitária e à difusão do conhecimento sobre o Direito Humanitário.

Em 1919, foi criada Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, com vistas à necessária coordenação entre as sociedades nacionais. A Federação Internacional tem entre suas atribuições a função de encorajar em cada país a criação de uma Sociedade Nacional, bem como a de auxiliar as Sociedades Nacionais em dificuldades.

O principal órgão deliberativo da Federação Internacional é a Assembleia Geral, que se reúne uma vez a cada dois anos e é composta por representantes das Sociedades Nacionais.

Aviso nº 87 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora REGINA MARIA CORDEIRO DUNLOP, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: 10208/2013

4

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 8, de 2013 (nº 26, de 1 de fevereiro de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.*

RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidenta da República faz do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, o indicado nasceu em 19 de março de 1951, em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946). É filho de Manuel Maria Fernández Alcázar e Teresa Pena de Alcázar.

Graduou-se em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ em 1978. Em 1982, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário (1983). Tornou-se Segundo-Secretário (1987) e Primeiro-Secretário (1996). Foi a Conselheiro, por merecimento, em 2002. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe (2006), por merecimento e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial (2011).

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a Primeiro-Secretário na Delegação junto à Organização dos Estados Americanos (1998); Primeiro-Secretário na Embaixada em Assunção (1998); assessor e subchefe na Divisão de Temas Sociais (2001/02); Assessor Especial do Ministro de Estado da Saúde (2003/06); Chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde (2007) e Embaixador na Embaixada em Uagadugu, Burkina Fasso (2008).

Em relação à República do Azerbaijão e do seu relacionamento com o Brasil, colhe-se do documento anexado à mensagem presidencial o que segue.

O relacionamento entre os dois países ainda está em fase de consolidação. O estabelecimento de relações diplomáticas se deu em 21 de outubro de 1993. Elas, no entanto, adquiriram novo ímpeto com a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros azeri, Elmar Mammadyarov, em 2006. Na oportunidade, foi assinado Protocolo sobre Consultas Políticas entre as respectivas chancelarias. Na sequência da viagem, foram abertas embaixadas residentes do Brasil em Baku, maio de 2009, e do Azerbaijão em Brasília, maio de 2012.

O comércio bilateral, apesar de inexpressivo, tem boas possibilidades. Ele representou em 2011 trocas da ordem de US\$ 47 milhões. Exportamos produtos básicos, com destaque para carnes (galinha) e importamos, fundamentalmente, produtos manufaturados (indústria química).

A comunidade de súditos brasileiros em território azeri é estimada em 35 pessoas. Elas são assistidas pelo setor consular da Embaixada em Baku.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório. Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 8, DE 2013

(nº 26/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Os méritos do Senhor Santiago Luis Bento Fernández Alcázar que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Presidente do Senado Federal, Henrique Américo de Moraes.

EM nº 00020/2013 MRE

Brasília, 29 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR**

CPF.: 492.095.237-68

ID.: 3474 MRE

1951 Filho de Manuel Maria Fernández Alcázar e Teresa Pena de Alcázar, nasce em 19 de março, em Funchal, Ilha da Madeira, Portugal (brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

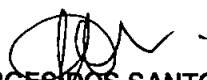
1978 Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1982 CPCD – IRBr
1991 CAD - IRBr

Cargos:

1983 Terceiro-Secretário
1987 Segundo-Secretário
1996 Primeiro-Secretário, por merecimento
2002 Conselheiro, por merecimento
2006 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2011 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

1984 Divisão do Patrimônio, assistente
1985 Embaixada em Belgrado, Terceiro e Segundo-Secretário
1989 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assessor
1994 Delegação junto à OEA, Washington, Segundo e Primeiro-Secretário
1998 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
2001 Divisão de Temas Sociais, assessor e Subchefe
2003 Ministério da Saúde, Assessor Especial do Ministro de Estado
2006 Ministro de Segunda Classe em 22 de dezembro
2007 Ministério da Saúde, Assessoria de Assuntos Internacionais, Chefe
2008 Embaixada em Uagadugu, Embaixador


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

EM Nº 00020 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

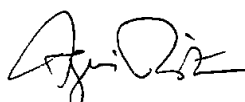
Brasília, 29 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO AZERBAIJÃO

Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO

Janheiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Azerbaijão
CAPITAL:	Baku
ÁREA:	86.600 km ² (menor que Santa Catarina)
POPULAÇÃO (2011):	9,2 milhões de habitantes (aproximadamente igual à de Pernambuco)
IDIOMA OFICIAL:	Azeri
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Muçulmanos (93,4%, sendo 2/3 xiitas e 1/3 sunitas); cristãos ortodoxos russos (2,5%), cristãos ortodoxos armênios (2,3%), outros (1,8%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (125 Deputados com mandato de 5 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Ilham Aliyev
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Artur Rasizade
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Elmar Mammadyarov
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Elnur Sultanov
EMBAIXADOR EM BAKU:	Sergio Arruda
PIB nominal:	2011 US\$ 64, 820 bilhões (Brasil: US\$ 2 trilhões) 2012 US\$ 71,043 bilhões (est.)
PIB per capita (2011):	2011 US\$ 7.106,00 (Brasil: US\$ 10.710,00) 2012 US\$ 7.726,00
PIB PPP:	2011 US\$ 93,054 bilhões (Brasil: US\$ 2,17 trilhões) 2012 US\$ 98,244 bilhões
PIB per capita PPP (2011):	2011 US\$ 10.201,00 (Brasil: US\$ 11.127,00) 2012 US\$ 10.684,00
VARIAÇÃO DO PIB:	3,9% (2012-estimativa), 0,1% (2011), 5% (2010)
IDH 2011 (ÍNDICE DE DESENV. HUMANO):	0,731 (75º entre 186 países; Brasil é o 84º)
EXPEXTATIVA DE VIDA:	70,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	99,5%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	6%
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	35

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010	2012 (jan-out)
Intercâmbio	16.022.136	98.243.552	314.556.387	28.725.566	17.094.436	22.264.397	47.104.049	30.298.706
Exportações	16.022.136	20.615.601	36.426.396	28.531.614	16.985.498	22.070.417	47.060.618	30.144.141
Importações	—	77.627.951	278.129.991	193.952	108.938	193.980	43.431	154.565
Saldo	16.022.136	5.701.235	241.703.595	28.337.662	16.876.560	21.876.437	47.017.187	29.989.576

Fonte: MDIC. Valores em US\$ milhões FOB.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Ilham Aliyev

Presidente da República do Azerbaijão

Nasceu em 24 de dezembro de 1961, em Baku.

Filho do ex-Presidente Heydar Aliyev, que governou o Azerbaijão de 1993 a 2003.

Formou-se em Relações Internacionais pela Universidade Estatal de Relações Internacionais de Moscou. Tem um Doutorado em História e Ciências Políticas, pela mesma Universidade. Dedicou-se a estudos sobre os aspectos geopolíticos da estratégia petrolífera do Azerbaijão independente.

Entre 1994 e 2003, exerceu a Vice-Presidência da “*State Oil Company of the Republic of Azerbaijan*” (SOCAR), estatal que controla a exploração de petróleo naquele país.

Foi eleito para o Parlamento azeri em 1995, e reeleito em 2000.

Em 1997, tornou-se Presidente do Comitê Olímpico Nacional do Azerbaijão.

Em 2001, assumiu o cargo de primeiro Vice-Presidente do Partido “Novo Azerbaijão.”

Em agosto de 2003, foi nomeado Primeiro-Ministro.

Em 15 de outubro de 2003, foi eleito Presidente da República, em eleição realizada após a morte do pai.

Artur Rasizade
Primeiro-Ministro

Artur Rasizade nasceu no dia 26 de fevereiro de 1935, na cidade de Ganja.

Formou-se em Engenharia Mecânica no Instituto da Indústria do Azerbaijão.

Entre 1957 e 1977, trabalhou no “Instituto de Construção de Maquinaria Petrolífera do Azerbaijão”. Em 1977, passou a exercer o cargo de Diretor do referido Instituto.

Membro do Partido Comunista, foi, entre os anos de 1978 e 1981, Vice-Presidente do Comitê do Plano Estadual da República Soviética do Azerbaijão.

De 1986 a 1992, foi Vice-Presidente do Conselho de Ministros da República Soviética do Azerbaijão. Exerceu o cargo de Primeiro-Ministro entre 20 de julho de 1996 e 4 de agosto de 2003, quando renunciou por motivos de saúde e foi substituído por Ilham Aliyev, atual Presidente da República. Retornou ao cargo em novembro daquele mesmo ano, após o então Primeiro-Ministro, Ilham Aliyev, ter assumido a Presidência da República.

Elmar Mammadyarov
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 2 de julho de 1960, em Baku.

Graduou-se na Escola de Relações Internacionais e Direito Internacional da Universidade Estatal de Kiev (1977-1982).

Em 1988, ingressou na Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Tem um Doutorado em História, e foi, por três anos, Acadêmico Visitante no Centro para Desenvolvimento de Política Exterior da Brown University (EUA).

Foi promovido a Segundo e Primeiro-Secretário ainda como diplomata soviético. Em 1991, assumiu o cargo de Diretor da Divisão de Protocolo no então recém-criado Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.

Entre 1992 e 1995, como Primeiro-Secretário, trabalhou na Missão Permanente da República do Azerbaijão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Entre 1995 e 1998, foi Diretor-Adjunto do Departamento de Organizações Internacionais da Chancelaria azeri. Entre 1998 e 2003, já como Conselheiro, trabalhou na Embaixada da República do Azerbaijão em Washington.

Em 2003, foi designado Embaixador da República do Azerbaijão em Roma.

Desde 2 de abril de 2004, exerce o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.

POLÍTICA INTERNA

De acordo com a Constituição de 12 de novembro de 1995, o Presidente da República é eleito a cada 5 anos. Referendo de 2009 consagrou número ilimitado de reeleições para o posto de Chefe de Estado. O Presidente Ilham Aliyev ocupa o cargo desde fins de 2003, quando sucedeu a seu pai, Heydar Aliyev, falecido em dezembro do mesmo ano. O patriarca, ex-membro da KGB (“Comitê de Segurança do Estado”, o serviço secreto soviético), governou o Azerbaijão (então parte da União Soviética) entre 1969 e 1982, e em 1993 tornou-se o terceiro Presidente da recém-independente República do Azerbaijão.

Em 2003, o então Primeiro-Ministro Ilham Aliyev foi eleito Presidente da República. Na função de Chefe de Governo, foi substituído por Artur Rasizade.

O Parlamento azeri (“*Milli Mejlis*”) é unicameral, composto por 125 Deputados eleitos, por voto direto, para mandato de 5 anos. O sufrágio é universal e a idade mínima para os eleitores é de 18 anos. A Presidência do Parlamento do Azerbaijão é atualmente exercida por Ogtay Asadov, eleito para o cargo em 2005 e reeleito em 2010 para novo período de cinco anos.

A chamada “Primavera Árabe”, iniciada em 2011, tem repercutido no Azerbaijão, onde grupos opositores passaram a protestar contra o regime do Presidente Aliyev. As manifestações permanecem pouco expressivas, em decorrência, sobretudo, do relativo êxito dos programas sociais do Governo, financiados com os recursos gerados pela exploração dos hidrocarbonetos – responsáveis por 60% do PIB do país em 2010.

O atual mandato do Presidente Aliyev encerra-se em outubro de 2013, quando se realizarão novas eleições.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a fundação da República do Azerbaijão, em 1991, a principal questão da política externa azeri é o conflito com a vizinha Armênia acerca do território de Nagorno-Karabakh.

A maioria da população de Nagorno-Karabakh, região que se situa dentro das fronteiras do Azerbaijão, é de origem armênia, o que levou a que, quando da fragmentação da União Soviética e da consequente independência da Armênia e do Azerbaijão, no início da década de 1990, a Armênia reivindicasse para si o controle sobre a referida região. A “Guerra de Nagorno-Karabakh”, entre as duas nascentes Repúblicas vizinhas, chegou ao fim apenas em 1994, mediante cessar-fogo obtido com mediação russa. A Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE) mantém desde então o chamado “Grupo de Minsk”, co-presidido por França, Rússia e EUA, que visa a possibilitar negociações entre Azerbaijão e Armênia com vistas a uma resolução satisfatória para ambas as partes.

Atualmente, com o conflito “congelado”, a região de Nagorno-Karabakh é internacionalmente reconhecida como parte integrante da República do Azerbaijão; em termos práticos, porém, a região se administra autonomamente desde então, tendo a população local — quase totalmente de origem armênia — estabelecido um Governo *de jure*.

O Azerbaijão considera a Turquia, que sempre apoiou enfaticamente a posição azeri no conflito de Nagorno-Karabakh, parceira estratégica de primeira importância. O referido apoio foi reafirmado pelo Primeiro-Ministro turco Recep Erdogan em setembro de 2012, quando co-presidiu, com o Presidente Ilham Aliyev, a segunda reunião do “Conselho Azeri-Turco de Cooperação Estratégica de Alto Nível”. Indagado sobre a hipótese de abertura da fronteira entre a Turquia e a Armênia, o Primeiro-Ministro turco negou-a enfaticamente: “Não há hipótese de abriremos nossas fronteiras [à Armênia] enquanto o conflito de Nagorno-Karabakh não estiver solucionado”.

Outro aspecto central da política exterior azeri refere-se aos recursos energéticos do país, que despertam o interesse russo e do Ocidente, o que leva o Azerbaijão a buscar equilibrar-se entre esses dois pólos. Nesse sentido, Moscou busca, por exemplo, dissuadir o Azerbaijão de participar de projetos energéticos que visam à construção de dutos para o transporte de petróleo e de gás do Azerbaijão para a Europa Ocidental, através da Geórgia e da Turquia, contornando o território russo.

Desde 2009, o Azerbaijão passou a sinalizar o propósito de estreitar relações com a Rússia, tendo o Governo azeri aceitado, em dezembro de 2011, aumentar o volume de gás exportado para o país. O Azerbaijão condiciona a possibilidade de maior aproximação, porém, bem como sua efetiva cooperação em matéria de energia, a maior apoio de Moscou em relação às pretensões azéris no tocante a Nagorno-Karabakh.

A Turquia, em contrapartida, continua buscando posicionar-se como principal rota de transporte do gás azeri para a Europa. Essa parceria viu-se fortalecida com a assinatura, em junho de 2012, de acordo no valor de 7 bilhões de dólares para a construção do gasoduto Trans-Anatólia (TANAP). A construção do gasoduto, que deve iniciar-se em 2014 e ser concluída em 2018, foi qualificada na ocasião, pelo Presidente Aliyev, como “passo importante para a reforma da política energética em escala mundial”.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Azerbaijão estabeleceram relações diplomáticas em 21 de outubro de 1993, no auge do conflito de Nagorno-Karabakh. O Brasil, àquela época, exercia mandato como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e votou pela adoção das quatro Resoluções (aprovadas por unanimidade) que ainda hoje constituem os principais estatutos jurídicos acerca do conflito. A posição brasileira é recordada, com gratidão, pela população azeri.

Em 1995, o Azerbaijão enviou representante à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em setembro do mesmo ano, em Nova York, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com o Presidente Haydar Aliyev, às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Em 1997, visitou o Brasil o Presidente do Conselho Supremo, do Azerbaijão, Rasul Guliyev.

Em 4 e 5 de abril de 2006, o Chanceler azeri Elmar Mammadyarov visitou o Brasil e reuniu-se com os Ministros das Relações Exteriores; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e de Minas e Energia.

A Embaixada do Brasil em Baku foi instalada em maio de 2009, ao passo que o primeiro Embaixador do Azerbaijão residente em Brasília, Elnur Sultanov, iniciou suas atividades em maio de 2012, e apresentou suas credenciais à Presidenta Dilma Rousseff em 23 de janeiro de 2013.

Os dois países estão engajados, desde 2011, em tratativas para desenvolver – com utilização de tecnologia brasileira e o patrocínio da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) – projetos de cooperação nas áreas de agricultura familiar e segurança alimentar, em benefício das populações deslocadas internamente em decorrência do conflito de Nagorno-Karabakh. O Governo brasileiro e a FAO estudam, ainda, a possibilidade de estabelecer cooperação com o Azerbaijão na área de concessão de microcrédito a refugiados.

O comércio bilateral é modesto. Em 2011, o Brasil exportou US\$ 47 milhões (basicamente carnes) e importou apenas US\$ 43 mil (derivados do óleo de coco para perfumaria).

Ademais de procurar fomentar as vendas dos produtos de seu país, o recém-chegado Embaixador azeri tem a missão de intensificar a coordenação política com Brasília. Tanto o Azerbaijão quanto a Armênia têm recentemente buscado aproximar Brasília de suas respectivas posições no tocante ao conflito de Nagorno-Karabakh, numa mostra de que dedicam importância crescente ao peso político de um eventual posicionamento brasileiro.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira no Azerbaijão é estimada em 35 pessoas. Assistência consular à comunidade brasileira é prestada pelo setor consular da Embaixada em Baku.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos oficiais do Brasil ao Azerbaijão.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O setor petrolífero é a principal base da economia do país. Estima-se que, em 2011, o setor tenha respondido por 40,7% do PNB. O início das atividades do oleoduto BTC (Baku-Tbilisi-Ceyhan), em 2006, deu ensejo a período de crescimento vigoroso, que atingiu impressionantes 25% em 2007, e manteve-se numa média de 20,6% entre 2004 e 2009.

O país resistiu bem à crise de 2009-2010, com expansão econômica à taxa de 5% em 2010. O crescimento, no entanto, parece ter estancado com a deterioração do quadro econômico global e com o agravamento da crise europeia. O índice logrado em 2011 foi anêmico: escassos 0,2%, em decorrência, sobretudo, da desaceleração do setor de petróleo (que se contraiu em 10,2%) e gás (contração de 2,6%).

Em contrapartida, registrou-se vigorosa expansão dos segmentos não vinculados à exploração de combustíveis, que cresceram 9,5% em 2011. A notícia não deixou de ser festejada pelo Governo, que conduz programas de diversificação econômica com meta de expansão média desses setores da ordem de 8% nos próximos anos. Entre 2005 e 2010, a participação dessas atividades no PIB passou de 40,5 a 44,4% e as projeções governamentais são de que atinja 61,3% em 2015.

Em outubro passado, ao apresentar ao Gabinete as cifras do desempenho econômico nos três primeiros trimestres de 2012, Aliyev anunciou crescimento de 1,1% no período, a rigor consistente com as taxas anuais de expansão do Produto Nacional Bruto azeri antecipadas por fontes externas (de 3,9%, segundo o FMI, respectivamente). O setor não vinculado aos hidrocarbonetos expandiu-se ao ritmo vigoroso de 10,3% nesses 9 meses iniciais de 2012, que produziram igualmente vários outros indicadores robustos, como no caso das reservas internacionais (ascendendo no período ao patamar de US\$ 45 bilhões, aumento de US\$ 5 bilhões, ou pouco mais de 12%), dos investimentos diretos estrangeiros (de US\$ 4,8 bilhões, ou 30% do capital total acrescido à economia nacional) e da agricultura (6,3% de crescimento).

Estima-se para o futuro imediato a persistência de um ritmo relativamente modesto de expansão da economia, se comparado ao dos últimos anos, na medida em que o setor petrolífero tende a permanecer estagnado. As atividades não relacionadas à extração e ao refino de hidrocarbonetos devem continuar representando o principal motor do crescimento econômico. De resto, antecipa-se que a projetada queda no preço do barril de petróleo não seja suficientemente aguda para comprometer o orçamento estatal e os generosos programas sociais.

ATO BILATERAL

Título	Data de Celebração	Entrada em vigor	Publicação (DOU)
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	04/04/2006	06/03/2010	08/03/2010

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO AZERBAIJÃO

1913 – Após derrota em guerra, o Império Persa (hoje Irã) cede ao Império Russo a região que hoje é o Azerbaijão.
1918 – Revolução Russa leva ao esfacelamento do Império Russo. População azeri declara a independência da “República Democrática do Azerbaijão”.
1920 – Criação da União Soviética e incorporação do Azerbaijão. Juntamente com outros ex-países do Cáucaso, Azerbaijão passa a formar a “República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana”.
1936 – O Azerbaijão ganha <i>status</i> de entidade autônoma dentro da União Soviética.
1991 – Com o colapso da União Soviética, o país torna-se independente, sob o nome de “República do Azerbaijão”. Tem início a Guerra com a Armênia pela soberania sobre a região de Nagorno-Karabakh.
1992 – O Azerbaijão ingressa na Organização das Nações Unidas.
1994 – Acordado cessar-fogo com a Armênia, sob mediação russa.
2003 – Morre o Presidente Heydar Aliyev. Seu filho, o Primeiro-Ministro Ilyam Aliyev, é eleito novo Presidente da República.
2009 – Referendo elimina limites para a reeleição presidencial.
2011 – O Azerbaijão assume assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU para o mandato 2012-13.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-AZERBAIJÃO

1993 – Em 21 de outubro, Brasil e Azerbaijão estabelecem relações diplomáticas.
1995 – Representante azeri comparece à posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em setembro, o Presidente brasileiro se reúne com o Presidente do Azerbaijão em Nova York, às margens da Assembleia Geral da ONU.
1997 – Presidente do Conselho Supremo do Azerbaijão, Rasul Guliyev, visita o Brasil.
2006 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Azerbaijão, Elmar Mammadyarov, visita o Brasil. Assinado Protocolo sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Azerbaijão.
2009 – Brasil abre Embaixada residente em Baku.
2010 – Assinado o Acordo sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço.
2012 – Azerbaijão abre Embaixada residente em Brasília.

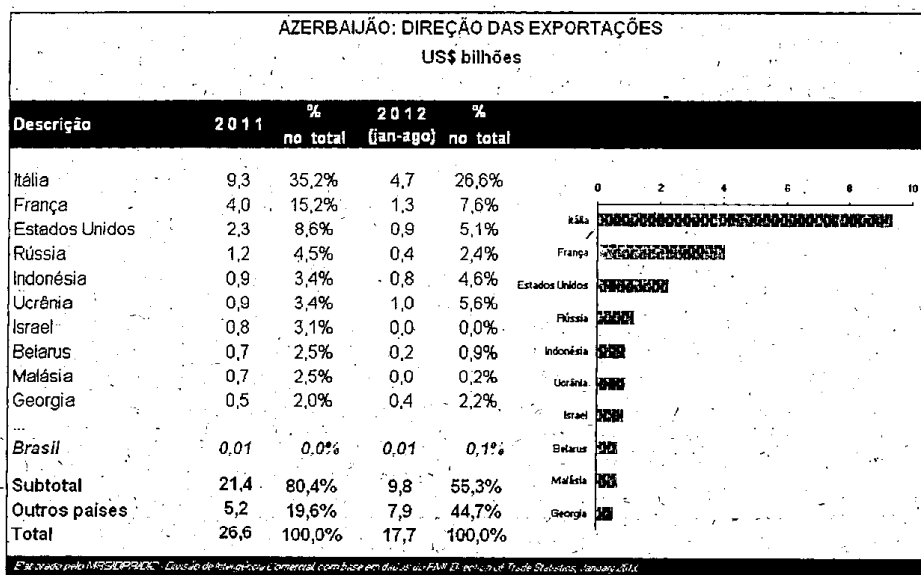
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Com PIB nominal estimado em aproximadamente US\$ 58 bilhões e crescimento em torno de 0,1%, o Azerbaijão é a 68ª economia do mundo. O setor industrial é o principal ramo de atividade e respondeu por 62% do PIB, seguido dos serviços 32% e agrícola com 6%. O comércio exterior do Azerbaijão apresentou, em 2011, variação de 209% em relação a 2007, passando de US\$ 11,8 bilhões para US\$ 36,3 bilhões. No ranking do FMI de 2011, o Azerbaijão figurou como o 65º exportador mundial e o 90º importador mundial.

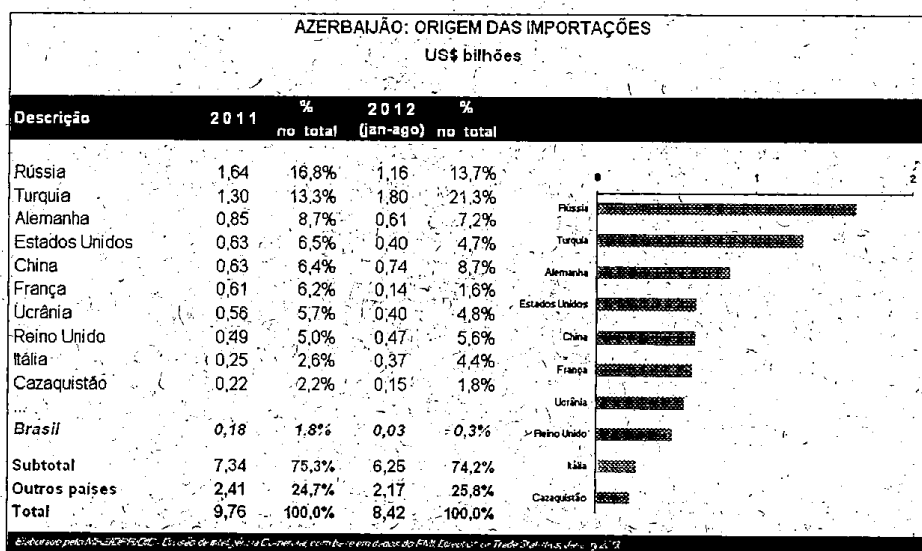
AZERBAIJÃO: COMÉRCIO EXTERIOR							
US\$ bilhões							
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	6,1	47,7	14,7	21,4	26,6	18,5	17,7
Importações (cif)	5,7	7,2	6,1	6,6	9,8	6,2	8,4
Saldo comercial	0,4	40,5	8,6	14,8	16,8	12,3	9,3
Intercâmbio comercial	11,8	54,9	20,8	28,0	36,3	24,7	26,1

Fonte: FMI, "Azerbaijan: External Trade Statistics" (2012). Dados de 2012 baseados em dados preliminares.

As vendas do Azerbaijão são direcionadas em grande parte à Itália, que respondeu por 35% das vendas em 2011. Outros destaques foram: França (15%), Estados Unidos (9%); Rússia (5%); e Indonésia (3%). O Brasil obteve o 66º lugar entre os destinos em 2011.



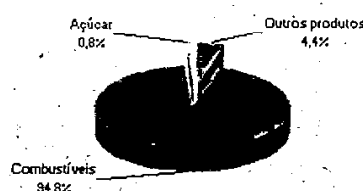
As importações do Azerbaijão são originárias em grande parte da Rússia e da Turquia que, juntas, representaram 30% do total. Na sequência foram: Alemanha (9%); Estados Unidos (7%); e China (6%). O Brasil obteve 13º posição com 1,8% de participação.



A pauta de exportações do Azerbaijão é concentrada. Os combustíveis (óleos brutos de petróleo) são os principais grupos de produtos exportados e representaram 95% do total.

AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2011 - Em %

Descrição	% no total
Combustíveis	94,7%
Açúcar	0,8%
Subtotal	95,6%
Outros produtos	4,4%
Total	100,0%

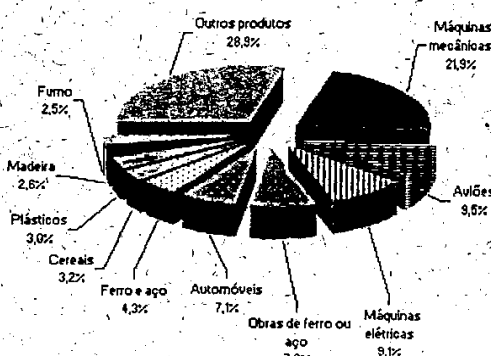


Elaborado pelo MRE/PRORIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap

Ao contrário da pauta de exportação, a pauta importadora do Azerbaijão é diversificada. Em 2011 os dez primeiros grupos de produtos somaram 71% da pauta de importações do Azerbaijão, na qual predominam as máquinas mecânicas, com 22% das compras. Destacaram-se também aviões (10%); máquinas elétricas (9%); obras de ferro (8%); automóveis (7%); ferro e aço (4%).

AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2011 - Em %

Descrição	% no total
Máquinas mecânicas	21,9%
Aviões	9,5%
Máquinas elétricas	9,1%
Obras de ferro ou aço	7,8%
Automóveis	7,1%
Ferro e aço	4,3%
Cereais	3,2%
Plásticos	3,0%
Madeira	2,6%
Fumo	2,5%
Subtotal	71,1%
Outros produtos	28,9%
Total	100,0%



Elaborado pelo MRE/PRORIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC Trademap

O Azerbaijão foi o 126º parceiro comercial brasileiro, com 0,01% das trocas comerciais brasileiras em 2011. Entre 2007 e

BRASIL-AZERBAIJÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL					
US\$ milhões, fob					
DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	28,53	16,99	22,07	47,06	34,27
Variação em relação ao ano anterior	-17,1%	-40,5%	29,9%	113,2%	-27,2%
Importações brasileiras	0,19	0,11	0,19	0,04	0,18
Variação em relação ao ano anterior	-99,9%	-44,0%	78,7%	-77,7%	316,3%
Intercâmbio Comercial	28,72	17,09	22,26	47,10	34,45
Variação em relação ao ano anterior	-90,9%	-40,5%	30,2%	111,6%	-26,9%
Saldo Comercial	28,34	16,88	21,88	47,02	34,09

Elaborado pelo MRE/DPD/C- Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país declinou, apesar do incremento das exportações que cresceram 29% no período. O saldo da balança comercial foi superavitário ao Brasil nos últimos quatro anos do período.

BRASIL-AZERBAIJÃO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL							
US\$ milhões, fob							
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-nov)	2012 (jan-nov)
Exportações brasileiras	36,4	28,5	16,9	22,1	47,1	42,5	32,6
Variação em relação ao ano anterior	76,7%	-21,7%	-40,7%	30,6%	113,2%	114,2%	-23,2%
Importações brasileiras	278,1	0,2	0,1	0,2	0,04	0,02	0,2
Variação em relação ao ano anterior	258,1%	-99,9%	-44,0%	78,7%	-77,7%	-90,1%	839,0%
Intercâmbio Comercial	314,5	28,7	17,0	22,3	47,1	42,5	32,8
Variação em relação ao ano anterior	220,3%	-90,9%	-40,7%	30,9%	111,6%	112,2%	-22,8%
Saldo Comercial	-241,7	28,3	16,8	21,9	47,0	42,5	32,4

Elaborado pelo MRE/DPD/C- Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

As exportações brasileiras para o Azerbaijão são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 91% das vendas em 2011, com destaque para carnes. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados (representados diversos das indústrias químicas) representaram quase totalidade, 95% do total em 2011.

BRASIL-AZERBAIJÃO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ mil, fob (2012)				
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	31.963	93,3%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	2.230	6,5%	180	100,0%
Transações especiais	78	0,2%	0	0,0%
Total	34.270	100,0%	180	100,0%

Elaborado pelo ANEC-PIB/C. Levantado de inteligência comercial com base em dados do ANEC.

A pauta de exportações brasileiras para o Azerbaijão é altamente concentrada, prevalecendo os produtos básicos. Em 2011, carnes (prevalecendo carnes de galos e galinhas) representaram 89% das vendas brasileiras. Destacaram-se, também, açúcar (5%); e fumo (2%).

BRASIL-AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS US\$ mil, fob					
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para o Azerbaijão, 2012
			Valor	% no total	
Carnes e miudezas	19.153	41.867	30.981	80,4%	
Fumo	977	1.055	981	2,8%	
Máquinas mecânicas	514	505	946	2,8%	
Farmacêuticos	39	258	439	1,3%	
Cacau	421	118	265	0,8%	
Açúcar	379	2.225	159	0,5%	
Subtotal	21.482	46.026	33.791	98,6%	
Outros produtos	588	1.035	479	1,4%	
Total	22.070	47.061	34.270	100,0%	

Elaborado pelo ANEC-PIB/C. Levantado de inteligência comercial com base em dados do ANEC.

A pauta de importações brasileiras originárias do Azerbaijão decresceu no último ano, sendo produtos diversos das indústrias químicas o principal item da pauta de importações ao longo dos últimos três anos, o qual em 2011 respondeu por 88% da pauta.

BRASIL-AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS US\$ mil, fob					
DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias do Azerbaijão, 2012
			Valor	% no total	
Diversos ind químicas	143	38	176	97,9%	
Máquinas elétricas	0	0	2	1,2%	
Subtotal	143	38	178	99,1%	
Outros produtos	51	5	2	0,9%	
Total	194	43	180	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AZ/rev.01.

BRASIL-AZERBAIJÃO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL				
US\$ milhões, fob				
DESCRIÇÃO	2 0 1 1 (jan-nov)	2 0 1 2(jan-nov)		Exportações brasileiras para o Azerbaijão em 2012(jan-nov)
		Valor	% no total	
Exportações				
Carnes	37,5	29,6	90,8%	
Máquinas mecânicas	0,5	0,9	2,9%	
Fumo	1,0	0,9	2,6%	
Farmacêuticos	0,2	0,4	1,2%	
Subtotal	39,2	31,8	97,5%	
Outros produtos	3,2	0,8	2,5%	
Total	42,5	32,6	100,0%	
Importações				
Diversos ind químicas	0,014	0,176	98,3%	
Máquinas elétricas	0,000	0,002	1,2%	
Subtotal	0,014	0,178	99,5%	
Outros produtos	0,005	0,001	0,5%	
Total	0,019	0,179	100,0%	

Elaborado pelo MEF/DEPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do ADIC/SECEX/Ministério da Economia

Elaborado pelo MRE/DP/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AZ/rev.01.

Aviso nº 89 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

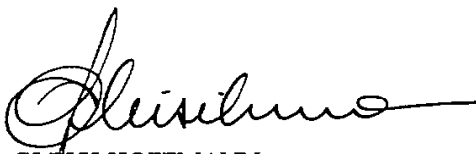
A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SANTIAGO LUIS BENTO FERNÁNDEZ ALCÁZAR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Azerbaijão.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

5

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem Nº 9, de 2013 (Mensagem nº 27, de 1º de fevereiro de 2013, na origem), da Senhora Presidenta da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

RELATOR: Senadora **VANESSA GRAZIOTIN**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República deseja fazer da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular da Senhora Ministra de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério.

Consta no documento que a Ministra Maria Elisa de Bittencourt Berenguer ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, em 1970, tornando-se, dois anos depois, Terceira-Secretária; em 1976, Segunda-Secretária; e, respectivamente, em 1980, 1986, 1994 e 2005, Primeira-Secretária, Conselheira, Ministra de Segunda Classe e Ministra de Primeira Classe, sempre por merecimento. Em 1979, ingressou no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2001, defendeu a tese, junto ao Curso de Altos Estudos, *A Rússia em Transição: do golpe de agosto de*

1991 às eleições de 1993.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão de Europa Oriental (1972); a Divisão da África (1973); o Departamento da África, Ásia e Oceania (1974); a Divisão da Europa-I (1979 e 1983); o Departamento da Europa (1983); a Divisão de Protocolo (1985); a Divisão de Visitas (1986); e o Departamento de Comunicações e Documentação (1996).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Londres (1975), Viena (1982), a Missão junto à Organização das Nações Unidas (1988), Moscou (1991) e Tel Aviv (2010). Presidiu, ainda, a XXXI Sessão do Comitê do Programa de Coordenação das Nações Unidas (1991).

Em reconhecimento pela excelência de seus serviços, foram-lhe outorgadas as comendas Ordem Nacional, Costa do Marfim, Grau de Cavaleiro (1975); Cruz do Mérito, República Federal da Alemanha, Primeira Classe (1982); Ordem da Estrela Polar, Suécia, Primeira Classe (1985); Ordem do Mérito Militar, Brasil, grau de Cavaleiro (1985); Legião da Honra, França, grau de Cavaleiro (1986); Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, grau de Oficial (1986); Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Oficial (1987); Ordem do Libertador, Venezuela, grau de Comendador (1988); Ordem da Águia Asteca, México, grau de Comendador (1988); Ordem do Mérito Naval, Brasil, grau de Oficial (1988); Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz (2010); e a Medalha do Pacificador, Brasil (2011).

O país para o qual a Ministra de Carreira é indicada para assumir a função de Embaixadora, a Colômbia, é um parceiro sabidamente de peso nas relações internacionais do Brasil. De acordo com o relatório encaminhado a esta Casa Congressual, do ponto de vista econômico, as exportações brasileiras para a Colômbia e composta por produtos diversificados, sobretudo, manufaturados, mantendo-se o país, na última meia década, entre os dez principais fornecedores em 9 capítulos tarifários dos 10 de maior volume de importação pela Colômbia.

Em contrapartida, as importações brasileiras com origem colombiana apresentam padrão de maior concentração, tendo aumentado em mais de 1.186% (mil cento e oitenta e seis por cento), considerada toda a última década. Ademais disso, o Brasil foi o 10º maior investidor em estoque

naquele país em 2011, de acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2011).

Do ponto de vista político, o relatório faz alusão a uma intensa cooperação educacional bilateral. Tampouco são feitas menções, igualmente, a outras linhas de cooperação bilateral vigente ou à participação do Brasil na pacificação do conflito interno envolvendo a Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) ou à participação direta do país, ou triangular (via Conselho de Defesa do MERCOSUL), na solução das diferenças entre Colômbia, Equador e Venezuela.

Em vista da natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 9, DE 2013 (nº 27/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

Os méritos da Senhora Maria Elisa de Bittencourt Berenguer que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de fevereiro de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma grande letra inicial 'B' e uma assinatura que parece ser 'Bittencourt'.

EM nº 00022/2013 MRE

Brasília, 30 de Janeiro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER

CPF.: 064.010.587-49

ID.: 1402 MRE

1948 Filha de Fernando Cesar de Bittencourt Berenguer e Elisa de Bittencourt Berenguer, nasce em 17 de maio, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1970 CPCD - IRBr

1979 CAD - IRBr

1994 CAE - IRBr, A Rússia em transição: do golpe de agosto de 1991 às eleições de dezembro de 1993

Cargos:

1972 Terceira-Secretária

1976 Segunda-Secretária

1980 Primeira-Secretária, por merecimento

1986 Conselheira, por merecimento

1994 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

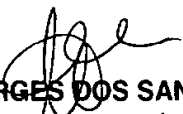
2005 Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1972	Divisão da Europa Oriental, assistente
1973	Divisão da África, assistente
1974	Departamento da África, Ásia e Oceania, assessora
1975	Embaixada em Londres, Terceira e Segunda Secretária
1979	Divisão da Europa-I, assistente
1983	Departamento da Europa, assessora
1983	Divisão da Europa-I, Chefe, substituta
1985	Divisão de Protocolo, Chefe, substituta
1986	Divisão de Visitas, Chefe, substituta e Chefe
1988	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheira
1991	XXXI Sessão do Comitê do Programa e Coordenação das Nações Unidas, Presidente
1991	Embaixada em Moscou, Conselheira e Ministra-Conselheira
1996	Departamento de Comunicações e Documentação, Diretora-Geral
2010	Embaixada em Tel-Aviv, Embaixadora

Condecorações:

1975	Ordre National, Côte d'Ivoire, Cavaleiro
1982	Cruz do Mérito, República Federal da Alemanha, Primeira Classe
1984	Ordem da Estrela Polar, Suécia, Primeira Classe
1985	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
1986	Légion d'Honneur, França, Cavaleiro
1986	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Oficial
1987	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1988	Ordem do Libertador, Venezuela, Comendador
1988	Ordem da Águia Azteca, México, Comendador
1988	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2011	Medalha do Pacificador, Brasil


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

EM Nº 00022 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de janeiro de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

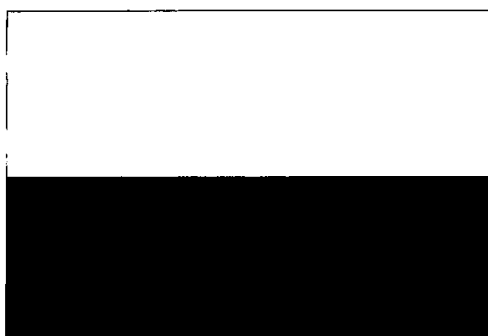
Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA COLÔMBIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Janeiro de 2013

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República da Colômbia
CAPITAL:	Bogotá
ÁREA:	1.038.700 km ² (pouco maior que o Estado do Mato Grosso e menor do que o Pará)
POPULAÇÃO:	46 milhões de habitantes (2ª maior população da América do Sul; maior que a da Argentina)
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos (81%); protestantes (13,5%); judeus (2,2%); outras religiões (3,6%); ateus e agnósticos declarados (2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Congresso bicameral (“ <i>Senado</i> ” e “ <i>Cámara de Representantes</i> ”)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Juan Manuel Santos (desde 07/08/2010)
CHANCELER:	María Ángela Holguín (desde 07/08/2010)
PIB NOMINAL (2011):	US\$ 333 bilhões (Brasil: US\$ 2,47 trilhões)
PIB PPP (2011):	US\$ 470 bilhões (Brasil: US\$ 2,28 trilhões)
PIB NOMINAL PER CAPITA (2011):	US\$ 7.104 (Brasil: US\$ 12.5948)
PIB PPP PER CAPITA (2011):	US\$ 10.033 (Brasil: US\$ 11.640)
VARIÇÃO DO PIB:	5,9 (2011); 4% (2010); 1,6% (2009)
IDH 2011 (ÍNDICE DE DES. HUMANO):	0,710 (87º entre 186 países; Brasil é o 84º)
EXPECTATIVA DE VIDA:	73,7 anos (Brasil: 73,5)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO:	93,2%
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso colombiano
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	2.600 cidadãos brasileiros

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB)

BRASIL/ COLÔMBIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Intercâmbio	849,6	1.186,7	1.549,8	2.387,7	2.765,3	3.124,2	2.368,9	3.274,9	3.961,5	4.101,5
Exportações	751,6	1.043,5	1.412,1	2.139,8	2.338,6	2.295,0	1.801,0	2.196,0	2.577,4	2.834,5
Importações	98	143,2	137,7	247,9	426,7	829,2	567,9	1.078,9	1.384,1	1.267,0
Saldo	653,6	900,3	1.274,4	1.891,9	1.911,9	1.465,8	1.233,1	1.117,1	1.193,3	1.567,5

Fonte: MDIC

PEREIS BIOGRÁFICOS

JUAN MANUEL SANTOS Presidente da República

Nascido em Bogotá, estudou Economia e Administração na Universidade do Kansas (EUA). Sua família foi detentora de importantes meios de comunicação na Colômbia, entre os quais o jornal “*El Tiempo*”. Seu tio-avô, Eduardo Santos, foi Presidente da República de 1938 a 1942; e seu primo, Francisco Santos Calderón, Vice-Presidente da República nos dois mandatos de Álvaro Uribe.

Mestre em Economia e Administração Pública pela *London School of Economics* e em Harvard, foi Chefe da Delegação da Colômbia junto à Organização Internacional do Café, em Londres; Ministro de Comércio Exterior durante a presidência de César Gaviria, em 1991; Senador em 1993; e Ministro da Fazenda e Crédito Público em 2000, no mandato de Andrés Pastrana.

Foi Presidente do Partido Social de Unidade Nacional, que fundou em 2005. Em 19 de julho de 2006, assumiu o Ministério da Defesa, tendo renunciado em maio de 2009, para candidatar-se à Presidência.

Foi eleito Presidente da Colômbia em 20 de junho de 2010, tendo obtido, em segundo turno, 70% dos votos válidos (mais de 9 milhões). A coalizão que conforma a base de seu Governo representa 80% do Congresso Nacional.

O Presidente anunciou, em dia 1º de outubro de 2012, que seus exames de rotina haviam detectado um câncer de próstata. O mandatário mostrou rápida recuperação de cirurgia, para retirada do tumor, retomando rapidamente sua agenda de trabalho.

O Presidente Santos tem mantido, desde então, agenda normal de trabalho na Colômbia e no exterior.

MARÍA ÁNGELA HOLGUÍN Ministra das Relações Exteriores

Formada em Ciência Política pela Universidade de Los Andes (em Bogotá), especializou-se em gestão pública e instituições administrativas naquela Universidade e em diplomacia e estratégia no “*Centre d’Etudes Diplomatiques et Strategiques*” (CEDS, Paris/França).

Com mais de uma década de experiência no setor público, Holguín ocupou altas posições no Governo colombiano, das quais se destacam as de Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Vice-Ministra das Relações Exteriores (1998) e Subdiretora do Departamento Administrativo da Presidência da República (1999).

Durante a campanha presidencial de Álvaro Uribe, em 2001, coordenou o Comitê de Assuntos Internacionais do então candidato. Uma vez eleito Presidente, Uribe nomeou-a Embaixadora na Venezuela (2002). Em 2004, assumiu o cargo de Embaixadora da Colômbia junto às Nações Unidas.

Em 2010, ao assumir a Presidência da República, Juan Manuel Santos nomeou-a Ministra das Relações Exteriores.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Colômbia foram estabelecidas em 1826, e remontam à época do movimento emancipacionista e da fragmentação dos Vice-Reinados espanhóis na América no início do século XIX, quando foi constituída a Grã-Colômbia, que compreendia os atuais Estados da Venezuela, da Colômbia, do Equador e do Panamá.

A primeira missão brasileira à Colômbia (então chamada Nova Granada) ocorreu em 1852, tendo como principal objetivo o tratamento de questões de limites e de navegação fluvial. A fixação dos limites com o país só ocorreu, no entanto, em 1907, com a assinatura do “Tratado de Limites e Navegação”, conhecido como “Tratado de Bogotá”.

Momento especial de aproximação concreta entre Brasil e Colômbia deu-se em 3 de julho de 1978, com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

Em 1981, o Presidente Figueiredo realiza a primeira visita de um Presidente brasileiro à Colômbia. A visita ocorreu um ano após o incidente no qual o grupo guerrilheiro colombiano “*Movimiento 19 de abril*” (M-19) invadira a Embaixada da República Dominicana em Bogotá, tomando como reféns, por 61 dias, o Embaixador brasileiro e outros quatorze Embaixadores.

Os contatos entre os países se intensificaram nos anos 90, com a criação da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia (janeiro de 1994), chefiada pelos Vice-Chanceleres. O referido mecanismo foi o principal foro de diálogo e de cooperação entre os dois países até a criação da Comissão Bilateral, chefiada pelos Ministros das Relações Exteriores, em 2008.

Em anos recentes, os Governos do Brasil e da Colômbia têm mantido intensa agenda de trabalho, tanto do ponto de vista político quanto do econômico-comercial. Evidência dessa aproximação é o fato de que foi ao Brasil a primeira viagem oficial do Presidente Juan Manuel Santos após sua posse, em setembro de 2010. Posteriormente, o Presidente também compareceu à posse da Presidenta Dilma Rousseff, em 1º de janeiro de 2011. A Presidenta, por sua vez, esteve em Cartagena, em abril de 2012, para participar da Cúpula das Américas. Os Presidentes também têm realizado encontros de trabalho à margem de Cúpulas regionais ou multilaterais.

A Chanceler María Ángela Holguín e o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, também têm mantido contatos frequentes em encontros bilaterais ou paralelamente a reuniões regionais e multilaterais. A mais recente Comissão Bilateral foi realizada em 5 de novembro de 2012, em Bogotá. No encontro, os dois Chanceleres abordaram os temas comércio, cooperação cultural, educação e cooperação técnica.

COMÉRCIO BILATERAL

As cifras do comércio bilateral indicam a medida da intensidade da aproximação recente entre Brasil e Colômbia. Na última década (início de 2003 a

início de 2013), o intercâmbio comercial passou de US\$ 850 milhões para US\$ 4,1 bilhões, o que representa 382% de aumento. Em 2012, o comércio com a Colômbia aumentou 3,53%, indo de cerca de US\$ 3,96 bilhões, em 2011, para cerca de US\$ 4,1 bilhões – índice significativo, considerando-se que a corrente de comércio global do Brasil teve redução de 3,4%.

Isoladamente, as exportações brasileiras para a Colômbia aumentaram, no mesmo período, 277%, enquanto as exportações colombianas para o Brasil aumentaram 1.186%. O comércio é amplamente superavitário para o Brasil. De 2007 a 2010, houve tendência de redução do superávit brasileiro, de US\$ 1,91 bilhão para US\$ 1,11 bilhão. Os superávits de 2011 e 2012, no entanto, foram de US\$ 1,19 bilhão e de US\$ 1,56 bilhão, respectivamente, indicando possível reversão da tendência anterior de equilibrar as trocas.

A pauta de exportações brasileiras para a Colômbia reúne dois elementos positivos: é diversificada e composta, sobretudo, por produtos manufaturados (87,2% em 2012). Os 20 produtos de maior valor na pauta corresponderam a 37% do total. No mesmo período, foram os seguintes os principais produtos exportados pelo Brasil para a Colômbia, e sua respectiva participação na pauta: açúcares de cana (5,97%); milho em grão (4,28%); laminados de aço (4,06%); automóveis para até 6 passageiros (2,95%); propeno (2,65%); preparações para elaboração de bebidas (2,2%); pneus novos para ônibus ou caminhões (1,89%); e chassis com motor para veículos de 10 passageiros ou mais (1,45%).

As principais empresas brasileiras exportadoras para a Colômbia são: Braskem, ArcelorMittal, Renault do Brasil, Caterpillar Brasil, Bunge (agronegócio e alimentos) e Recofarma Indústrias do Amazonas (fornecedor de lúpulo, malte e matérias-primas).

As importações brasileiras com origem na Colômbia, por sua vez, apresentam padrão de maior concentração, e os seus vinte principais produtos correspondem a 79,18% do total da pauta. Em 2012, os principais produtos importados a partir da Colômbia foram: hulha betuminosa (22,52%); policloreto de vinila (16,33%); coques de hulha (12,86%); desperdícios e resíduos de cobre (3,93%); óleo de dendê (2,64%); lâminas de ferro/aço revestidas de cromo (2,63%); copolímeros de propileno (2,42%); pneus novos para ônibus ou caminhões (2,27%); policloreto de vinila (2,04%); e pneus novos para automóveis (1,92%).

Na última meia década (2007-2012), o Brasil manteve-se entre os dez principais fornecedores da Colômbia em 9 capítulos tarifários dos dez de maior volume. No entanto, a participação brasileira apresentou declínio em sete desses setores: caldeiras, máquinas e partes (de 5,3% para 3,3%); veículos, partes e acessórios (de 4% para 3,3%); aparelhos e material elétrico de gravação ou imagem (de 7,7% para 3,2%); navegação aérea ou espacial (de 35,6% para 1,93%); materiais plásticos (6,1% para 5,8%); fundição, ferro e aço (de 22,2% para 14,5%); produtos farmacêuticos (de 7,4% para 4%). Dos dez principais capítulos importados pela Colômbia, o Brasil ampliou sua participação apenas nos setores de químicos orgânicos (de 2,1% para 6,4%) e de cereais (de 0,1% para 7,7%).

INVESTIMENTOS

As empresas brasileiras vêm detectando oportunidades de investimento na Colômbia desde a década de 70. Como resultado, estima-se hoje em US\$ 2,5 bilhões o estoque de investimentos brasileiros na Colômbia.

Conforme dados reunidos no “Relatório de Políticas de Investimento da Colômbia – 2012”, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil foi, em 2011, o 10º investidor em estoque naquele país (e o 5º, após os EUA, a Espanha, o Reino Unido e o Canadá, se forem desconsiderados os fluxos originários de “paraísos fiscais”). A partir de 2006, o Brasil começou a suplantiar investidores tradicionais, como França, Suíça e Países Baixos.

Segundo o “Banco de la República”, de janeiro até setembro de 2012, o Brasil foi o quarto maior investidor na Colômbia, apresentando o maior crescimento (395%) em relação a 2011, tendo passado de US\$ 83,3 milhões para US\$ 412,3 milhões. Os principais investimentos brasileiros dirigem-se às áreas de mineração (Votorantim, EBX), energia (Petrobras) infraestrutura (Camargo Correa, Odebrecht, entre outras).

Há registros de quarenta empresas brasileiras estabelecidas na Colômbia, em distintos setores: desde os mais tradicionais, como energia, extrativismo mineral e construção civil; até outros como serviços de informática, comunicações e administração de aterros sanitários. A atuação de empresas brasileiras de construção civil também é tradicional na Colômbia.

Se, por um lado, os investimentos brasileiros na Colômbia têm aumentado, por outro, os colombianos também têm diversificado seus investimentos no Brasil. O antes mencionado relatório da OCDE sublinha ainda tendência crescente das empresas colombianas de realizarem investimentos no exterior, passando o Brasil a figurar entre seus quinto e sexto destino, segundo dados de 2010 e preliminares de 2011.

A empresa colombiana Internexa, pertencente ao grupo ISA (no qual o Governo colombiano possui 51% de participação), está diretamente envolvida na integração das redes nacionais de fibra óptica, no contexto do Projeto de Anel Óptico Sul-Americano, levado a cabo pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas). A companhia possui 21.000 km de redes de telecomunicação no Chile, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e, ainda em fase de implantação ou adequação, na Argentina e no Brasil. Nesse contexto, a empresa colombiana tem buscado estabelecer acordos de interconexão com outras empresas da região, inclusive com a Telebrás.

O incremento no fluxo de investimentos brasileiros na Colômbia poderia aumentar a corrente de comércio de forma equilibrada, uma vez que traz elementos de integração produtiva (ou seja, pode gerar exportações ao Brasil). Exemplo disso são os investimentos do grupo EBX na exploração de carvão térmico, que poderá abastecer três usinas térmicas que o grupo está construindo no Brasil (duas no Ceará e uma no Maranhão).

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

No último ano, foram expedidos 1.329 vistos de estudante para jovens colombianos, com aumento de 123% em relação a 2007. Cerca de 200 desses vistos foram concedidos para indivíduos selecionados por meio de programas oficiais do Governo brasileiro. Os demais refletem a crescente aproximação da comunidade acadêmica, sobretudo por meio de convênios celebrados diretamente entre as instituições universitárias dos dois países.

O Programa Estudante-Convênio, em especial na área de pós-graduação (PEC-PG), permanece como fator de estímulo à vinda de estudantes colombianos ao Brasil – entre 2008 e 2012, em média 65 estudantes por ano. Atualmente, os estudantes colombianos representam cerca de um terço das bolsas oferecidas por meio do PEC-PG, para o qual concorreram, em 2011, candidatos de 34 países. A Colômbia consolidou-se, portanto, como o principal país emissor de estudantes para o PEC-PG.

Em novembro de 2011, por ocasião da II Comissão Bilateral, foram firmados cinco acordos: três entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e instituições congêneres colombianas (Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação – COLCIENCIAS; Instituto Colombiano de Crédito Educativo e Estudos Técnicos no Exterior – ICETEX; e Universidade Nacional da Colômbia – UNAL), um entre as respectivas associações de Reitores dos dois países (o Grupo Coimbra e a Associação Colombiana de Universidades – ASCUN) e outro entre a Universidade Federal Latino-Americana (UNILA) e o ICETEX.

Como resultado dos acordos na área de educação, a Colômbia enviou, em março de 2012, 56 estudantes para cursos de graduação na UNILA. A ASCUN e o Grupo Coimbra, por sua vez, realizaram, em 17 de abril último, com o apoio dos Governos de Brasil e Colômbia, o primeiro encontro brasileiro-colombiano de Reitores. Foram abertos, ainda, editais do COLCIENCIAS e CAPES com vistas a financiar programas de intercâmbio acadêmico e pesquisas conjuntas, respectivamente em setembro e outubro.

Na XIV Comissão de Vizinhança, realizada em Tabatinga (AM), em outubro de 2012, as instituições técnicas e superiores da fronteira (Instituto Federal da Amazônia – IFAM, Universidade do Estado do Amazonas – UEA e Universidade Nacional da Colômbia – UNAL) iniciaram diálogo a propósito da criação de comitê interinstitucional com objetivo de fomentar atividades conjuntas de ensino e pesquisa.

O Grupo Coimbra está coordenando, em parceria com a CAPES, programa de capacitação de professores de espanhol do Ensino Fundamental da rede pública brasileira, que consiste no envio de professores brasileiros para Colômbia, Peru, México e Argentina.

FEIRA DO LIVRO DE BOGOTÁ

O Brasil participou, como país homenageado, da XXV edição da Feira do Livro de Bogotá, realizada na segunda quinzena de abril passado. A Feira é um evento tradicional, que tem repercussão nos países andinos, tanto junto ao público em geral quanto ao público especializado. De modo a conferir ainda maior projeção à

participação brasileira, foi articulada estratégia de “invasão cultural”, que consistiu na organização de dezenas de atrações culturais paralelas à feira. A recepção de mais de 300.000 visitantes, a venda de mais de 6.500 títulos brasileiros, assim como ampla repercussão positiva na imprensa local, indicam que a participação brasileira foi bem-sucedida.

ENSINO DE PORTUGUÊS

O ensino de português no Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (IBRACO) ganhou impulso nos últimos anos, como resultado do incremento do volume de estudantes universitários colombianos que se dirigem ao Brasil, assim como do interesse que o Brasil tem despertado junto à sociedade colombiana. Em 2012, o IBRACO teve 852 matrículas. De 2010 a 2012, o número de candidatos ao exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-BRAS) aumentou de 838 para 1361, e muitos dos examinados são candidatos a programas e bolsas de pós-graduação no Brasil (42% dos alunos inscritos no IBRACO desejam fazer pós-graduação no Brasil).

O ensino de português também se tem beneficiado dos convênios celebrados pelo IBRACO tanto com instituições universitárias, quanto com empresas que tencionam capacitar seus funcionários no domínio do idioma português. Ainda com base no apoio estendido pelo IBRACO, foi possível dar início ao ensino de português na Academia Diplomática de San Carlos (tanto no curso de formação de novos diplomatas quanto para funcionários mais antigos).

TEMAS CONSULARES

Estima-se residirem na Colômbia cerca de 2600 cidadãos brasileiros, a maior parte dos quais em Bogotá. Parte da comunidade brasileira é composta por empregados de empresas transnacionais, como Petrobras, Camargo Corrêa e Odebrecht, entre outras. Também é significativo o número de brasileiros residentes na Colômbia por terem contraído matrimônio com nacionais colombianos, e que exercem atividades em áreas como comércio e medicina.

Ademais do setor consular da Embaixada em Bogotá, o Itamaraty mantém Vice-Consulado na cidade fronteiriça de Leticia e conta com consulados honorários em Barranquilla, Cartagena e Medellín.

Em 29 de junho passado, a Colômbia aderiu ao “Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile”. O Acordo deverá começar a ser aplicado pelos colombianos em 1º de dezembro próximo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano na Colômbia. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, em 2012, financiamento à exportação de produtos e serviços brasileiros para o projeto da usina hidrelétrica de Ituango, na Colômbia. O tomador de empréstimos foi a Empresa Pública de Medellín – Ituango que, apesar de controle público, não é considerada tomador soberano. Os empréstimos se referem a: a) exportação equipamentos eletromecânicos para a usina (Alstom Brasil, US\$ 340 milhões); e b) bens e serviços de engenharia para a construção da usina (Camargo Corrêa, US\$ 529 milhões).

POLÍTICA INTERNA

No dia 20 de junho de 2010, Juan Manuel Santos sagrou-se vencedor no segundo turno das eleições presidenciais da Colômbia, com apoio do então Presidente Uribe. O novo Presidente assumiu o cargo contando com ampla maioria no Congresso (cerca de 80% de apoio parlamentar) e oposição branda (conformada pelo Pólo Democrático Alternativo e por congressistas do Partido Liberal que não aderiram à “Unidade Nacional” de Santos).

Embora tenha continuado a dar atenção aos três eixos do Governo de Uribe – segurança, confiança para os investidores e coesão social –, o Presidente Santos promoveu mudanças substanciais nos âmbitos interno e externo, que permitiram atrair setores que se opunham a Uribe. O Governo Santos diversificou a agenda e propôs discutir temas como desenvolvimento, criação de empregos e reconciliação nacional por meio da reparação das vítimas do conflito interno. O resultado mais visível da mudança foi um Governo fundado em um centro político ampliado, que admite a direita e a esquerda em suas formas moderadas e repele os extremismos.

Reflexo da capacidade de articulação política do Presidente Santos foi a aprovação congressual de ambiciosa agenda legislativa que incluiu, entre outros, a Lei de Vítimas e de Restituição de Terras, a reforma política, o Estatuto Anti-Corrupção, a Lei do Primeiro Emprego e o “Marco Jurídico para a Paz”. A promulgação da Lei de Vítimas e Restituição de Terras (indenização de vítimas do conflito armado e restituição de terras usurpadas em conflitos rurais), em 10 de junho de 2011, foi considerada uma das iniciativas governamentais mais importantes das últimas décadas. Já o “Marco Jurídico para a Paz” introduziu regras para a desmobilização de grupos armados ilegais envolvidos no conflito interno.

Não obstante esses fatos, após dois anos de governo, o Presidente Santos recebeu, em julho de 2012, avaliação majoritariamente negativa. Pesquisa da consultoria Ipsos-Napoleón Franco indicou que 54% dos entrevistados declararam-se insatisfeitos com o trabalho do Presidente, contra 42% de satisfeitos. Analistas apontam a reforma da justiça, que supostamente atenuaria controles e punições a parlamentares por corrupção, como principal responsável pela queda.

Já em setembro, pesquisas apontaram recuperação parcial dos índices de aprovação da gestão Santos (64,2% de aprovação – Datexco). O elemento que parece ter sido decisivo nessa recuperação foi o anúncio do início de diálogo para a paz com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

A aprovação de projeto de lei sobre a reforma tributária, em 21 de dezembro de 2012, foi importante para que o Governo de Juan Manuel Santos pudesse demonstrar que, apesar da malograda tentativa de reforma judiciária e do desgaste sofrido nos últimos meses, ainda mantém margem razoável de manobra no Congresso. A aprovação da reforma dependeu, no entanto, de concessões que implicarão redução de cerca de US\$280 bilhões na arrecadação anual. Outro aspecto questionado é o da redução de 13,5% na carga tributária paga pelo empresariado sobre a folha de pessoal. Os críticos alegam que a medida beneficiará as grandes empresas, que não necessariamente reinvestirão os recursos anteriormente direcionados a esses impostos na criação de novos postos de trabalho.

PODER LEGISLATIVO

A Colômbia tem uma legislatura bicameral. O Congresso é formado pelo Senado e pela Câmara de Representantes. Os 102 Senadores e 166 Representantes são escolhidos por eleição direta, a cada quatro anos, e podem ser reeleitos. As eleições para senador são nacionais e incluem dois assentos para representação indígena. As eleições para a Câmara são departamentais (à exceção de Bogotá, onde o pleito é distrital), complementadas por assentos para comunidades indígenas, afro-colombianas, comunidade colombiana no exterior e minorias políticas.

PROCESSO DE PAZ

Desde o início de seu Governo, Santos pôs em discussão o tema da paz interna. Em várias ocasiões, afirmou que não descartava a possibilidade de iniciar negociações com as FARC. Finalmente, em setembro de 2012, o Presidente anunciou que o Governo havia firmado com as FARC um “Acordo Geral para o Fim do Conflito Armado”. Em telefonema de 3 de setembro, em que antecipou a notícia à Presidenta Dilma Rousseff, Santos solicitou manifestação formal do Brasil e recebeu reação positiva da Presidenta que, por meio de nota, expressou publicamente o apoio brasileiro à iniciativa.

O acordo do Governo Santos com a guerrilha tem agenda com cinco pontos a serem principalmente discutidos: i) desenvolvimento rural, ii) garantias para o exercício da oposição política e a participação cidadã, iii) fim do conflito armado, iv) narcotráfico, e v) direitos das vítimas.

Com mediação de Noruega, Venezuela, Chile e Cuba, as discussões preliminares sobre o processo de paz foram iniciadas em Oslo, em 17 de outubro de 2012. No dia 19 de novembro, iniciaram-se, em Cuba, os diálogos substantivos do processo, conforme estabelecido no Acordo-Quadro entre o Governo da Colômbia e as FARC.

A guerrilha manifestou interesse em discutir o modelo de desenvolvimento colombiano, hipótese rechaçada pelo Governo. Governo e FARC têm, no entanto, dado declarações positivas sobre avanços nas negociações, sem entrar, porém, em detalhes substantivos.

No dia 19 de novembro, Iván Márquez dirigiu-se à imprensa para anunciar cessar-fogo unilateral por parte das FARC, até 20 de janeiro de 2013. O Presidente Santos já havia descartado proposta da guerrilha de cessar-fogo bilateral. O Ministro da Defesa, Juan Carlos Pinzón, assegurou que, mesmo que as FARC cumpram a promessa, as Forças Armadas continuariam as operações militares.

As operações contra a guerrilha continuam em vários pontos do território colombiano, e envolveram milhares de soldados, com o objetivo – conforme declarou

o Comandante-Geral das Forças Armadas, General Alejandro Navas – de reduzir em 50% a capacidade operacional das FARC até meados de 2014.

Como resposta à solicitação das FARC de incluir a sociedade civil no processo de paz, Governo e guerrilha estabeleceram sítio eletrônico (www.mesadeconversaciones.com.co) para receber propostas para a mesa de diálogo. Acordaram, ainda, realização do “Fórum Política de Desenvolvimento Agrário Integral”. O Fórum ocorrido entre 17 e 19 de dezembro, cuja organização foi delegada à ONU e à Universidade Nacional, teve 1.314 participantes.

Mais de 400 propostas foram compiladas no evento para serem encaminhadas à mesa de diálogos. Entre as propostas, encontram-se: pedido de maior investimento do Governo em infraestrutura, crédito e assistência técnica, de modo a ampliar a competitividade do campo; substituição da fumigação de cultivos ilícitos e por oferta de cultivos alternativos para substituí-los; e estabelecimento de limites para exploração mineira por transnacionais.

Antes da primeira reunião do terceiro ciclo de diálogos, as FARC apresentaram declaração à imprensa, contendo proposta com objetivos concretos relacionados com o tema de desenvolvimento agrário integral. Segundo a guerrilha, trata-se da primeira de “*Diez propuestas para una política de desarrollo rural y agraria*”, que teriam sido elaboradas a partir de uma análise das ideias expostas por vários setores sociais no Foro Agrário, nas Mesas Regionais de Paz, e na página criada para coletar as opiniões da sociedade. O Governo afirmou que também levará em consideração as 546 propostas feitas no Foro Agrário e 3.000 outras registradas na Internet.

POLÍTICA EXTERNA

Ao tomar posse, o Presidente Santos iniciou alteração na política externa da Colômbia.

Tendo em vista o fracasso de negociações com as FARC no Governo que lhe precedeu (Pastrana), o Governo Uribe (2002-2010) teve como abordagem o conflito direto com a guerrilha – altamente militarizado e generalizado por todo o território; em ambiente no qual os vizinhos eram considerados parte do problema; e o grande – e exclusivo – aliado eram os EUA.

Oito anos depois, quando Santos chegou ao poder, as circunstâncias eram outras. Havia sinais de que a ajuda norte-americana declinaria. O uso extensivo da força, nos dois mandatos do Presidente Uribe, não lograra uma vitória militar definitiva – apesar de as FARC terem sido enfraquecidas. Além disso, a estratégia de confrontação de Uribe tinha levado a Colômbia a momentos de evidente isolamento regional (como por ocasião do ataque a acampamento das FARC em território equatoriano em 2008).

Nessa nova conjuntura, Santos buscou transformar os vizinhos em parte da solução, como ficou evidente na aproximação com a Venezuela e o Equador.

Assim, e sem abandonar a relação privilegiada que continua mantendo com os EUA ou a estratégia da militarização, também se engajou em processos regionais, e até hemisféricos.

Como contraponto a Uribe, Santos não apenas se tornou entusiasta da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), mas conseguiu eleger, com apoio venezuelano, a colombiana María Emma Mejía para a Secretaria-Geral daquela organização. Santos esteve, ademais, à frente da criação do Conselho de Ministros da Defesa, Justiça e Relações Exteriores da UNASUL.

Desde sua posse, o Presidente Juan Manuel Santos procurou aproximação com a Venezuela. Para além dos benefícios econômico-comerciais advindos de uma relação menos influenciada por diferenças de cunho ideológico, os recém-anunciados diálogos do Governo com a guerrilha deixaram evidente a importância da Venezuela para a Colômbia.

Nesse quadro, após recuperação de 23% em 2011 em relação a 2010, as exportações colombianas para a Venezuela mostraram recuperação ainda forte: entre janeiro e agosto de 2012, totalizaram US\$ 1,77 bilhão de dólares – crescimento de 69% em relação ao mesmo período em 2011. A participação na pauta colombiana no período passou de 2,8% em 2011 para 4,4% em 2012. Os principais produtos foram: combustíveis e óleos minerais (91,7% de variação); animais vivos (1.500%); materiais plásticos (28,1%); papel, cartão e suas manufaturas (-27,7%). As importações do vizinho tiveram crescimento mais modesto, após aumento de 84% entre 2010 e 2011. Nos primeiros oito meses de 2012, as importações aumentaram 12,2% em relação ao mesmo período de 2011, e totalizaram US\$ 446 milhões. A participação de produtos venezuelanos na pauta de importações se manteve baixa: apenas 1,1% do total.

As relações com o outro vizinho colombiano, o Equador, foram rompidas em 2008, devido a ataque militar colombiano às FARC em território equatoriano. O efetivo processo de normalização dessas relações bilaterais teve início em 24 de setembro de 2009, com a emissão de Comunicado Conjunto anunciando a criação de diversos comitês de trabalho bilaterais.

No dia 15 de dezembro de 2010, o Presidente Rafael Correa visitou a Colômbia, reunindo-se com seu homólogo em encontro que selou a plena normalização das relações diplomáticas entre os dois países. O Governo equatoriano conferiu caráter humanitário à visita, por conta das enchentes que vinham causando vítimas e danos materiais em diversas regiões da Colômbia.

O bom momento das relações pode ser ilustrado pela reunião dos Chanceleres, em 14 de setembro de 2012, em Medellín, que repassou a agenda preparatória do primeiro Gabinete Binacional Ministerial. Participaram do encontro ministros de ambos os Governos, sob a presidência conjunta de Juan Manuel Santos e Rafael Correa. O Chanceler equatoriano, Ricardo Patiño, declarou, na ocasião, apoio ao processo de paz na Colômbia e empenhou seu apoio ao Governo da Colômbia.

As relações entre EUA e Colômbia parecem ser percebidas, por ambas as partes, como tradicionais e estratégicas, tendo em vista tanto a posição geográfica da Colômbia (país sul-americano, amazônico, andino e caribênho), quanto sua condição de exportador de petróleo e carvão. Na parte mais sombria da agenda bilateral, não pode ser esquecido o fato de que a Colômbia permanece um dos principais fornecedores de cocaína para o mercado norte-americano.

Depois de ser tema central da política externa colombiana por oito anos, data do início das negociações, o acordo de livre-comércio (ALC) entre Colômbia e Estados Unidos entrou em vigor no dia 15 de maio, após ter sido aprovado pelo congresso norte-americano em 13 de outubro de 2011. Após oito meses de vigência, o ALC apresentou poucos resultados. Entre janeiro e novembro de 2012, o país exportou aos Estados Unidos US\$ 19,914 bilhões (crescimento de 0,8%), dos quais 73% (US\$ 14,451 bilhões) foram do setor mineiro e energético. Até o mês de maio, as vendas ao mercado americano foram de US\$ 9,616 bilhões, sendo 74% em exportações do setor mineiro e energético, ou seja, a proporção pouco mudou depois da entrada em vigor do acordo comercial.

A política externa de Santos vem transformando a inserção na região do Pacífico em uma de suas prioridades, como demonstram a intensificação das gestões para integrar a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) e a participação na iniciativa da “Aliança do Pacífico”, voltada para a conformação de uma “Área de Integração Profunda do Pacífico” no marco do chamado “Arco do Pacífico Latino-Americano”.

A adesão da Colômbia à Aliança do Pacífico é mais um capítulo da reversão do isolamento diplomático em que se encontrava a Colômbia no final da administração Álvaro Uribe. Para o Governo colombiano, os esforços de aproximação político-comercial com seu entorno geográfico imediato devem ser acompanhados de outras iniciativas que contribuam para projetar o país no mundo. A participação da Colômbia na Área de Integração Profunda responde, portanto, à estratégia de atuar em múltiplos tabuleiros internacionais.

Em visita à Colômbia (18/09/2012), o então recém-eleito Presidente do México, Enrique Peña Nieto, declarou sua intenção de fortalecer o diálogo com vistas à consolidação da Aliança do Pacífico. Avaliou a maior presença de investimentos recíprocos entre os membros da Aliança do Pacífico como importante instrumento para fortalecer o bloco, indo além de seu escopo preponderantemente comercial.

Por outro lado, a China vem demonstrando interesse em engajar-se na construção de obras de infraestrutura na Colômbia. Assim como em outros países da América do Sul ou da África, na Colômbia o investimento direto chinês procura garantir o abastecimento de insumos industriais a preços baixos e previsíveis, e com logística de escoamento eficiente.

Em visita à China, em maio de 2012, os Presidentes Santos e Hu Jintao assinaram nove acordos de cooperação, dos quais cinco são efetivamente estratégicos: a construção de um oleoduto que permitirá a saída do petróleo colombiano rumo à Ásia, pelo Pacífico; a criação de um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de um acordo de livre comércio (ALC) entre os dois países; a recuperação do Rio Magdalena para a navegação e produção de hidroenergia; o comércio de carne bovina; e a construção de uma ferrovia. Note-se, porém, que os chamados “acordos” consistem essencialmente em declarações de intenção.

Na VIII Reunião da Comissão Mista Econômico-Comercial, realizada em 2 de outubro de 2012, os Ministros de Comércio da China e da Colômbia assinaram Memorando de Entendimento a fim de fortalecer mecanismos de defesa comercial bilateral, e anunciaram a decisão de iniciar estudos para avaliar a possibilidade de negociação de acordo comercial para aproveitar as vantagens da Colômbia no setor agrícola e agropecuário. Conforme tem afirmado o Governo, a Colômbia tenciona equiparar-se, no que se refere à assinatura de acordos de livre comércio, aos demais integrantes da “Aliança do Pacífico”, com vistas a que o percentual das exportações no PIB passe dos atuais 15% para 25%, até 2023.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia colombiana tem logrado alcançar vários indicadores positivos: crescimento do PIB (de 5,9% em 2011 e de 4,8% no primeiro semestre de 2012); inflação dentro da meta (3,11% em julho de 2012), redução do desemprego (9,7% em agosto de 2012, comparado a 10,1% em agosto de 2011); e o ponto mais baixo do "Risco-País" (77 pontos em outubro de 2012). Os dados do terceiro trimestre de 2012, no entanto, apontam para possível desaceleração: segundo o Departamento Nacional de Estatísticas (DANE), o crescimento do PIB colombiano, no terceiro trimestre de 2012, foi de 2,1%, valor significativamente inferior ao registrado nos dois primeiros trimestres (4,7% e 4,8%). A queda foi atribuída, principalmente, à contração no setor da construção civil (-12,3%), motor do crescimento no primeiro semestre.

Seguem como fatores de preocupação a apreciação do peso frente ao dólar e a desaceleração da indústria, bem como a queda na construção civil, um dos principais motores da economia nos trimestres anteriores.

Depois de longo período em trajetória de redução, a taxa de desemprego em setembro de 2012 apresentou aumento de 0,2% percentuais com referência ao mesmo mês de 2011, alcançando 9,9%.

A inflação continuou sob controle. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), no acumulado até novembro de 2012, foi de 2,34%, enquanto nos últimos doze meses a inflação registra variação de 2,77%.

De acordo com dados divulgados pelo Banco da República, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) atingiu US\$ 16,68 bilhões em 2012, valor 11% (US\$ 1,65 bilhão) superior aos US\$ 15,03 bilhões registrados em 2011. Os setores de mineração e petróleo mantêm-se como os principais destinos (80%, ou US\$ 13,35 bilhões) dos fluxos de capital estrangeiro recebidos pelo país.

Segundo a balança de pagamentos, com dados de janeiro até setembro de 2012, o Brasil, quarto maior investidor na Colômbia no período, foi o país que apresentou maior crescimento (395%) em relação a 2011, tendo passado de US\$ 83,3 milhões para US\$ 412,3 milhões. Os principais investimentos brasileiros dirigem-se às áreas de mineração (Votorantim, EBX), energia (Petrobras) e infraestrutura (Camargo Correa, Odebrecht, entre outras).

Com a entrada em vigor da reforma tributária, em 1º de janeiro, na qual se determina a redução de 33% para 14% no imposto de renda sobre os rendimentos dos investimentos estrangeiros em títulos locais, a expectativa é que, a partir de este ano, se ampliem os fluxos de capital estrangeiro para o país.

COMÉRCIO

A estratégia comercial colombiana segue focada na negociação de Acordos de Livre Comércio (ALCs) com as principais economias desenvolvidas e emergentes do mundo (em 2012 entrou em vigor o acordo com os EUA, principal parceiro comercial

daquele país), para as quais a Colômbia tem tendido a exportar, essencialmente, minerais, combustíveis e seus derivados.

As exportações totais da Colômbia, no acumulado até setembro, cresceram 7,5% na comparação com o mesmo período de 2011, e passou de US\$41,6 bilhões para US\$44,7 bilhões. Esses números deveram-se, principalmente, a aumentos nos seguintes setores: 8,4% em combustíveis; 7,7% em produtos manufaturados; 5,5% em produtos agrícolas, alimentícios e bebidas.

As compras externas da Colômbia, no corrido do ano cresceram 8,7% em relação ao mesmo período de 2011, passando de US\$40,27 bilhões para US\$ 43,77 bilhões. Entre os principais crescimentos das importações estão: combustíveis e seus produtos – aumento de 44,5%; produtos manufaturados – aumento de 4,7%; e produtos agrícolas, alimentos e bebidas – aumento de 8,3%.

Os ALCs são percebidos pela Colômbia como fundamentais para melhorar a competitividade de suas exportações e seu acesso aos maiores mercados consumidores do mundo. Na ótica colombiana, também serviriam para reforçar os fluxos de investimento estrangeiro direto.

Ademais daqueles firmados com países sul-americanos (MERCOSUL, Chile e Comunidade Andina), os principais ALCs firmados pela Colômbia são com: a) Suíça e Liechtenstein (vigente a partir de julho de 2011); b) Canadá (vigente a partir de agosto de 2011); c) México (vigente a partir de 1995 e alterado em razão de sua denúncia pela Venezuela em 2006); d) EUA (vigente desde abril de 2012); e) UE (assinado, mas ainda não ratificado).

ANEXO I – Cronologia Histórica

1810	Declaração de independência em relação ao Império Espanhol
1821	Fundação formal da Grã-Colômbia, a partir do Congresso de Cúcuta
1829	Venezuela declara-se independente da Grã-Colômbia
1830	Equador declara-se independente da Grã-Colômbia. Morre Simón Bolívar
1839	Ocorre a primeira de uma série de guerras civis colombianas do século XIX
1852	Abolição da escravidão
1899	Guerra dos Mil Dias
1903	Independência do Panamá, apoiada pelos EUA
1932	Vitória colombiana na disputa com o Peru pela cidade de Leticia.
1934	Presidente Alfonso López Pumarejo lança programa de reforma social
1946	"La Violencia", perseguição a grupos de esquerda
1948	"Bogotazo", revolta pelo assassinato do liberal Jorge Gaitán
1954	Guerra de Villarica. Governo enfrenta guerrilha comunista
1958	Início da Frente Nacional, monopólio dos partidos Conservador e Liberal
1964	Invasão militar em Marquetalia

1964	Criação do Exército de Libertação Nacional (ELN)
1966	Criação oficial das “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (FARC)
1969	Criação do Pacto Andino (depois, Comunidade Andina de Nações - CAN)
1974	Fim do período da Frente Nacional
1974	Eleição de Alfonso López Michelsen
1974	Início das ações militares urbanas do M-19
1974	Início das atividades de grupos paramilitares
1978	Julio César Turbay Ayala é eleito Presidente
1980	M-19 ocupa Embaixada da República Dominicana em Bogotá
1982	Belisario Betancour é eleito Presidente
1982	FARC decidem atuar com vista à conquista definitiva do poder
1984	Acuerdo de La Uribe, cessar-fogo entre as Forças Armadas e as FARC
1985	O Exército reprime a invasão do Palácio da Justiça pelo M-19
1985	As FARC-EP fundam o partido União Patriótica-UP
1985	Em junho é rompida a trégua do Governo com as FARC
1986	Virgilio Barco é eleito Presidente
1986	O M-19 depõe armas e se torna partido, a Aliança Democrática M-19
1990	César Gaviria é eleito Presidente
1990	Desmobilização do M-19
1991	O traficante Pablo Escobar, chefe do cartel de Medellín, é preso
1993	Pablo Escobar é morto, depois de fugir da prisão.
1994	Ernesto Samper é eleito Presidente
1994	CAN adota tarifa externa comum
1997	Formação das “Autodefensas Unidas de Colômbia”, união de paramilitares
1998	Andrés Pastrana toma posse como Presidente
1998	Início das negociações com a guerrilha, com desmilitarização de área
2000	“Plano Colômbia”, com apoio dos EUA
2002	FARC sequestram avião e Presidente Pastrana declara fim das negociações
2002	FARC sequestram Senadora e candidata presidencial Ingrid Betancourt
2002	Uribe eleito; Colômbia quarto recipiendário de ajuda norte-americana
2004	Congresso aprova emenda à Constituição para permitir reeleição
2005	Congresso aprova Lei para a desmobilização dos paramilitares
2006	Presidente Álvaro Uribe é reeleito, em primeiro turno
2006	Anunciado fim do desarmamento dos paramilitares

2006	Explosão na Escola Superior de Guerra interrompe negociações de paz
2006	Corte Suprema ordena prisão de parlamentares envolvidos com paramilitares
2007	Resistências ao TLC no Congresso dos EUA
2007	Renovadas preferências tarifárias unilaterais (ATPDEA) norte-americanas
2008	Ataque a acampamento das FARC em território equatoriano
2008	Congresso inicia tramitação de proposta de referendo para mudança constitucional (segunda reeleição)
2008	Falecimento de “Manuel Marulanda”, líder histórico das FARC
2008	Libertação da Senadora Ingrid Betancourt
2009	Libertação de 6 reféns das FARC com apoio logístico brasileiro
2010	Libertação de 2 reféns das FARC (militares) e devolução dos restos mortais de 1 militar morto em cativeiro, com apoio logístico brasileiro
2010	Corte Suprema considera inexecutável a proposta de referendo para a segunda reeleição (fevereiro)
2010	Eleição de Juan Manuel Santos à Presidência da República (junho)
2010	Posse do Presidente Juan Manuel Santos (7 de agosto)
2010	ATPDEA estendido apenas até 15 de fevereiro de 2011
2010	Eleição do Presidente Juan Manuel Santos
2010	Normalização das relações com Venezuela e Equador
2011	Libertação de 6 reféns das FARC, em fevereiro, com apoio logístico brasileiro
2011	Aprovação da Lei de Vítimas e de Restituição de Terras, da reforma política, do Estatuto Anti-Corrupção, da Lei do Primeiro Emprego e do “Marco Jurídico para a Paz”
2011	O Comandante das FARC, Alfonso Cano, é abatido em operação militar do Governo colombiano
2011	Congresso americano aprova Acordo de Livre Comércio (ALC) com EUA (outubro)
2012	Libertação de 10 reféns das FARC com apoio logístico brasileiro
2012	Entrada em vigor do Acordo de Livre-Comércio Colômbia-EUA (maio)
2012	FARC anunciam libertação de todos os reféns políticos em seu poder
2012	Anúncio novo processo de paz com as FARC (setembro)
2012	Início do diálogo com as FARC em Cuba
2012	As FARC anunciam cessar fogo bilateral de dois meses (dezembro/2012-janeiro/2013)

ANEXO II – Cronologia das relações bilaterais

1907	Celebrado, em Bogotá, Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia, usando como base de demarcação, entre outras, a linha Tabatinga-Apapóris
1925	A Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre o Brasil e a Colômbia
1972	Assinado Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Colômbia
1978	Assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica
1980	Grupo guerrilheiro colombiano “Movimiento 19 de abril” (M-19) invade a Embaixada da República Dominicana em Bogotá durante evento. O Embaixador do Brasil e outros quatorze Embaixadores são mantidos reféns por 61 dias
1981	O presidente Figueiredo realiza a primeira visita de um Chefe de Estado do Brasil à Colômbia
1981	O Presidente da Colômbia, Julio Cesar Turbay Ayala, visita o Brasil
2003	Visita, em 7 de março, do Presidente colombiano Álvaro Uribe a Brasília
2003	Visita, em 27 de junho, do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a Medellín, por ocasião da XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino
2003	Visita, em 25 de julho, do chanceler Celso Amorim a Bogotá
2003	Visita (16-17/out), do Secretário-Geral das Relações Exteriores a Bogotá
2004	Visita, em 10 de março, da Chanceler colombiana, Carolina Barco, a Brasília.
2004	Encontro dos Presidentes (21/jun), na I Rodada de Negócios Brasil-Colômbia
2005	Visita, em 19 de janeiro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Letícia
2005	Visita, nos dias 25 e 26 de julho, do Chanceler Celso Amorim a Bogotá
2005	Visita (24/set), do Presidente Álvaro Uribe a Salvador, para a II Conferência Mundial do Café
2005	Visita, no dia 14 de dezembro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Bogotá
2005	VIII Reunião da Comissão de Vizinhança (Brasília, dezembro)
2006	Visita, em 25 de abril, do presidente Álvaro Uribe a Brasília
2006	Visita, nos dias 6 e 7 de setembro, da Chanceler María Consuelo Araújo ao Brasil
2006	IX Reunião da Comissão de Vizinhança (Bogotá, outubro)
2007	Visita, no dia 21 de agosto, do Chanceler Fernando Araújo Perdomo a Brasília.
2007	X Reunião da Comissão de Vizinhança (São Paulo, novembro)
2008	Visita, nos dias 19 e 20 de julho, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia – Bogotá e Letícia
2008	Visita, nos dias 13 e 14 de agosto de 2008, do Chanceler Jaime Bermúdez Merizalde ao Brasil
2008	XI Reunião da Comissão de Vizinhança (Bogotá, setembro)

2009	Visita, nos dias 16 e 17 de fevereiro, do Presidente Álvaro Uribe ao Brasil
2009	III Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 11 e 12 de março, em Tabatinga
2009	Encontro Presidencial, no dia 15 de abril, à margem do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, no Rio de Janeiro
2009	I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos chanceleres, no dia 08 de junho, em Cartagena
2009	I Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Colômbia, no dia 19 de junho, em Brasília
2009	Visita do Ex-presidente Álvaro Uribe, em 19 de outubro, ao Brasil – Brasília
2010	IV Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 8-10 de março, em Leticia
2010	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto, para posse do Presidente Juan Manuel Santos - Bogotá
2010	XIII Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração (Bogotá, 18-19/11)
2011	Visita do Presidente Santos, em 1º de janeiro, para posse da Presidenta Dilma Rousseff - Brasília
2011	Visita do Ministro de Relações Exteriores à Colômbia, no dia 4 de fevereiro
2011	V Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 12 e 13 de maio, em Tabatinga
2012	Brasil foi o país homenageado na XXV Feira do Livro de Bogotá
2012	Participação da Presidenta Dilma Rousseff na Cúpula das Américas, em Cartagena, em abril
2012	Visita do Ministro das Relações Exteriores à Bogotá, em 21 de agosto
2012	VI Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 16 de outubro, em Tabatinga
2012	XIV Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração (Tabatinga, 17-18/10)
2012	III Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos chanceleres, no dia 5 de novembro, em Bogotá. Na ocasião foi assinado Memorando de Entendimento entre Brasil e Colômbia, mediante o qual se reestrutura a Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia

ANEXO III – Atos Bilaterais

	Data de Celebração	Entrada em vigor
Tratado de Limites e Navegação	24/04/1907	20/04/1908
Acordo de “ <i>Modus Vivendi</i> ” sobre o Rio Putumayo, entre o Brasil e a Colômbia	24/04/1907	24/04/1907
Tratado de Limites e Navegação Fluvial	15/11/1928	09/01/1930
Convênio Rádio-Elétrico	04/11/1936	04/05/1938
Tratado de Extradicação	28/12/1938	02/10/1940
Convênio sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica	28/05/1958	28/05/1958
Acordo sobre Transportes Aéreos	28/05/1958	27/06/1975
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	24/07/1962	02/08/1962
Acordo de Intercâmbio Cultural	20/04/1963	30/08/1974
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns	26/08/1969	26/08/1969
Acordo Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica	08/06/1971	08/06/1971
Acordo de Cooperação Sanitária para a Região Amazônica	10/03/1972	13/07/1976
Acordo Básico de Cooperação Técnica	13/12/1972	27/09/1973
Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos	20/06/1973	17/07/1976
Acordo Relativo a uma Recíproca Autorização para que os Radioamadores Licenciados em um País possam Operar suas Estações no outro País	18/06/1976	18/06/1976
Acordo para a Reconstituição da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasileiro-Colombiana	05/08/1976	05/08/1976
Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear	12/03/1981	05/03/1986
Acordo de Cooperação Amazônica	12/03/1981	10/04/1986
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/03/1981	05/03/1986
Acordo sobre Turismo	12/03/1981	28/07/1983
Tratado de Amizade e Cooperação	12/03/1981	10/07/1985
Acordo de Assistência Recíproca para a Prevenção do Uso e Tráfico Ilícitos de Substâncias Estupefacientes e Psicotrópicas	12/03/1981	11/05/1981

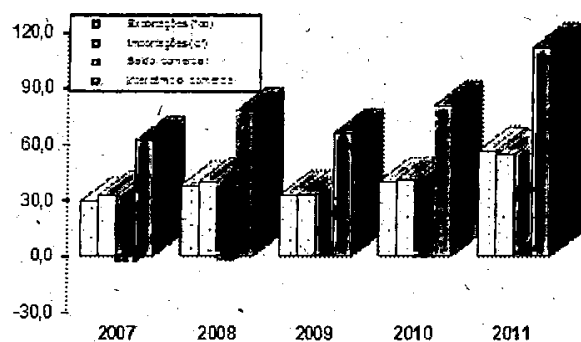
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira	16/07/1985	18/05/1994
Acordo sobre Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal	09/02/1988	28/01/1997
Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de um Grupo Permanente de Cooperação Consular que Favoreça a Análise, sob o Enfoque Técnico de Soluções Destinadas a Facilitar o Trânsito na Fronteira	03/09/1991	02/10/1991
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	14/04/1993	24/09/1995
Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal	07/11/1997	29/06/2001
Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Ilegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	07/11/1997	09/09/1999
Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	07/11/1997	22/03/2006
Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios	21/08/2007	27/10/2010
Acordo entre o Brasil e o Governo da Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	19/07/2008	Aguarda ratificação pela Colômbia
Acordo para o Estabelecimento da Zona de Regime Especial Fronteiriço para as Localidades de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)	19/09/2008	Aguarda ratificação pela Colômbia
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República da Colômbia sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas	01/09/2010	Em tramitação no Executivo

ANEXO III – Indicadores econômico-comerciais

COLÔMBIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan-ago)	2012 (jan-ago)
Exportações (fob)	29,1	37,6	32,9	39,6	56,5	36,1	40,6
Importações (cif)	32,6	39,7	32,9	40,7	54,7	35,4	39,3
Saldo comercial	-3,5	-2,0	0,0	-1,1	1,8	0,7	1,4
Intercâmbio comercial	61,7	77,3	65,8	80,2	111,2	71,5	79,9

Elaborado pelo MRE/DF/NEIC. Contato: (61) 3043-0303. Comércio/ com base em dados do FMI/DOIS. Direção de Trade Data de 1º de janeiro de 2012.

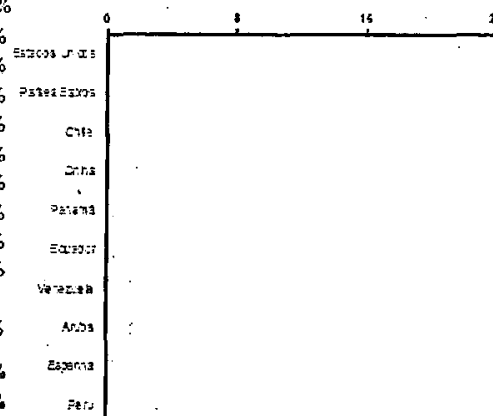


O comércio exterior da Colômbia apresentou, em 2011, variação de 80% em relação a 2007, passando de US\$ 62 bilhões para US\$ 111 bilhões. No ranking do FMI a Colômbia figurou como o 54º mercado mundial, sendo o 56º principal exportador e o 51º importador.

COLÔMBIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total
Estados Unidos	21,9	38,7%	15,6	38,4%
Países Baixos	2,5	4,4%	1,5	3,8%
Chile	2,2	3,9%	1,2	3,1%
China	2,0	3,5%	1,8	4,5%
Panamá	1,9	3,4%	1,5	3,6%
Equador	1,9	3,4%	1,4	3,5%
Venezuela	1,7	3,1%	1,3	3,2%
Aruba	1,7	3,1%	1,3	3,1%
Espanha	1,7	3,0%	2,1	5,2%
Peru	1,4	2,5%	1,0	2,6%
Brasil	1,4	2,4%	0,9	2,1%
Subtotal	40,3	71,3%	29,7	73,1%
Outros países	16,2	28,7%	10,9	26,9%
Total	56,5	100,0%	40,6	100,0%

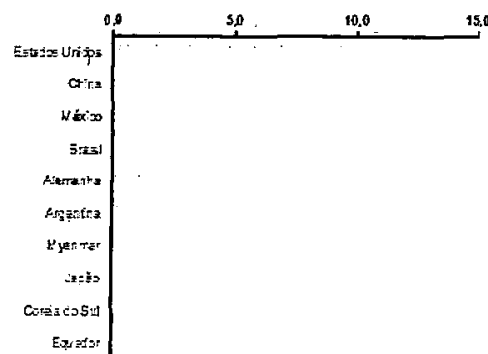


As exportações da Colômbia são destinadas principalmente às economias desenvolvidas, que somaram participação de 60% no total em 2011. Desse montante, 16% foram direcionadas à União Europeia e 5% aos desenvolvidos da Ásia. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal parceiro, com 38% do total, seguidos dos Países Baixos (4%); Chile (4%); China (4%); Panamá (3%); e Equador (3%); Venezuela (3%); Aruba (3%); e Espanha (3%). O Brasil obteve o 11º lugar entre os principais destinos em 2011, com 2,4% do total.

COLÔMBIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

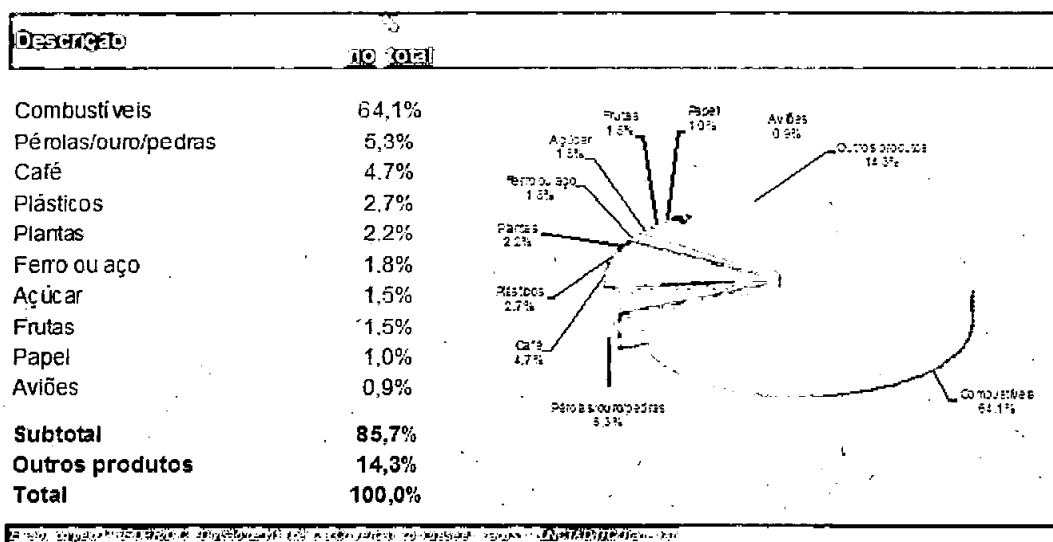
US\$ bilhões

Descrição	2011	% no total	2012	% no total
Estados Unidos	13,7	25,0%	11,3	28,8%
China	8,2	15,0%	4,4	11,3%
México	6,1	11,1%	4,6	11,8%
Brasil	2,7	5,0%	2,1	5,2%
Alemanha	2,2	4,1%	1,4	3,5%
Argentina	1,9	3,4%	1,4	3,5%
Myanmar	1,8	3,3%	0,6	1,5%
Japão	1,4	2,6%	1,2	3,0%
Coreia do Sul	1,2	2,3%	1,1	2,9%
Equador	1,1	1,9%	0,8	2,0%
Subtotal	40,3	73,7%	28,9	73,7%
Outros países	14,4	26,3%	10,3	26,3%
Total	54,7	100,0%	39,3	100,0%



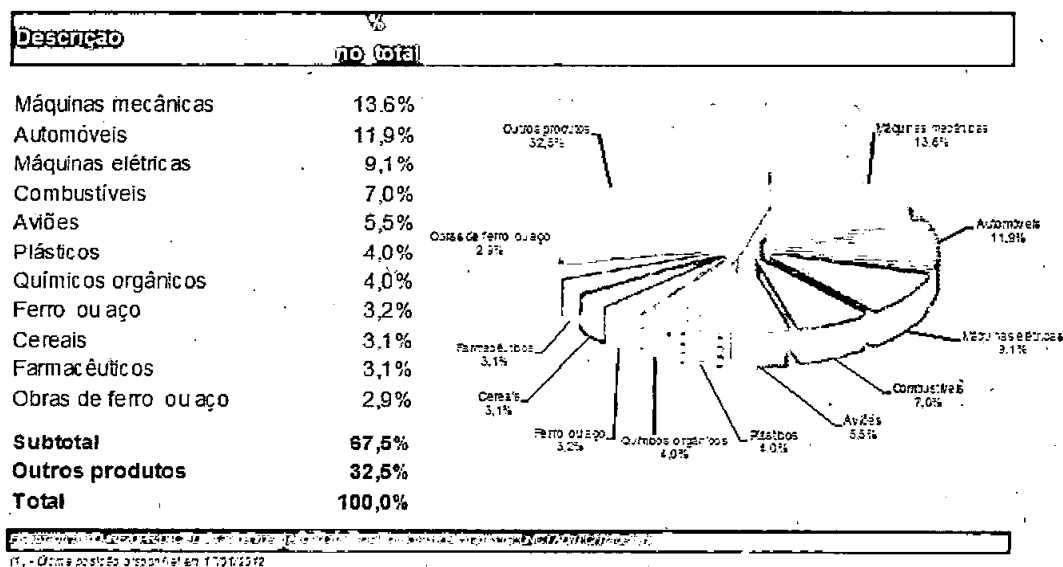
A exemplo das exportações os Estados Unidos também são o principal provedor de bens à Colômbia. Cerca de 25% das importações do país em 2011 foram oriundas do mercado norte-americano. Seguiram-se: China (15%); México (11%); Brasil (5%); Alemanha (4%); Argentina (4%); Myanmar (3%).

COLÔMBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2011 - Em % ⁽¹⁾



Os combustíveis foram o principal grupo de produtos exportados pela Colômbia e representou 64% do total em 2011. Seguiram-se: pérolas/ouro/pedras (5%); café (5%); plásticos (3%); e plantas vivas e produtos de floricultura (2%).

COLÔMBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2011 - Em % ⁽¹⁾

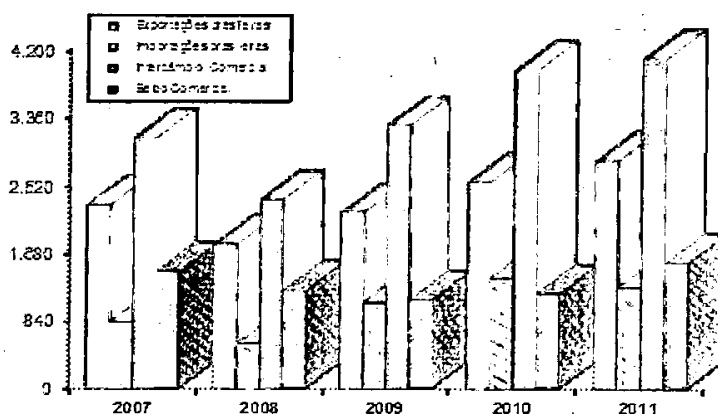


A pauta de importações da Colômbia é composta de bens com alto valor agregado. Em 2011, máquinas mecânicas e elétricas, automóveis, combustíveis e aviões somaram 47% do total. Seguiram-se: plásticos (4%); e produtos químicos orgânicos (4%).

BRASIL-COLÔMBIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações brasileiras	2.295	1.801	2.196	2.577	2.835
Variação em relação ao ano anterior	-3,9%	-21,5%	21,9%	17,4%	10,0%
Importações brasileiras	829	568	1.079	1.384	1.267
Variação em relação ao ano anterior	94,3%	-31,5%	90,0%	28,3%	-8,5%
Intercâmbio Comercial	3.124	2.369	3.275	3.962	4.102
Variação em relação ao ano anterior	11,0%	-24,2%	38,3%	21,0%	3,5%
Saldo Comercial	1.466	1.233	1.117	1.193	1.567

A Colômbia foi o 26º parceiro comercial brasileiro em 2012. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 31%, passando de US\$ 3,1 bilhões, para US\$ 3,9 bilhões, sendo 24% nas exportações e 55% nas importações. A participação da Colômbia no comércio exterior brasileiro foi de 0,88% em 2011. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o período sob análise, totalizou superávit de US\$ 1,6 bilhão em 2012.



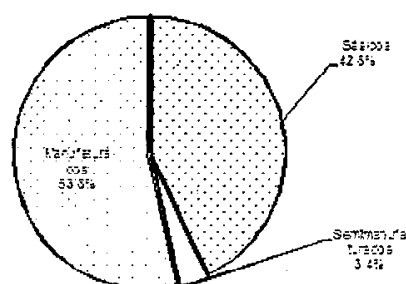
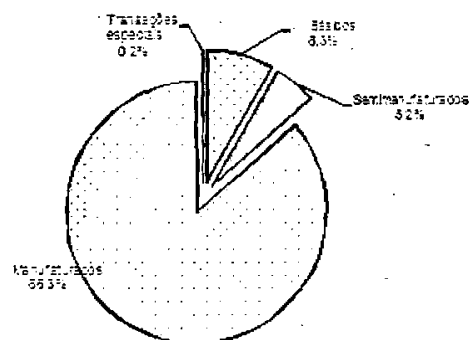
BRASIL-COLÔMBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1⁽¹⁾

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PARTIC	VALOR	PARTIC
Básicos	214	8,3%	593	42,8%
Semimanufaturados	135	5,2%	46	3,4%
Manufaturados	2.225	86,3%	745	53,8%
Transações especiais	4	0,2%	0	0,0%
Total	2.577	100,0%	1.384	100,0%

Fonte: Departamento de Estatística do IBGE, com base no Relatório Anual de Comércio Exterior do IBGE.

(1) - Última posição disponível em 17/01/2012.

As exportações brasileiras para Colômbia são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 86% das vendas em 2011. Em seguida posicionam os básicos, com 8% e semimanufaturados com 5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 54% do total em 2011, seguido dos básicos com 43%.



BRASIL-COLÔMBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1⁽¹⁾

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.	VALOR	PART.

BRASIL-COLÔMBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Exportações brasileiras para Colômbia, 2012
			Valor	% total	
Máquinas mecânicas	307	353	347	12,3%	
Ferro e aço	204	210	309	10,9%	
Automóveis	193	220	297	10,5%	
Máquinas elétricas	136	152	199	7,0%	
Açúcar	48	108	172	6,1%	
Cereais	157	118	130	4,6%	
Químicos orgânicos	166	179	120	4,2%	
Plásticos	104	123	117	4,1%	
Borracha	91	108	110	3,9%	
Obras de ferro ou aço	54	57	85	3,0%	
Subtotal	1.479	1.629	1.886	66,5%	
Outros produtos	717	949	948	33,5%	
Total	2.196	2.577	2.835	100,0%	

As máquinas - mecânicas e elétricas, ferro e aço e automóveis representaram cerca de 41% do total das vendas brasileiras para Colômbia em 2012. Destacaram-se ainda: açúcar (6%); cereais (5%) produtos químicos orgânicos (4%) e plásticos (4%).

BRASIL-COLÔMBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2010	2011	2012		Importações brasileiras originárias da Colômbia, 2012
			Valor	% total	
Combustíveis	424	567	455	35,9%	
Plásticos	291	347	345	27,2%	
Borracha	87	91	60	4,7%	
Cobre	3	10	50	3,9%	
Vidro	32	39	42	3,3%	
Químicos orgânicos	26	33	37	2,9%	
Gorduras	10	46	37	2,9%	
Ferro e aço	37	40	37	2,9%	
Máquinas elétricas	14	15	18	1,5%	
Diversos inds químicas	12	11	18	1,4%	
Subtotal	936	1.200	1.098	86,7%	
Outros produtos	144	185	169	13,3%	
Total	1.079	1.384	1.267	100,0%	

As importações brasileiras originárias da Colômbia apresentaram alto grau de concentração. Os grupos dos combustíveis e plásticos responderam por 63% do total adquirido em 2012. Seguiram-se: borracha (5%); cobre (4%); vidro (3%) e produtos químicos orgânicos (3%).

Aviso nº 90 - C. Civil.

Em 1º de fevereiro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA ELISA DE BITTENCOURT BERENGUER, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Colômbia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 06/02/2013.

6

REQUERIMENTO Nº , de 2013 - CRE

Requeiro, nos termos do inciso V, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, o comparecimento do Embaixador brasileiro em Cingapura, Embaixador Luís Fernando Serra, para prestar depoimento e esclarecimentos sobre a sua participação no episódio, amplamente relatado na imprensa nacional, de realização de gestões para que a empresa JURONG, com sede em Cingapura, transferisse seus investimentos do projeto Estaleiro Jurong Aracruz, no Estado do Espírito Santo, para o projeto Porto Açu, em São João da Barra, no litoral do Estado do Rio de Janeiro.

JUSTIFICATIVA

Em matéria publicada na página eletrônica da Revista Época, de 18 de março de 2013, e nos jornais O GLOBO e O ESTADO DE SÃO PAULO, edição de 19 de março, dá-se notícia de pressões que teriam sido exercidas por empresa privada de propriedade do empresário Eike Batista sobre o Embaixador do Brasil em Cingapura, sob os alegados auspícios do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, com vistas a influenciar a direção da empresa JURONG, em Cingapura, no sentido de beneficiar o projeto da empresa EBX no Porto Açu, transferindo os investimentos daquela empresa multinacional do Estado do Espírito Santo para o Estado do Rio de Janeiro. As matérias relatam, ademais, as dificuldades financeiras e legais do Grupo EBX para viabilizar o projeto do Porto Açu, o que reforçaria a conveniência de atrair a JURONG para o Rio de Janeiro, em prejuízo do empreendimento já em execução no Espírito Santo.

Em vista da discrepância de versões entre o Embaixador do Brasil em Cingapura e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, creio de extrema utilidade aproveitar

a vinda do Embaixador Luís Fernando Serra a Brasília, a chamado do Ministério das Relações Exteriores, tal como também noticiado pela imprensa, para dele ouvir mais detalhes sobre o episódio, proporcionando-lhe a oportunidade de exhibir os documentos que porventura tenha a exhibir, de molde a deslindar esse evento que o colunista Ilimar Franco denominou de “Intriga Internacional!”.

Sala das Comissões,

Senador RICARDO FERRAÇO

7

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

REQUERIMENTO Nº DE 2013.

Requeiro, nos termos dos arts. 67 e 68 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de representação externa do Senado Federal, composta por três senadores, designados pelo Presidente, para representar a Casa como observadores nas eleições da República da Venezuela, que ocorrerá na data provável de 14 de abril de 2013.

JUSTIFICAÇÃO

As eleições presidenciais na Venezuela serão realizadas na data provável do dia 14 de abril, existem dois candidatos confirmados na disputa, o presidente interino Nicolás Maduro será o candidato do governo após a morte de Hugo Chávez e Henrique Capriles será o candidato da oposição.

Assim como o governo brasileiro, o Parlamento também vem acompanhando de perto os desdobramentos políticos após a morte do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez.

Essa solicitação objetiva a troca de experiência entre os dois países vizinhos, bem buscar assegurar a garantia, a estabilidade e tranquilidade necessárias à realização dessas novas eleições

democráticas naquele país amazônico.

Em virtude da realidade apresentada é que venho propor a constituição de uma representação de senadores para representar a Casa, como observadores, nas eleições venezuelanas prevista para ocorrer no próximo dia 14 de abril.

Sala das Comissões, 13 março de 2013.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM**